

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO – UFES
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E NAUTRAIS – CCHN
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA – PPGG**

DANIEL PITZER ZIPPINOTTI

**AS FORMAS SIMBÓLICAS
ESPACIAIS E A DINÂMICA DA
CENTRALIDADE EM VITÓRIA: UM
ESFORÇO DE ANÁLISE**

VITÓRIA – ES

2014

DANIEL PITZER ZIPPINOTTI

**AS FORMAS SIMBÓLICAS ESPACIAIS E A DINÂMICA DA CENTRALIDADE
EM VITÓRIA: UM ESFORÇO DE ANÁLISE**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia do Departamento de Geografia da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para obtenção do Título de Mestre em Geografia.

Orientador: Prof. Dr. Luis Carlos Tosta dos Reis

VITÓRIA

2014

Dados Internacionais de Catalogação-na-publicação (CIP)
(Biblioteca Central da Universidade Federal do Espírito Santo, ES, Brasil)

- Z79f Zippinotti, Daniel Pitzer, 1985-
As formas simbólicas espaciais e a dinâmica da centralidade em Vitória : um esforço de análise / Daniel Pitzer Zippinotti. – 2014.
188 f. : il.
- Orientador: Luís Carlos Tosta dos Reis.
Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Humanas e Naturais.
1. Geografia humana - Vitória (ES). 2. Espaço urbano. 3. Edifícios históricos. 4. Vitória (ES). I. Reis, Luís Carlos Tosta dos. II. Universidade Federal do Espírito Santo. Centro de Ciências Humanas e Naturais. III. Título.

CDU: 91

“AS FORMAS SIMBÓLICAS E A DINÂMICA DA CENTRALIDADE EM VITÓRIA: UM ESFORÇO DE ANÁLISE”

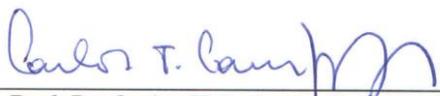
DANIEL PITZER ZIPPINOTTI

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Espírito Santo como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Geografia.

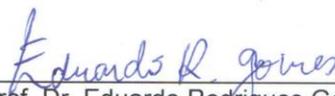
Aprovada em 07 de Novembro de 2014 por:



Prof. Dr. Luis Carlos Tosta dos Reis - Orientador - UFES



Prof. Dr. Carlos Teixeira de Campos Jr. – UFES



Prof. Dr. Eduardo Rodrigues Gomes –UFES/Piúma-ES

AGRADECIMENTOS

- Meus sinceros agradecimentos ao meu orientador, o professor Dr. Luis Carlos Tosta, pela atenção dedicada à pesquisa;
- Ao Programa de Pós-Graduação em Geografia (UFES) pela estrutura oferecida para a realização do trabalho de dissertação;
- Aos amigos e colegas feitos nesses quase 10 anos de Geo-UFES, tanto durante minha graduação quanto na pós-graduação;
- Agradeço profundamente a minha família, sobretudo, minha mãe Anadir e minha tia Maria Regina, por toda paciência e amparo oferecidos durante toda minha trajetória universitária;
- Ao Geógrafo Eduardo Rodrigues Gomes por sua tese de doutorado a qual forneceu importantes subsídios para o segundo capítulo da pesquisa;
- A Jocimara Patricio por ceder parte das suas fotografias das utilizadas em sua monografia e Bruna Guidoni por me ajudar na tradução para o inglês do resumo do trabalho;
- A Flávia Monteiro pela ajuda na impressão e a Fernanda Cota Trindade por sua inestimável amizade e indispensável ajuda nas etapas finais de correção da dissertação;
- Por fim, agradeço a todos aqueles que de alguma forma contribuíram com a realização de minha dissertação de mestrado.

"Não somos melhores do que o universo, somos parte dele".
Neil deGrasse Tyson

RESUMO

O presente trabalho aborda, sob a perspectiva da geografia cultural renovada, a temática das formas simbólicas no espaço urbano, tendo como problematização o estudo de caso das formas simbólicas espaciais mais representativas da centralidade na Área Central de Vitória (ES).

O interesse sobre o tema está associado ao quadro relativamente recente no qual a Área Central de Vitória, sobretudo nas últimas duas décadas do século XX, passa a sofrer com um intenso processo de descentralização apresentando como alguns efeitos dessa dinâmica não só o aparecimento de núcleos secundários de comércio e serviços afastados da Área Central, quanto também exerce um papel fundamental no que se ficou consagrado como “crise da área central”.

Entretanto, se o quadro acima descrito é muito recente, por outro lado, durante o amplo período da produção do espaço urbano da capital capixaba em que a organização interna da cidade foi tributária, fundamentalmente, do processo de centralização, o Centro de Vitória foi o lócus privilegiado de materialização de formas simbólicas espaciais tipicamente associadas à centralidade intra-urbana tais como edificações que são símbolos dos poderes político, jurídico e econômico; igrejas; os monumentos, dentre outras formas simbólicas espaciais.

Deste modo, a dissertação pretende investigar o advento da descentralização sobre as formas simbólicas espaciais tipicamente associadas à Área Central da capital capixaba, questionando em que medida essas formas permanecem enquanto signos de resistência simbólica à importância da área, bem como a natureza da eventual requalificação de significado ao qual foram, eventualmente, submetidas.

Palavras-chave: Área Central; Descentralização; Formas Simbólicas; Significados; Geografia Cultural; Centro de Vitória – ES;

ABSTRACT

The present labour approaches, on the renewed cultural geography perspective's, the thematic of symbolic forms on the urban space, having as problematization the case study from the most representatives spatials symbolic forms of the centrality in the Central Area of Vitória (ES)

The interest about the theme is associated to the relatively recent scenario in which the Central Area of Vitória, mainly in the two last decades from the XX century, starts suffering with an intense process of decentralization presenting as some effects of this dynamic not only the appearing of secondary nucleus of comerce and services far from the Central Area, but also exerts a elementary character in a phenomenon recognized as 'the central area crises'.

However, if the scenario described above is too much recent, in opposite, durante the long period of urban space production of the capital capixaba in which the intern organization of the city was tributary, fundamentally, in the centralization process, the Vitória's downtown was the privileged locus of the materialization of the symbolic spatial forms typically associated with inner urban centrality as buildings that are symbols from politic, legal and economic power, churches, the monuments, between another spatial symbolic forms.

In this way, the dissertation pretends to investigate the advent of the descentralization upon the spatial symbolic forms typically associated to the Central Area of the capital capixaba, questioning in which measure these forms remained while signs of symbolic resistance to the meaning of the area, as also the nature of the casual requalifications of meanings to what they were eventually submitted.

Keywords: Central Area; Decentralization; Symbolic Forms; Meanings; Cultural Geography; Vitória Downtown - ES;

LISTA DE FOTOGRAFIAS

Foto 1 - Capela de Santa Luzia.....	49
Foto 2 - Igreja e Colégio de São Tiago.....	50
Foto 3 - Colégio e Escola de São Tiago e Matriz de Vitória	51
Foto 4 - Igreja de Nossa Senhora da Misericórdia e Igreja Matriz.....	53
Foto 5 - Obras do aterro na área do Parque Moscoso em 1911.	61
Foto 6 – Início da construção da Ponte Florentino Avidos,	63
Foto 7 – Ponte Florentino Avidos (Cinco Pontes) no ano de 1961.....	64
Foto 8 – Obras de abertura da Avenida Capixaba em 1925.	65
Foto 9 – Avenida Capixaba já concluída (1930).....	65
Foto 10 – Centro de Vitória em 1940 sem o aterro da Esplanada Capixaba. ..	73
Foto 11 – Execução das obras de construção do aterro da Esplanada Capixaba.	73
Foto 12 – Aterro da Esplanada Capixaba concluído.	74
Foto 13 – Verticalização no Centro de Vitória na década de 1960.....	74
Foto 14 – Verticalização no centro de Vitória na década de 1970	78
Foto 15 - Palácio Anchieta Atualmente.	95
Foto 16 - Colégio de São Tiago e Igreja de São Tiago	100
Foto 17 - Obras após incorporação da Igreja de São Tiago ao conjunto da Sede do Governo Local.	101
Foto 18 Antigo Palácio Domingos Martins com suas obras paradas.	86
Foto 19 - Palácio Domingos Martins e Igreja Matriz de Vitória.....	87
Foto 20 - Novo prédio da Assembleia Legislativa Estadual	92
Foto 21 - Cine Teatro Melpômene.....	108
Foto 22 – Cine Eden	109
Foto 23 – Cinema Central.	110
Foto 24 - O Cine Politeama.....	111
Foto 25 - Teatro Carlos Gomes.....	112
Foto 26 - Cine Teatro Glória.....	113
Foto 27 – Populares aguardando a Inauguração do Cine Vitória.....	114
Foto 28 - Público aguardando a sessão de inauguração no interior do Cine Vitória.	114

Foto 29 - Inauguração do Cinema São Luiz com	115
Foto 30 - Fachada do Cinema Jandaia	116
Foto 31 - Prédio onde funcionou o Cinema Santa Cecília.....	117
Foto 32 – Cinema Juparanã.....	118
Foto 33 – Reportagem mostrando a decadência do Cinema Odeon.	119
Foto 34 - Fachada do Cinema Paz.....	120
Foto 35 - Capela Santa Luzia.....	126
Foto 36 - Convento de São Francisco.....	128
Foto 37 - Convento de São Francisco Atualmente.....	130
Foto 38 - Convento de Nossa Senhora do Carmo em seus primórdios	131
Foto 39 - Convento de Nossa Senhora do Carmo na década de 1930.....	133
Foto 40 - Convento do Carmo Atualmente.....	134
Foto 41 - Igreja de São Gonçalo Garcia.....	135
Foto 42 - Igreja de São Gonçalo atualmente.	137
Foto 43 - Igreja de Nossa Senhora do Rosário..	139
Foto 44 - Capela de Nossa Senhora das Neves atualmente..	141
Foto 45 - Catedral Metropolitana de Vitória na década de 1970.....	144
Foto 46 - Monumento a Vasco Fernandes Coutinho.....	164
Foto 47 - Estátua do Índio Araribóia.....	166

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Segmentação da Área Central de Vitória.....	18
Figura 2 - Aterros ocorridos em Vitória no século XIX.....	59
Figura 3 – Reportagem sobre o comércio na Avenida Capichaba..	66
Figura 4 – Distribuição, por bairros, dos monumentos construídos em Vitória na década de 1890.....	153
Figura 5 – Distribuição, por bairros, dos monumentos construídos em Vitória na década de 1910.....	154
Figura 6 – Distribuição, por bairros, dos monumentos construídos Vitória na década de 1920.....	155
Figura 7 – Distribuição, por bairros, dos monumentos construídos em Vitória na década de 1930.....	156
Figura 8 – Distribuição, por bairros, dos monumentos construídos em Vitória na década de 1940.....	157
Figura 9 – Distribuição, por bairros, dos monumentos construídos em Vitória na década de 1950.....	158
Figura 10 – Distribuição, por bairros, dos monumentos construídos em Vitória na década de 1960.....	159
Figura 11 – Distribuição, por bairros, dos monumentos construídos em Vitória na década de 1970.....	160
Figura 12 – Distribuição, por bairros, dos monumentos construídos em Vitória na década de 1980.....	161
Figura 13 – Distribuição, por bairros, dos monumentos construídos em Vitória na década de 1990.....	162

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Cinemas construídos na Área Central de Vitória	107
Tabela 2- Destinação atual dos Cinemas na Área Central de Vitória.....	123
Tabela 3 - Monumento Construídos em Vitória entre 1890 a 1990	151
Tabela 4 - Distribuição Tempo-Espacial dos Monumentos de Vitória Entre as décadas de 1890 a 1990.....	152

LISTA DE SIGLAS

ALES – Assembleia Legislativa do Estado do Espírito Santo

CBD – Central Business District

CEC – Conselho Estadual de Cultura

IJSN – Instituto Jones dos Santos Neves

IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico Nacional

PMV – Prefeitura Municipal de Vitória

ZPC – Zona Periférica do Centro

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	15
2. A BASE TEÓRICA: FORMAS SIMBÓLICAS NA GEOGRAFIA CULTURAL E CONCEITOS BÁSICOS DA CENTRALIDADE INTRA-URBANA.	19
2.1 A Abordagem da Geografia Cultural Renovada e a Categoria “Significado”	19
2.2 As Formas Simbólicas Espaciais: A Manifestação Geográfica da Cultura.	27
2.3 Os Conceitos de Área Central e Descentralização na Organização Interna da Cidade.....	38
3. DO CENTRO HISTÓRICO À FORMAÇÃO DA ÁREA CENTRAL DE VITÓRIA: A QUALIFICAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO.	46
3.1 Proveniência e Formação Histórica do Centro de Vitória.	47
3.2 Gênese, Expansão e “Crise” da Área Central de Vitória.	69
4. AS FORMAS SIMBÓLICAS ESPACIAIS E A DINÂMICA DA CENTRALIDADE EM VITÓRIA: UM ESFORÇO DE ANÁLISE.	82
4.1 – Breve nota sobre a operacionalização da pesquisa: a categorização das formas simbólicas.....	82
4.2 Formas Simbólicas Associadas à Dimensão Política da Área Central de Vitória.....	85
4.3 Formas Simbólicas Associadas à Instância Ideológica: o caso dos prédios das salas de cinema em Vitória.	106
4.4 As Formas Simbólicas e a Instância Religiosa na Área Central de Vitória.....	125
4.5 Monumentos como Formas Simbólicas Espaciais em Vitória: uma análise da distribuição espaço-temporal.....	150

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	168
6. REFERÊNCIAS.....	173
ANEXOS	184

1. INTRODUÇÃO

O presente estudo aborda, através da perspectiva da *geografia cultural renovada*, a temática das formas simbólicas no espaço urbano, problematizando-a através de um estudo de caso sobre formas simbólicas mais representativas da centralidade na Área Central da cidade de Vitória –ES (figura 1).

O interesse sobre o tema está fortemente associado ao quadro relativamente recente da dinâmica espacial da centralidade na capital capixaba. Como se tornou característico da estrutura interna da metrópole capitalista em geral, desde o último quartel do século XX, também a Área Central de Vitória foi intensamente submetida aos efeitos da descentralização, processo espacial que conduz, dentre seus efeitos mais evidentes, tanto ao aparecimento de núcleos secundários de comércio e serviços afastados da Área Central, quanto, também, exerce um papel fundamental no que se consagrou designar como “crise da área central” sob forte sentido de “*estigmatização*” ideológica acerca do seu conteúdo social, que estaria, assim, depreciado no que respeito ao signo de *status* e poder que tradicionalmente lhe foi atribuído.

O quadro acima descrito - referente aos impactos que o processo de descentralização suscitou na organização interna da metrópole capixaba - é, contudo, muito recente quando se observa em perspectiva a história secular da constituição do *centro* da cidade de Vitória e, mesmo, o processo de modernização que, de maneira sobremodo saliente ao longo do século XX, engendrou a sua constituição como *Área Central*¹. Em todo esse amplíssimo período da produção do espaço urbano da capital capixaba em que a dinâmica da organização interna da cidade foi tributária, fundamentalmente, do processo

¹ É de fundamental importância sublinhar, desde a introdução da pesquisa, a distinção entre o sentido estrito do conceito de “Área Central” e o uso coloquial da noção de área central. Assim, no presente trabalho, por “Área Central” (escrito com letras maiúsculas), deve-se compreender o sentido estrito do conceito de *Área Central*, enquanto centro da moderna cidade capitalista, dotado de uma gama de atributos conceitualmente depurados no bojo de debate teórico da pesquisa urbana em geografia, atributos estes que serão apresentados e qualificados em uma parte do capítulo reservado à base teórica da dissertação. Assim, no presente trabalho, o significado do conceito de *Área Central* é estritamente referido ao plano do debate teórico da pesquisa urbana em geografia; enquanto tal, o referido conceito não pode ser confundido com o uso coloquial da noção de área central, bem como da miríade de noções correlatas, tais como centro; centro histórico; centro principal, etc;

de centralização, o *Centro* de Vitória foi o lócus privilegiado de *materialização* das formas simbólicas tipicamente associadas à centralidade intra-urbana: edificações-símbolos do poder político e jurídico e econômico; bem como, em sua origem mais arcaica, as Igrejas constituíam formas simbólicas que irradiavam signo de poder para o seu entorno mais imediato, fenômeno extensivo, em igual medida, a monumentos religiosos e demais espécies de formas simbólicas espaciais alocadas nesta parte da cidade. Cabe, portanto, investigar qual o papel do advento da descentralização sobre as formas simbólicas espaciais típicas da Área Central de Vitória, indagando em que medida estas formas permanecem um signo de resistência simbólica da importância da área, bem como a natureza da eventual requalificação de significado ao qual foram, eventualmente, submetidas.

A análise que se propõe desenvolver sobre o significado das formas simbólicas típicas da centralidade intra-urbana na Área Central da capital capixaba - sob o contexto de reestruturação urbana da metrópole capixaba profundamente marcada pelo processo de descentralização - não se orienta, é preciso enfatizar, no sentido de procurar determinar relações de causa e efeito trivializadas entre dos elementos centrais da problemática de pesquisa proposta. A pesquisa também não aspira fornecer uma síntese sistemática da integralidade das formas simbólicas que permanecem um símbolo de resistência da importância da Área Central de Vitória e demonstrar em que medida isso se verificaria. Tampouco será orientada no sentido de elencar, através de uma revisão historiográfica exaustiva, a integralidade das formas simbólicas que já foram signo do poder e prestígio desta área e tiveram o seu significado transfigurado e depreciado sob a influência do processo de descentralização. Propriamente a pesquisa proposta se orienta, antes de tudo, no sentido de desenvolver análises que permitam acompanhar as múltiplas determinações associadas à complexa relação vigente entre as formas simbólicas representativas da Área Central de Vitória e o processo de descentralização, com o propósito de ampliar o entendimento dessa complexa relação e, assim, da dinâmica mesma da centralidade intra-urbana na capital capixaba.

Nestes termos o objetivo geral da pesquisa é contribuir ao entendimento dos significados que determinadas *formas simbólicas* presentes Área Central de Vitória – na condição de formas simbólicas espaciais - exprimem no contexto atual da cidade. Além disso, a pesquisa também objetiva contribuir no sentido de ampliar a bibliografia dedicada ao espaço urbano de Vitória através da abordagem da *Geografia Cultural*, que permanece relativamente pouco desenvolvida nos estudos de caso dedicados a temáticas associadas à produção do espaço urbano de Vitória.

Para tanto o trabalho foi sistematizado em 3 capítulos subseqüentes, dos quais o próximo capítulo responde pelo referencial teórico que orienta a pesquisa, a começar por uma apresentação do perfil geral da *Geografia Cultural Renovada* enquanto uma abordagem específica no panorama do debate teórico-metodológico da geografia contemporânea; bem como serão destacados os conceitos de *formas simbólicas* e de “significados” em razão da posição basilar que assumem no cerne da pesquisa proposta. O capítulo será concluído com uma apresentação dos conceitos associados à temática da centralidade intra-urbana, notadamente os conceitos de Área Central e de *descentralização*.

O segundo capítulo corresponde à caracterização da área: trata-se, fundamentalmente, de apresentar elementos da historiografia do Centro da Cidade de Vitória que permitam qualificar a formação da área de estudo, destacando os eventos que possuem maior relevância relacionados à problemática da pesquisa. O terceiro capítulo é dedicado efetivamente à análise das formas simbólicas espaciais identificadas como fecundas para compreender o jogo de forças que vem à tona no que concerne à relação entre, por um lado, a força com o qual o processo de descentralização tem alterado a organização interna da metrópole capixaba e, por outro lado, os símbolos (geográficos) da centralidade alocados na Área Central de Vitória.

A última parte da pesquisa é reservada às considerações finais do trabalho, apresentado, que envolvem uma síntese da trajetória da pesquisa.

MAPA 25 - ÁREA CENTRAL DE VITÓRIA: SEGMENTAÇÃO EM CBD
E ZONA PERIFÉRICA DO CENTRO - ES

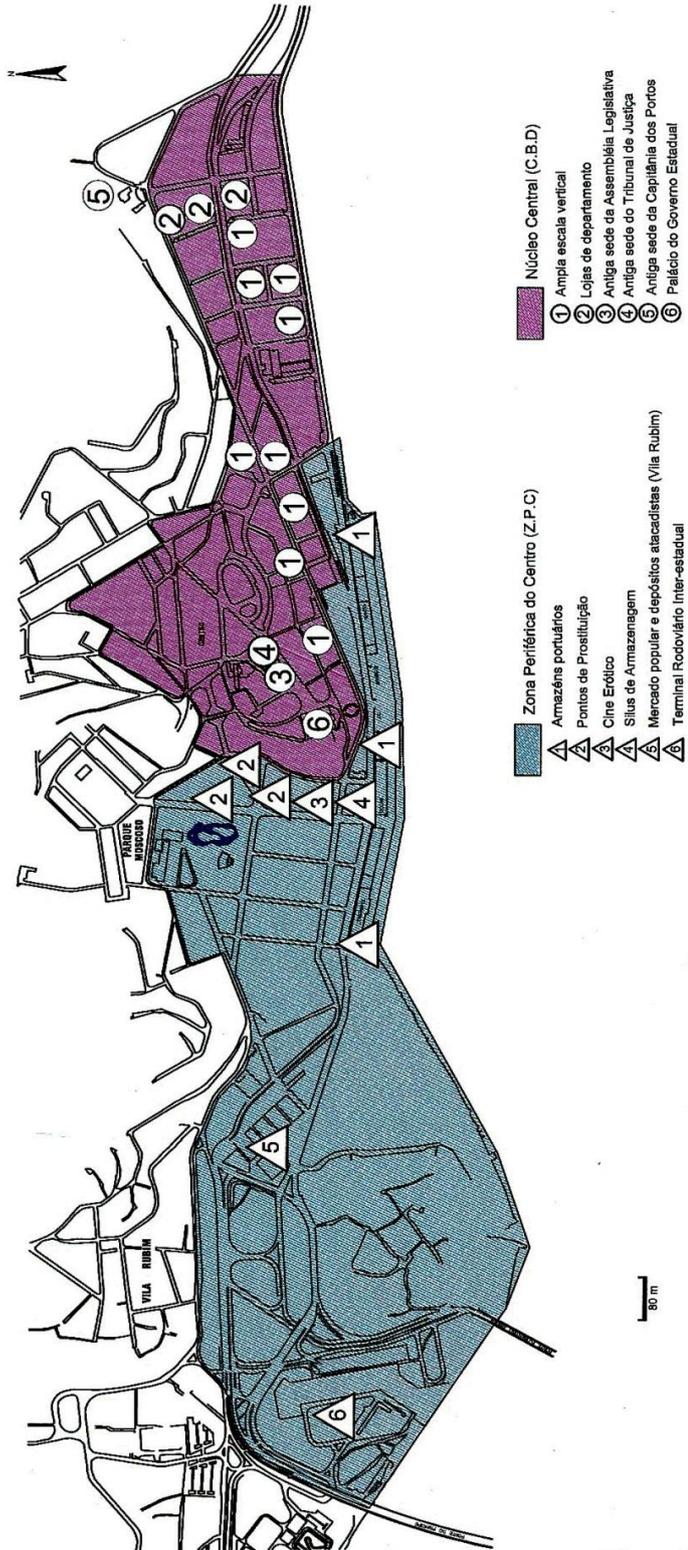


Figura 1 - Segmentação da Área Central de Vitória proposta por Reis (2007).

2. A BASE TEÓRICA: FORMAS SIMBÓLICAS NA GEOGRAFIA CULTURAL E CONCEITOS BÁSICOS DA CENTRALIDADE INTRA-URBANA.

O presente capítulo, reservado à fundamentação teórico-conceitual, foi subdividido em 3 partes, das quais a seguinte (2.1) buscará fornecer uma apresentação panorâmica da perspectiva da geografia cultural renovada, dando relevo especial à qualificação das noções de “cultura” e “significado”. O item subsequente (2.2) será exclusivamente reservado a apresentação do conceito de “formas simbólicas espaciais”, em razão da importância fundamental que desempenha para os propósitos da pesquisa. Por fim, o último item (2.3) é dedicado à qualificação de conceitos associados à centralidade intra-urbana em geografia, notadamente os conceitos de Área Central e descentralização.

2.1 A Abordagem da Geografia Cultural Renovada e a Categoria “Significado”.

A relação entre espaço e cultura pode ser indicada como uma das mais tradicionais na geografia, visto como exemplos o interesse constante durante toda a trajetória da geografia na descrição dos diversos fenômenos distribuídos na superfície terrestre, ou mesmo, a tentativa da compreensão espacial que se estabelece na relação entre homem e a natureza. É possível, portanto, pensar na relação entre espaço e cultura nos seguintes termos:

A noção de espaço permite ao pensamento geográfico um esclarecimento original em torno das questões as quais nos referimos frequentemente sob o termo de cultura. Embora esse termo seja altamente polissêmico, ele revela uma percepção da diversidade dos modos de vida, dos costumes, dos símbolos ou das práticas que os seres humanos utilizam nas diversas esferas de sua vida pessoal e coletiva. O olhar geográfico nos indica que essas práticas têm uma dimensão espacial, que requerem uma organização de territórios ou uma interação com o meio ambiente, levando a uma adaptação deste ou à sua transformação (BERDOULAY 2012, p.111).

Esta relação entre cultura e espaço fica ainda mais evidente tendo como referencial histórico o período de conformação da geografia moderna, pois, é em paralelo a este momento que irá ser formulada a denominada geografia cultural. Assim, é possível indicar que por volta dos anos de 1890 a geografia cultural tem sua origem sendo estabelecida, visto que, é neste mesmo período no qual, na Alemanha, concentravam-se os debates e as formulações que visavam estabelecer os caminhos e a identidade geográfica (CORRÊA, 2007a).

A expressão geografia cultural foi difundida por Carl Sauer e a “escola de Berkley”. Atualmente, ela é utilizada sem que seja necessário afirmar uma filiação intelectual a Sauer. Todavia, seu peso sobre a ideia de uma geografia cultural é tão importante que a abordagem escolhida é sempre avaliada em relação ao início dessa escola (BERDOULAY, 2011, p.107).

Em relação à expressão geografia cultural – ou mesmo em relação as ideias que referenciam a abordagem da geografia cultural – cabe destacar a distinção apresentada por Berdoulay (2011) a qual diferencia a geografia cultural – nos primórdios de sua elaboração – tendo como contraponto a abordagem atual do que se entende por geografia cultural. Portanto, a passagem acima aponta que, apesar da atual expressão “geografia cultural” ser, em certa medida, tributária em relação à matriz de sua formação – ou seja, a Carl Sauer e a Escola de Berkley – é possível notar que a abordagem feita na geografia cultural atualmente distingue-se de forma significativa daquela abordagem elaborada em sua origem de formação. Deste modo, para compreender um pouco mais as transformações ocorridas no plano interno da geografia cultural, partindo da sua base de formação e chegando ao presente, seria possível, segundo Claval (1999) dividi-la em três momentos mais significativos.

O primeiro momento ocorre em paralelo à própria formação da geografia transcorrendo até por volta dos anos de 1940. Neste período privilegiam-se na relação entre geografia e cultura os estudos sobre os gêneros de vida, (SAUER, 2003), área cultural, paisagens culturais, ecologia cultural, história da cultura (WAGNER; MIKESSELL; 2003), ou seja, trata-se de uma abordagem que privilegia o temário ligado à relação homem e meio marcado fortemente pela influência positivista.

Entre as décadas de 1940 a 1970 estende-se o segundo período da geografia cultural. Tem-se nesse período um momento de retração nos estudos culturais dentro da geografia. Assim, a cultura é posta em um plano secundário nas pesquisas geográficas. Marcadamente pelas influências tanto da geografia regional de Hartshorne quanto pela perspectiva teórica-quantitativa – sendo esta fortemente ligada aos fatores estatísticos e matemáticos – a cultura passa, nesse momento, a ser incorporada nos trabalhos de geografia apenas como mais um dado quantitativo e estatístico, não sendo considerada, portanto, como um elemento interpretativo.

O terceiro momento da geografia cultural tem como marco a década de 1970. Assim como a ciência geográfica passa por profundos processos de reformulações, sobretudo ligados a uma matriz crítico-marxista, a geografia cultural também passa por significativas reformulações em seu plano interno. Deste processo, expressivas modificações marcam a geografia cultural após a década de 1970, proporcionando a emergência de um novo movimento na geografia cultural conhecido como movimento de renovação na geografia cultural ou apenas “geografia cultural renovada”.

Reconfigurada por diversas matrizes “a geografia cultural renovada beneficia-se de aportes como o marxismo, fenomenologia, hermenêutica, ciências sociais e humanidades, como a crítica literária e a linguística, e das ciências naturais” (CORRÊA, 2008, p.91), tornando-se assim plural, de modo a privilegiar diversas matrizes de interpretação, ou, em outras palavras, a geografia cultural pós década de 1970 será vista como uma heteretopia epistemológica (DUCAN, 2000).

Outro ponto fundamental em relação ao processo de renovação na geografia cultural está na incorporação de um “sentido político” aos estudos feitos na geografia cultural. “O sentido político aparece ao se considerar a associação entre produção e circulação de significados, de um lado, e as condições de existência e reprodução social em suas diferenças espaciais” (CORRÊA, 2010,

p.3-4). Desde modo, o sentido político e os significados estão mutuamente relacionados, sendo, portanto, a compreensão de ambos fundamentais para as interpretações elaboradas através da abordagem cultural na geografia. Assim, mais adiante na pesquisa, será aprofundada a concepção a respeito destes dois elementos.

Nesse movimento, pós década de 1970, de reestruturação interna da geografia cultural, o processo de renovação terá como uma de suas características a reconfiguração da interpretação em relação do conceito de cultura. Há uma ruptura significativa com duas formas distintas de abordagens interpretativas a respeito da ideia de cultura. Deste modo, por um lado, a cultura deixa de ser interpretada enquanto uma espécie de elemento independente e descolado em relação à sociedade, ou seja, rompe-se com a visão da cultura como uma manifestação de uma entidade supra-orgânica (DUCAN, 2003), a qual teria leis próprias sobressaindo em relação à sociedade e, desta forma, controlando e determinando as ações desta. Ao mesmo tempo, desvincula-se também a concepção de cultura compreendida por uma base-superestrutura, que poderia ter marcadamente a influência pelo aspecto econômico (WILLIAMS, 2003).

Assim, nesta nova resignificação a cultura passa a ser interpretada enquanto uma entidade social, sendo, reflexo e meio da própria sociedade. A cultura é de tal modo vista como um componente da produção social que ocorre através do constante movimento da sociedade no qual é sempre construída e reconstruída, porém, ao mesmo tempo, esta não é unívoca, ou seja, não está sujeita apenas a uma interpretação que possa ser considerada oficial. Deste modo, à cultura pode ser “experimentada de formas diferenciadas pelos diversos grupos sociais resultantes da combinação de traços relativos à classe, gênero, idade, etnia, religião, entre outros aspectos” (CORRÊA, 2008a, p.91).

Em outros termos, através do movimento de renovação na geografia cultural, redimensiona-se a concepção de que a cultura podendo ser interpretada “como os significados que um dado grupo elabora e re-elabora com base em sua

experiência, que inclui avaliações, contatos e descobertas” (CORRÊA, 2008b, p. 18), ou seja, cultura é vista como um contexto (GEERTZ, 1989).

A reinterpretção a respeito da noção de cultura traz um arcabouço de referências novas e fundamentais para a geografia cultural renovada, diferenciando-a deste modo das antigas abordagens culturais na geografia. Não se trata mais do estudo da cultura baseando-se prioritariamente em seus conteúdos materiais, mas reconhecê-la ligada fundamentalmente a um sistema de representações, significados e valores criados socialmente que se manifestam de forma espacial. A cultura, através desta abordagem, não inclui somente a produção de objetos materiais, mas um sistema simbólico que conta com valores morais, éticos, práticas sociais, ritos, mitos, além de um sistema imaginário.

É possível indicar, segundo Corrêa (2010), que através da renovação na geografia cultural, esta passa a ter como característica, grosso modo, a inexistência de um objeto específico de estudo, refletindo que, em certa medida, tampouco a própria cultura será vista como o objeto de pesquisa da geografia cultural. A proposição da renovação na geografia cultural tem como uma de suas premissas a dimensão de que todos os fatos humanos são culturais, portanto, a cultura seria um eixo condutor para a interpretação dos fenômenos sociais.

A geografia cultural é muito mais identificada por uma específica abordagem do que por um dado conjunto de objetos empíricos. Assim, ainda que a religião seja considerada um excelente objeto para estudos culturais, um estudo exclusivamente a respeito da distribuição espacial dos templos de uma determinada crença não se constitui um estudo de geografia cultural, ainda que seja de forte interesse para esta. [...] Por outro lado temas essencialmente considerados como da geografia econômica ou política, por exemplo, uma área industrial em uma metrópole ou uma disputa territorial entre Estados, podem ser de interesse da geografia cultural. É a abordagem adotada que definirá em que subcampo ficarão os temas mencionados. [...], A geografia cultural não tem objeto empírico próprio, considera tanto o passado como o presente e o futuro, realiza estudos em várias escalas espaciais, tem uma inerente característica política e, especialmente, distingue-se por uma específica abordagem, focalizada na análise dos significados que os diversos grupos sociais atribuem, em seu processo de existência aos objetos e ações em sua espaçotemporalidade. (CORRÊA, 2007b [2003], p.171-172 e 175).

Logo, esta proposta de geografia cultural que emerge, não terá, a priori, a cultura como um objeto de estudo específico, ou seja, a cultura não é, ao menos em um primeiro momento o objeto de estudo da geografia cultural renovada. O foco dessa “nova” geografia cultural será, assim, a interpretação dos fenômenos espaciais que serão encaminhados através da abordagem cultural, a cultura será, dessa forma, o eixo interpretativo dos fenômenos a serem analisados. Nas palavras de Corrêa (2007c, p.9) a geografia cultural renovada caracteriza-se por “uma abordagem, um modo de olhar a realidade, uma interpretação daquilo que os outros grupos pensam e praticam”.

Contudo, apesar de não apresentar, a priori, um objeto de estudo específico por meio desta “nova geografia cultural” um elemento novo será de fundamental importância para tal abordagem, a saber: a categoria dos *significados*. Como já indicado, após a década de 1970 a geografia cultural passa por expressivas transformações. Este processo de alterações em seus pressupostos tem como consequência novas formulações e novas proposições dentro da abordagem da geografia cultural. Emerge como um dos desdobramentos fundamentais deste processo de renovação a categoria dos *significados*, a qual terá forte relação com a concepção assumida no que se refere à compreensão da cultura enquanto um produto social.

Este novo elemento, *significado* – visto enquanto uma proposta de categoria analítica – tem na abordagem da geografia cultural renovada, expressiva influência das proposições elaboradas pelo filósofo Cassirer (2009[1926]). A respeito da importância dos *significados*, dentro das propostas da geografia cultural renovada, cabe destacar as argumentações elaboradas por Corrêa:

Para a compreensão do ser tornava-se necessário apreende-lo não apenas no que se refere à sua organização, constituição e estrutura, mas também em relação aos significados que dele se faz. Isto implica interpreta-lo e, mais do que isto, interpretar o que os outros pensam de suas práticas e construções materiais e intelectuais (CORRÊA apud CASSIRER, 2007c, p.4-5).

Mas os significados não são apenas um produto social. Constituem também uma condição para a reprodução social, incluindo não apenas valores, crenças, mitos e utopias, mas também as relações sociais da

espacialidade humana. [...] Os significados constituem o foco da atenção do geógrafo cultural. (CORRÊA, 2007c, p. 5).

A proposição estabelecida por Corrêa demonstra, igualmente, a fundamental importância dos *significados* na abordagem da geografia cultural, pois estes estão diretamente associados à própria condição humana, ou seja, estão intrinsecamente ligados as dinâmicas que compõem o movimento de produção e a reprodução social.

Ainda em relação à pertinência da categoria dos *significados* para abordagem cultural na geografia, outro autor que argumenta sobre o assunto será Cosgrove (2000). Este geógrafo afirma que os seres humanos são parte da natureza, entretanto, interferem na mesma alterando o mundo natural e conseqüentemente alterando a si próprio. Devido a este processo, o autor considera fundamental a compreensão dos significados estabelecidos nessa relação. A respeito dos significados para a compressão da ação humana argumenta:

Apesar de toda divergência teórica, metodológica e de material perceptível em seus textos, os geógrafos culturais compartilham o mesmo objetivo de descrever e entender as relações entre a vida humana coletiva e o mundo natural, as transformações produzidas por nossa existência no mundo da natureza e, sobretudo, os significados que a cultura atribui à sua existência e às suas relações com o mundo natural (COSGORVE, 2000, p. 34).

Destacando a pertinência dos *significados* de uma maneira a não restringi-los somente a abordagem da geografia cultural, mas indicando ao mesmo tempo uma possibilidade para ampliação de uma proposta consagrada dentro da geografia crítica, Corrêa (2009, s/p) argumenta que as quatro categorias de análise do espaço, estrutura, processo, função e forma (SANTOS, 2008[1985]), que compõem uma proposta teórico-metodológica formulada por Milton Santos deveriam ser acrescidas da categoria *significado*, pois, se o espaço é reflexo, meio e condição social, para aprimorar sua compreensão e inteligibilidade torna-se necessário conhecer os significados construídos e reconstruídos pelos grupos sociais nas relações estabelecidas com os elementos que constituem o espaço além das relações que os atores sociais constituem com o espaço em si.

Tal proposta de complementariedade baseia-se na argumentação de que toda ação humana é uma ação simbólica, entretanto, as formas construídas pela ação humana, mesmo que dotada de uma determinada intencionalidade, o significado constituído para esta forma não precisa representar consenso, pelo contrário, uma mesma forma pode ser dotada de polivocalidade (CORRÊA, 2007a), ou seja, mais de um significado. Assim,

Questiona-se sobre os diferentes significados da ação humana impressa espacialmente ou, em outros termos, sobre os diferentes significados atribuídos as formas e suas funções, resultantes de processos inscritos na sociedade. Significados são, em realidade, o complemento as categorias de processo e forma (CORRÊA, 2009, p.11, s/p).

Portanto, é possível indicar que determinado símbolo construído pelo homem seja associado a mais de um significado, havendo a possibilidade desses múltiplos significados serem divergentes quando forem alvo de conflitos, disputas ou mesmo interesses distintos, ou, em outros casos, podendo possuir significados semelhantes, porém assimilados por grupos diferentes. Uma terceira possibilidade a destacar seria que, com o passar do tempo, um determinado símbolo tenha sido foco de processos de requalificação e ressignificação, ou seja, possua ao menos um significado diferente daquele originado em sua elaboração. Desta forma, compreender os significados existentes em torno dos símbolos construídos pela ação humana faz-se fundamental na abordagem da geografia cultural.

Faz-se necessário a compreensão dos significados dos símbolos elaborados pela ação humana, pois, há de se investigar não só as relações sociais estabelecidas na produção desses símbolos que compõe o espaço socialmente produzido, mas também, identificar às motivações, as representações, a dimensão simbólica do comportamento humano. Nas palavras de Geertz (1989, p. 15):

O homem é um animal amarrado a teias de significados que ele mesmo teceu, assumo a cultura como sendo essas teias e a sua análise; portanto, não como uma ciência experimental em busca de leis, mas como uma ciência interpretativa, à procura de significados.

Para Geertz (1989) – referindo-se a antropologia, contudo não ficando restrito somente a este ramo de pesquisa – os pesquisadores não deveriam limitar-se somente a descrever os acontecimentos que vivenciam o que ele chama de “descrição superficial”. Além de descrevê-los, é igualmente fundamental a necessidade de aprofundar essas relações vistas e estabelecidas pelos grupos sociais. Deve-se, portanto, buscar as origens e raízes dos processos, eventos e acontecimentos experimentados, ou seja, fazer o que ele chama de “descrição densa” o que remeteria a uma busca pelas motivações, pelas as necessidades e as vontades que determinaram a constituição de tais fatos.

Apesar de ser um conceito apresentado e incorporado de forma mais abrangente dentro da antropologia, associado às pesquisas etnográficas na compreensão das culturas, acredita-se, como apontam alguns autores da geografia tais como Corrêa (2007a; 2007b) e Cosgrove (2000) que a descrição densa na busca pelos significados pode e deve ser incorporada aos estudos geográficos, mais precisamente dentro da perspectiva da geografia cultural renovada.

2.2 As Formas Simbólicas Espaciais: A Manifestação Geográfica da Cultura.

Deste modo, tendo como base a abordagem empregada na presente pesquisa, a compreensão do conceito de *formas simbólicas* torna-se fundamental para a estrutura proposta no trabalho – na medida que esta será articulada com a categoria dos *significados* – cabendo, portanto, trazer considerações que permitam explorar o que se entende por formas simbólicas na abordagem geográfica, pois, “a incorporação da temática das formas simbólicas pela geografia possibilita aos geógrafos ampliar o conhecimento da dimensão cultural do espaço, enriquecendo a sua contribuição para a compreensão da sociedade e seu movimento” (CORRÊA, 2010, p.3).

Em relação ao movimento da sociedade, pode-se dizer que toda a produção humana, tal como a elaboração de músicas, confecção de vestimentas, elaboração de textos, construções de edificações, manifestação da linguagem, dentre outras, resultante em uma forma detentora de materialidade ou não, a produção humana será sempre uma produção simbólica. Nas palavras de Corrêa (2007c, p.7) “as formas simbólicas, materiais ou não, constituem signos construídos a partir da relação entre formas, os significantes, e os conceitos, os significados”. Referindo-se a produção humana e conseqüentemente a produção simbólica, Cosgrove (2003 [1983], p. 103) argumenta:

Os seres humanos experienciam e transformam o mundo natural em um mundo humano, através de seu engajamento direto enquanto seres pensantes, com realidade sensorial e material. A produção e reprodução da vida material são, necessariamente, uma arte coletiva, mediada na produção simbólica. Tais códigos incluem não apenas a linguagem em seu sentido formal, mas também o gesto, o vestuário, a conduta pessoal e social, a música, a pintura, a dança, o ritual, a cerimônia, e as construções. Mesmo essa lista não esgota a série de produções simbólicas através das quais mantemos o nosso mundo vivido, por que toda atividade humana é material e simbólica, produção e comunicação.

Portanto, toda a produção humana é uma produção simbólica e, como sugere Corrêa (2007c, p.7) “a ação humana é marcada não apenas por uma perspectiva econômica, mas também por um simbolismo que marca a influencia das demais dimensões dessa especialidade”. Grosso modo, entende-se que as formas simbólicas representam todo e qualquer elemento da produção humana considerando, deste modo, as formas produzidas pela ação humana dotadas ou não dotadas de materialidade. Dentro do debate sobre as formas simbólicas Scott (2012[2001], p.11-12, s/p) argumenta:

Entendo como “formas simbólicas” bens e serviços que tenham algum conteúdo emocional ou intelectual (ou seja, estético ou semiótico) significativo. Aqui e ali usarei a expressão “produtos culturais” como sinônimo daquele termo, embora julgue preferível “formas simbólicas” (a despeito da sua apropriação por Cassirer [1963] para propósitos filosóficos mais complexos), dada às inúmeras ambigüidades associadas à noção de “cultura” (Williams, 1976). No meu modo de entender, então, formas simbólicas mercantilizadas são produtos do empreendimento capitalista que atendem a demandas de bens e serviços que funcionam como instrumentos de entretenimento, comunicação, autodesenvolvimento (como quer que seja concebido), ornamentação, posicionamento social etc.; elas existem tanto em

destilações “puras”, como pode ser exemplificado pelo cinema ou pela música, ou em combinação com funções mais utilitárias, como pode ser exemplificado por mobília ou por vestuário. Na verdade, raramente é possível estabelecer uma distinção clara entre funções simbólicas e utilitárias de muitos (se não da maioria) dos produtos da economia contemporânea, e geralmente podemos falar apenas de seu grau de co-presença em uma mercadoria.

Segundo Scott, formas simbólicas ou produtos culturais podem ser indicados como sinônimos, pois representam a transformação de um elemento de forma que seu sentido seja incorporado ao homem, contudo, haveria uma diferença significativa nas formas simbólicas entre aquelas que possuem uma função simbólica e aquelas que possuem uma função utilitária, entretanto, nos dias atuais cada vez mais essa distinção torna-se difícil de ser feita devido a complexidades de funções e relações às quais estas formas estão submetidas. Chama à atenção a indicação feita pelo autor a respeito da mercantilização das formas simbólicas, que são aquelas formas criadas ou concebidas para atender as demandas mercado, quer seja por converterem-se em bens de consumo quer seja por converterem-se em serviços ofertados, havendo muitas vezes essa relação entre a função simbólica e a função utilitária.

Diante da pluralidade dos tipos de formas simbólicas e, conseqüentemente, o amplo leque que estas fornecem para serem investigadas, torna-se fundamental realizar um recorte de modo que seja possível reduzir o escopo de elementos analíticos a serem abordados – ressaltando que não se trata, por enquanto, de indicar os elementos que serão abordados no trabalho, ou seja, os objetos pesquisados, mas sim, demonstrar um recorte de forma a enquadrar tematicamente os objetos da pesquisa – deste modo, o eixo fundamental no qual se enquadram os elementos a serem pesquisados no presente trabalho corresponde às formas simbólicas espaciais.

Qualificando este tipo de forma simbólica, tem-se como proposta que as formas simbólicas tornam-se espaciais quando diretamente associadas ao espaço e, em suas constituições estabelecem relações com os elementos fixos e fluxos, ou, em outros termos, quando há em relação às formas simbólicas, localização e itinerários. Nesse sentido, para sua efetiva espacialização tanto as

localizações quanto os itinerários são de fundamental importância para as formas simbólicas espaciais.

É possível falar em política locacional das formas simbólicas, que deriva do desejo que elas cumpram eficientemente o papel que delas esperam aqueles que a conceberam. Esta política envolve as dimensões absoluta, relativa e relacional do espaço. Uma forma simbólica tem uma localização absoluta, um sítio onde ocorreu um dado evento considerado significativo ou que se deseja transformar em um local de celebração, contestação ou memorização, por apresentar um potencial positivo para este fim. As formas simbólicas, por outro lado, têm uma localização relativa, associada à visibilidade, mas, sobretudo, à acessibilidade face a toda a cidade ao espaço regional e nacional. Esta acessibilidade é um dos meios mais importantes para que as formas simbólicas possam transmitir as mensagens que delas se espera. Finalmente, as formas simbólicas apresentam uma localização relacional, isto é, são localizadas em relação a outras formas simbólicas que denotam interesses divergentes: a localização delas enfatiza um conjunto de valores que é referenciado a um dado espaço, ao qual opõe-se outro espaço (CORRÊA, 2007c, p.9)

Além da relação estabelecida entre forma simbólica e espaço, a qual terá significativa importância à política de localização na qual se insere determinada forma, outra característica fundamental para a compreensão a respeito das formas simbólicas e sua dinâmica de interlocução com o espaço está atribuída, à questão escalar da forma simbólica espacial. Argumenta-se:

Há também uma política de escala, isto é, uma política na qual as dimensões das formas simbólicas são concebidas politicamente. Fala-se, em realidade, de dimensão absoluta e dimensão relacional. A primeira diz respeito a forma simbólica apresentar uma certa dimensão física, expressa em área volume e altura, as quais associam-se a magnitude do evento ou personagem a ser celebrado, contestado ou memorizado, e aos recursos disponíveis. A dimensão relacional da escala das formas simbólicas diz respeito à comparação com outras formas simbólicas caracterizada pelas dimensões físicas imponentes, que representam eventos, personagens ou posições em conflito. As dimensões absoluta e relacional da escala associam-se à ideia de poder, e, mais do que isto, à superioridade (CORRÊA, 2007c, p.9)

As duas passagens acima destacadas permitem indicar dois pontos fundamentais que se estabelecem entre forma simbólica e sua relação com o espaço. Primeiramente indaga-se que entre forma simbólica e o espaço há uma relação que será mútua, pois, ao mesmo tempo em que uma dada forma simbólica qualquer, ao ser construída em determinado espaço, ou seja, edificada em um sítio com determinada localização, pode acabar incorporando

para si atributos dessa área na qual ela foi edificada, a forma simbólica espacial também pode acabar por transmitir atributos seus que serão direcionados em relação à área na qual ela encontra-se situada.

O segundo ponto possível de ser verificado, relacionado aos atributos de localização e escala das formas simbólicas espaciais, de maneira a permitir demonstrar o sentido político que o processo de renovação na geografia cultural, pós década de 1970, trouxe como referencial para esta perspectiva de abordagem.

Deste modo, o “sentido político”, permite articular as noções de polivocalidade com a categoria dos *significados*, pois, como indicado no item anterior deste capítulo, as formas simbólicas espaciais são frutos de uma produção que de alguma maneira se materializa no espaço sendo sua produção e elaboração dotadas de intencionalidade, e, conseqüentemente, de uma significação. Entretanto, tanto essa intencionalidade quanto essa significação correspondem a uma possibilidade de interpretação e assimilação da forma simbólica, contudo, esta assimilação poderá não ser a única representação criada e recriada nas relações estabelecidas com a forma simbólica. Assim, o sentido político está na busca da intencionalidade e significação ao se materializar determinada forma simbólica espacial e, quando for o caso, compreender os interesses e os eventuais conflitos que envolvam a produção e edificação dessa determinada forma simbólica. Ainda sobre o sentido político das formas simbólicas, acrescenta-se:

As relações entre formas simbólicas e política são também dotadas de nítida temporalidade. Refletem a natureza e a intensidade das transformações econômicas, políticas e sociais da cada período da História, mas também o sentido que os diversos tipos de representação material tem para a sociedade nos diversos períodos (CORRÊA, 2008c, p.129).

Espaço e tempo, no entanto, desempenham papéis diferentes em relação ao devir de estátuas, obeliscos, memórias e outros monumentos [...] Os monumentos, fixos e duráveis, construídos em bronze, mármore ou granito, congelam ideias e valores no espaço. O tempo, contudo, refaz ideias, valores e modos de pensar e ver, de maneira que muitos monumentos podem se tornar ‘arcaicos, estranhos e irrelevantes (...) elementos enigmáticos na paisagem’ [...] Mas o curso dos processos sociais engendra novas formas simbólicas, novos objetos fixos no espaço como os shoppings centers e os parques

temáticos e novos percursos envolvendo novas manifestações sociais em espaços públicos ou não (CORRÊA, 2008c, p.130).

Demonstra-se através dos elementos apresentados anteriormente que as formas simbólicas são “representações da realidade, constituem manifestações dotadas de um sentido aberto, instáveis, sujeitas a inúmeras e por vezes contrastantes interpretações” (CORRÊA, 2008c, p.128)” o que, por sua vez, lhe conferem a importância do seu sentido político o qual é necessário aprofundar as investigações na busca dos seus significados, pois, as interpretações manifestadas sobre determinadas formas simbólicas são passíveis de mudanças, sobretudo, como a passagem acima destaca, com o passar da história e suas transformações. Deste modo:

Formas simbólicas espaciais descrevem uma certa interpretação do passado, a exemplo de estátuas, memoriais, e prédios, graças à aparente objetividade que apresentam em razão da permanência que desfrutam ao apresentarem-se como fixos, comunicando informações impregnadas de intenções. Cidades inteiras, ativas ou em ruínas, podem também, desempenhar esse papel de comunicar o passado [...] Diferentemente de estátuas, obeliscos e outros monumentos fechados, a fachada e o interior de um prédio podem ser remodelados, alterando-se a sua iconografia de acordo com as intenções de quem pretende e detém poder para reconstruir o passado, criando e re-criando novos significados, ao mesmo tempo que são eliminadas aquelas representações julgadas indesejáveis para o presente e o futuro. Um prédio pode, assim, ser submetido a uma refuncionalização simbólica, Sua flexibilidade em termos de remodelação pode torna-lo útil para políticas de significado (CORRÊA, 2008c, p.136).

Nesse sentido é possível encaminhar proposições a respeito da intencionalidade em relação às constituições das formas simbólicas espaciais, visto que, ao serem planejadas e concretizadas por seus idealizadores tais formas são elaboradas para realizar uma ou mais de uma função, as quais podem ser (CORRÊA, 2007c, p.10):

- Glorificar o passado, acentuando alguns aspectos julgados relevantes para o presente e o futuro;
- Reconstruir o passado, conferindo-lhe novos significados. Nesse caso, como no anterior, algumas tradições podem ser inventadas;
- Transmitir valores de um grupo como se fossem de todos. Nesse caso estão envolvidas fortes relações de poder;
- Afirmar a identidade de um grupo religioso, étnico, racial ou social. A identidade nacional tem sido objeto de inúmeras formas simbólicas;
- Sugerir que o futuro já chegou, sendo portador de características julgadas positivas;

- Criar 'lugares de memória', cuja função é a de estabelecer ou manter a coesão social em torno de um passado comum.

Do exposto, é possível notar que há uma diversidade considerável de motivações para a constituição das formas simbólicas e, mais que isso, apesar dessas motivações e intencionalidades elaboradas por seus criadores, as formas simbólicas não apresentam necessariamente um consenso, podendo assim ser dotadas de múltiplas interpretações que irão desdobrar-se em significações diferentes.

Diante das possibilidades interpretativas as quais as formas simbólicas espaciais fornecem em relação as suas intencionalidades e seus significados, cabe indicar alguns exemplos destas formas simbólicas tendo como premissa o enquadramento espacial proposto na pesquisa, ou seja, dentro do recorte espacial urbano. Tendo em vista seu sentido político serão qualificados a toponímia e os monumentos, ambos considerados como manifestações das formas simbólicas espaciais comuns ao espaço urbano.

A manifestação da toponímia, ou seja, dotar e identificar um lugar com nome próprio tal como, "um logradouro público, bairro, cidade, país ou forma da natureza" (CORRÊA, 2007c, p.11) abordando assim "os significados e representações a respeito dos lugares, da cultura e da identidade" (CORRÊA, 2005, s/p) é entendida com um exemplo de forma simbólica espacial e pode estar impregnada de sentido político através da nítida intenção de dotar um local com determinado nome e, desta forma, expressar "uma efetiva apropriação do espaço, nele estando simbolicamente impresso a memória, a identidade e o poder daqueles que impõem nome aos lugares e assim controlam significados espacialmente projetados" (CORRÊA, 2005, s/p). Contudo, ressalta-se que conforme se estabelece essa relação entre toponímia e sua significação a mesma poderá vir a "valorizar ou estigmatizar o próprio objeto" (CORRÊA, 2007c, p.11).

A toponímia, além de uma forma de comunicação verbal também pode ser manifesta através das expressões gráficas da língua, como, por exemplo,

cartazes, grafites, posters, placas, sinalizações, out-doors, dentre outros, e, devido a essa amplitude das possibilidades das manifestações gráficas esta poderá ter e ser uma “poderosa capacidade de comunicação” (CORRÊA, 2010, p.15).

Conseqüentemente, devido à capacidade de comunicação e representação pela toponímia, pode emergir nesse contexto o sentido político desta forma simbólica que está conectada às tensões que envolvam a atribuição de um nome a um determinado local, devido a eventuais conflitos étnicos, religiosos, raciais ou mesmo situações de ruptura político-históricas. Deste modo, tem-se como exemplo um nome atribuído a um determinado local no qual envolva uma situação de tensão e conflito, caso haja uma ruptura na situação política daquele momento ocorrendo assim à alteração do quadro político de então, por vezes, nesse novo contexto político implicará na alteração ou reformulação da toponímia do lugar de conflito em questão (CORRÊA, 2007a; 2008c).

Além da toponímia, outro exemplo de forma simbólica espacial – tipicamente relacionada ao espaço urbano – que pode ser exemplo de manifestação de um sentido político, está relacionado aos monumentos espalhado pelos espaços das cidades. Estátuas, obeliscos, templos, colunas, por exemplo, são formas simbólicas – consideradas como exemplos de monumentos – que compõem “representações materiais de eventos passados, integram o meio ambiente construído, compondo de modo marcante a paisagem de determinados espaços públicos da cidade” (CORRÊA, 2007c).

Os monumentos vistos enquanto formas simbólicas espaciais não são apenas objetos estéticos incorporados ao espaço urbano, mas também são dotados de um sentido político manifesto por meio dos contextos de sua elaboração, significação e difusão, podendo ser interpretados como uma espécie de “texto” que podem, por exemplo, celebrar e glorificar eventos e heróis do passado (DUCAN 1990). Desta forma, podem apresentar um forte potencial comunicativo, pois são acessíveis à maioria da população e, ao mesmo tempo,

são objetos fixos no espaço o que faz com que transmitam “permanentemente as mensagens que dele se espera comunicar” (CORRÊA, 2005, s/p).

Parte integrante do processo de transformação urbana, os monumentos recriam paisagens. Foram elas dotadas de inúmeros signos [...] contudo, enquanto criações sociais, politicamente concebidos, são portadores de ambiguidades. A sua capacidade de comunicar aquilo que deles desejavam os seus idealizadores pode ser limitada e mesmo contestados os significados que deles desejavam (CORRÊA, 2005, s/p).

Esta polivocalidade a qual os monumentos podem estar submetidos em relação a sua constituição, e assim manifestar sentidos e significações diferentes tendo como um exemplo celebração e contestação demonstra a importância de tentar interpretar e compreender o sentido político que os monumentos manifestam, visto que, esta compreensão possibilita a ampliação do entendimento das relações que se estabelecem na composição do espaço urbano. Desta forma:

A análise geográfica dos monumentos pode estar centrada em dois focos principais, identidade e poder. Ambos manifestam-se de diferentes maneiras, entre elas nos monumentos. Por meio da necessária espacialidade que os monumentos têm, implicando em localizações fixas e dotadas de longa permanência, os monumentos são poderosos meios de comunicar valores, crenças e utopias e afirmar o poder daqueles que os construíram. Dotados de alcance espacial limitado face aos modernos meios eletrônicos de comunicação que instantânea e simultaneamente produzem imagens impregnadas de intenções, no entanto, os monumentos têm um papel fundamental na criação e permanência de determinadas paisagens urbanas, impregnando lugares de valor estético e simbólico. As paisagens e os lugares são parte da espacialidade dos monumentos (CORRÊA, 2005, s/p).

A passagem acima destaca a importância dos monumentos no espaço urbano devido ao sentido político que podem vir a manifestar e, desta forma, podendo impactar diretamente na paisagem deste espaço. Deste modo, para uma melhor compreensão sobre a manifestação simbólica dos monumentos, três pontos são considerados fundamentais para a sistematização destas formas simbólicas espaciais dotadas de sentido político, a saber, a localização, a escala e a “interconexão entre práticas de afirmação e contestação política” (CORRÊA, 2007d, p.20).

Em relação ao primeiro ponto – localização – esta será de fundamental importância para o monumento, pois, conforme a disposição espacial desta forma simbólica, a mesma poderá, de forma positiva, viabilizar e maximizar, ou, de forma negativa, dificultar a acessibilidade e visualização do monumento, podendo ter como consequência um grau maior ou menor de atração de frequentadores para si. Deste modo, a localização terá significativa expressão no que diz respeito à realização da capacidade de comunicação a qual o monumento está destinado. Além disso – como já indicado do subitem anterior ao tratar das formas simbólicas espaciais – também será possível falar em localização absoluta, relativo e relacional dos monumentos.

O segundo ponto a ser observado corresponde à escala do monumento e, tratando-se de uma forma simbólicas espacial, pode-se falar em uma dimensão absoluta e uma dimensão relacional da escala forma simbólica, neste caso, dos monumentos. A relação entre escala absoluta e escala relativa manifestada nos monumentos “expressa poder e, mais do que isto, pode expressar supremacia” (CORRÊA, 2007d, p.20), visto que, conforme a magnitude do monumento está será uma referência direta do poderio econômico, político e mesmo simbólico de seus idealizadores.

O terceiro ponto passível de ser indicado corresponde “à interconexão entre as práticas de afirmação ou contestação política que, à primeira vista podem parecer isoladas entre si” (CORRÊA, 2007d, p.20). A este ponto, grosso modo, corresponde a um desdobramento do ponto anteriormente apresentado (dimensão escalar do monumento), na medida em que, a compreensão do monumento pode ser feita de forma a tentar inseri-lo num contexto espacial mais amplo, ou seja, compra-lo com outros monumentos localizados em espaços mais distantes e que aparentemente possam não indicar, a princípio, que estes monumentos distantes entre si possam apresentar ligações em suas construções e representações (CORRÊA, 2007d).

Ainda assim, devido à diversidade de manifestações das formas simbólicas espaciais, cabe apontar algumas orientações que permitam balizar a realização

dos estudos das formas simbólicas, pois, os “estudos sobre formas simbólicas espaciais implica na adoção de um fio condutor que direcione a análise” (CORRÊA, 2010, p.13). Contudo, adverte-se que esta é apenas uma maneira de qualificação em relação às formas simbólicas, não representando em si um receituário, ou uma espécie de “passo a passo”, mas uma tentativa de agrupar e elencar elementos e características que permitam qualificar as formas simbólicas segundo suas possíveis representações e significações.

Deste modo, como mecanismo condutor das análises dois pontos são considerados importantes. O primeiro ponto refere-se à ênfase na dimensão política na qual a forma simbólica foi concebida ou está submetida. Em sequencia, o segundo ponto resguarda a seleção na qual as formas simbólicas serão agrupadas para suas devidas análises, sugerindo-se, neste caso, o agrupamento pelos seus respectivos significados, pois:

A primeira via, descartada, agrupa as formas simbólicas analisadas de acordo com o tipo, material ou não, de forma simbólica, isto é, templos, estátuas, palácios, entre outros. A rejeição a esta via de análise deve-se à possibilidade de um mesmo tipo ter sido produzido com propósitos diferentes; inversamente, é possível que significados semelhantes possam ter sido atribuídos a tipos distintos. Nesse trabalho os significados são mais importantes do que os tipos de formas simbólicas espaciais. Uma segunda via de análise aponta para a adoção de enunciados por meio dos quais as formas simbólicas possam ser analisadas (CORRÊA, 2010, p.14).

Esta maneira de realizar uma abordagem analítica tal como sugerida na passagem acima, através do agrupamento das formas simbólicas segundo seus enunciados, possibilita, que as formas simbólicas sejam agrupadas por temas, tais como poder, identidade, memória, conflito, dentre outras, e este agrupamento, por sua vez, será uma possibilidade de orientação na forma de conduzir o esquematismo de análise das formas simbólicas espaciais, que articule seu sentido político e os eventuais significados que estas formas possuam.

Diante do exposto, é admissível sugerir que o espaço urbano será um lócus privilegiado no que diz respeito à concentração de formas simbólicas espaciais.

São nos espaços urbanos, sobretudo as grandes cidades, as quais ocorrem expressivas manifestações das formas simbólicas espaciais, tais como templos, monumentos, praças, toponímias, dentre outras formas de manifestação, as quais, via de regra, serão transmissoras de significados que, eventualmente, poderão alterar inclusive as dinâmicas internas e externas no que se refere a este espaço urbano. Nesse contexto, segundo (CORRÊA, 2007b [2003], p.178) sugere-se que a cidade seja “ela própria, uma forma simbólica que em certos casos, foi criada ou transformada visando a criar valor, contido nas próprias formas da cidade”. Portanto, a cidade, seja por suas formas simbólicas espaciais, ou mesmo por sua representação enquanto a possibilidade de manifestação desta como forma simbólica espacial, é um espaço fecundo para este tipo de abordagem espacial.

2.3 Os Conceitos de Área Central e Descentralização na Organização Interna da Cidade.

Não obstante a presente pesquisa assuma fundamentalmente a perspectiva geografia cultural renovada enquanto perspectiva de fundamentação teórica e conceitual prevalente, a problemática mesma que propõe investigar implicou a necessidade de recorrer a uma gama de conceitos que possuem larga tradição na pesquisa em geografia urbana e que, além disso, foram profundamente redimensionados sob a perspectiva da geografia crítica, quais sejam, os conceitos associados à centralidade intra-urbana - mais especificamente os conceitos de Área Central e descentralização.

O conceito de Área Central é de fundamental importância para a presente pesquisa por duas razões básicas: por um lado os atributos associados ao conceito incidem diretamente sobre o recorte da área de estudo e; por outro lado, na medida em que o conceito de Área Central – sob a significação estrita da qual lançamos mão - diz respeito estritamente ao centro da moderna cidade capitalista e, nestes termos, seu recurso possui implicações no tratamento

dispensado à dimensão temporal da pesquisa² - como poderá ser observado no tratamento dispensado à periodização da história da cidade que acompanha a caracterização da área de estudo no capítulo seguinte.

De fato, uma larga tradição da pesquisa em geografia urbana desenvolveu uma determinação do significado do conceito de Área Central enquanto expressão do centro *moderno* da grande cidade capitalista (Horwood e Boyce; 1959 *apud* Corrêa 1989; COLBY, 1933 *apud* CORRÊA, 1989, p. 45-46).

Assim, os atributos que qualificam o referido conceito não dizem respeito ao centro da cidade “pré-moderna”, como, por exemplo, no caso dos centros da cidade medieval, colonial, antiga e – além disso – não se manifestam em cidades que não assumem a magnitude (ou escala) da grande cidade moderna capitalista, como no caso de cidades médias ou pequenas que, embora possam possuir um centro no qual as atividades de comércio e serviços mais especializados se concentram, não possuem uma Área Central com os atributos são considerados, no âmbito teórico, típicos deste conceito. É preciso ratificar, dessa forma, que o conceito de Área Central não se confunde com o significado indeterminado que a noção de “área central” possui regularmente

² Isso se verifica na medida em que uma gama significativa de formas simbólicas espaciais alocadas na **Área Central** de Vitória são provenientes de períodos históricos que precederam a sua constituição (enquanto *centro moderno*) e foram, por sua vez, assimiladas como signo de *status* e poder simbólico da Área Central (no período de sua formação e consolidação), bem como, além disso, foram afetadas pela “crise” que o processo de descentralização submeteu a referida área, num período relativamente recente da história da cidade. A Área Central, bem como as formas simbólicas espaciais desta área, tal como se apresentam **atualmente** na cidade de Vitória, constituem expressão de um processo complexo de acumulação de formas geográficas proveniente de temporalidades distintas, na medida em a gênese de cada forma possui uma temporalidade própria (Por exemplo: Igrejas seculares; prédios do poder público do final do século XIX e monumentos instalados da década de 1970 em homenagem a políticos, compõem a complexa gênese temporal da configuração das formas simbólicas espaciais da Área Central atual de Vitória). Assim, a configuração atual da Área Central corresponde a sobreposição dessas formas espaciais que possuem origem em temporalidades distintas na história da cidade. O sentido estrito da determinação conceitual da Área Central (Corrêa, 1989) que a presente pesquisa lança mão, na medida em que se restringe à qualificação dos atributos do centro da moderna cidade capitalista, desempenha um papel decisivo no plano analítico da pesquisa, pois pode ser assumido como uma referência para o tratamento da dimensão temporal da problemática que se propõe pesquisar.

no senso-comum para designar o centro de cidades em qualquer escala, sejam o caso do centro de cidades grandes, médias ou de pequeno porte. Em outras palavras: na presente pesquisa o conceito de Área Central - e seus atributos básicos - tal como será considerado no que segue, refere-se estritamente ao significado que lhe foi determinado sob um quadro de debate teórico-conceitual da pesquisa em geografia urbana ao qual presente pesquisa lançará mão.

Os atributos associados à gênese da Área Central dizem respeito ao processo de centralização das atividades funcionais característico da modernização do centro das aglomerações urbanas que viriam a constituir as grandes metrópoles capitalistas, enquanto expressão mais contundente da urbanização capitalista moderna (Corrêa, 1989). Para além dos atributos associados à gênese da Área Central³, um atributo de fundamental importância para a qualificação deste conceito na presente pesquisa diz respeito à segmentação da Área Central em dois segmentos básicos, quais sejam: o CBD (*central bussiness district* – usualmente traduzido na literatura em português como “núcleo central de negócios”) e a Zona Periférica do Centro. O conceito de Área Central corresponde, assim, a uma entidade geográfica que constitui uma estrutura composta por dois componentes espaciais básicos, dotados de qualidades específicas, a saber: a Zona Periférica do Centro e o Núcleo Central de Negócios. É importante, assim, sublinhar que a Área Central possui, ela própria, um *núcleo central de negócios* (o CBD) que não deve ser confundido, conceitualmente, com a Área Central, na medida em que constitui um componente específico desta última, como observou Reis (2007, p.9): “O CBD e a Zona Periférica do Centro desempenham funções específicas na organização interna da cidade capitalista e, para tanto, são dotados de estruturas funcionais bastante diferenciadas”. Os atributos constitutivos do núcleo da Área Central (o CBD) são, em meados do século XX, com base nas formulações de Horwood e Boyce (1959 *apud* Corrêa 1989):

³ Para uma visão aprofundada e mais completa acerca dos atributos associados ao processo de centralização que caracterizou a gênese da Área Central consulte-se, dentre outros Corrêa, (1989; bem como Horwood e Boyce, 1959; Colby, 1933 *apud* Corrêa, 1989).

- a) Uso intensivo do solo, com a maior concentração de atividades econômicas, sobretudo do setor terciário, onde se verificam os mais elevados preços do solo urbano;
- b) Ampla escala vertical, com a presença de grandes edifícios de escritórios juntos uns dos outros; que tornam o CBD facilmente identificável na paisagem urbana, e facilitam os negócios que exigem contatos pessoais,
- c) Limitada escala horizontal, sendo comumente passível de ser percorrido à pé;
- d) Limitado crescimento horizontal, pois sua expansão se dá através da intensa verticalização;
- e) Concentração diurna associada ao horário de trabalho, apresentando –se deserta à noite
- f) Foco de transportes intra-urbanos, para o qual convergem o tráfego urbano;
- g) Área de decisões, porquanto aloja as sedes e escritórios regionais das principais empresas que atuam em na cidade. Além disso, muitas instituições do Estado estão localizadas nesta parte da Área Central.

Por seu turno, os atributos da Zona Periférica do Centro, são:

- a) Uso semi-intensivo do solo. As atividades que aí se encontram são, sobretudo, o comércio atacadista, a armazenagem e as indústrias leves; há terrenos abandonados, transformados, em muitos casos, em estacionamentos. Estas atividades estão fortemente vinculadas às do núcleo central e a toda cidade, beneficiando-se da acessibilidade que o conjunto da Área Central desfruta.
- b) Ampla escala horizontal. As atividades aí localizadas ocupam prédios baixos, sendo fortemente consumidoras de espaço; por isso a zona periférica do centro estende-se por ampla área, o que é possível pelo fato de o preço da terra ser aí menos elevado que o do núcleo central.
- c) Limitado crescimento horizontal. Seu crescimento restrito deve-se, primeiramente, ao fato de que muitas das novas empresas e atividades, criadas recentemente, já não precisam mais desta localização, instalando-se em outros lugares. Em segundo lugar, outras atividades abandonam a área em busca de terrenos mais amplos e baratos, ao mesmo tempo que poucas são aquelas que se instalam na zona periférica do centro.
- d) Área residencial de baixo status social. A zona periférica do centro apresenta um amplo setor residencial caracterizado por residências populares e de baixa classe média, muitas delas deterioradas, como os cortiços, onde reside parcela da população que trabalha na área; possui por isso comércio varejista e serviços para esta população. Este setor da Área Central constituiu-se, por outro lado, no principal foco da política de renovação urbana. Esta consiste, sobretudo, na substituição de prédios residenciais deteriorados por novos edifícios de apartamentos. Concomitantemente verifica-se a substituição do conteúdo social, isto é, saem os pobres e entra a classe média.
- e) Foco de transportes inter-regionais. A área constitui-se no mais importante foco da circulação inter-regional, aí localizando-se os terminais ferroviários e rodoviários, justificando a presença de numerosos depósitos, garagens e hotéis baratos. Quando se trata de cidade portuária, aí se localiza extensa zona de cais, armazéns e atividades conexas. Associada a estas atividades, mas não exclusivamente, aparece um subsetor mal-afamado de diversões.

O processo de descentralização espacial, por sua vez, constitui na história da grande cidade capitalista um evento mais recente do que a centralização e emergência da Área Central - na medida mesmo em que a descentralização está diretamente associada, dentre outros fatores, às disfunções que a Área Central - já constituída - irá manifestar em razão da excessiva concentração das atividades centrais em um setor específico da organização interna da grande cidade capitalista.

Os primeiros estudos sobre a temática da descentralização na pesquisa urbana em geografia tem sua origem associada ao significativo crescimento das grandes cidades na América do Norte no início do século XX. Esse processo já se manifesta de modo embrionário no primeiro quartel do século XX, converte-se num evento regular a partir da segunda metade do referido século. Assim, na década de 1930 surgem os primeiros trabalhos desenvolvidos em relação ao tema da descentralização (COLBY, 1933; PROUDFOOT, 1937). De fato, o processo de descentralização se dá devido ao aparecimento de vários fatores de repulsão que geram a saída de empresas e instituições da Área Central, quais sejam:

- a) o aumento constante do preço da terra, impostos e aluguéis, afetando certas atividades que perdem a capacidade de se manterem localizadas na área central;
- b) congestionamento e alto custo do sistema de transporte e comunicações, que dificulta e onera as interações entre firmas;
- c) dificuldade de obtenção de espaço para a expansão, que afeta particularmente as indústrias em crescimento; d) restrições legais implicando a ausência de controle do espaço, limitando, portando, a ação das firmas;
- e) ausência ou perda de amenidades (COLBY, 1933 *apud* CORRÊA, 1989, p. 45-46).

Entretanto, o surgimento de fatores da repulsão da Área Central, aparecem concomitantemente a uma gama de fatores de atração em áreas não-centrais, tais como:

- a) terras não ocupadas, a baixo preço e impostos;
- b) infra-estrutura implantada;
- c) facilidades de transporte;
- d) qualidades atrativas do sítio, como topografia e drenagem; e) possibilidade de controle do uso das terras;
- f) amenidades (COLBY, 1933 *apud* CORRÊA, 1989, p. 46).

Além disso, a descentralização está invariavelmente associada ao crescimento da cidade, “tanto em termos demográficos como espaciais, ampliando as distâncias entre a Área Central e as novas áreas residenciais” (CORRÊA, 1989, p.46). As formas espaciais derivadas do processo de descentralização das atividades de comércio e serviços são usualmente designadas como núcleos secundários, pois, como observou Reis (2007), a gênese dessas formas é necessariamente posterior à formação da Área Central. Os núcleos secundários podem variar quanto à forma, função e escala - tais como sub-centros (regionais, de bairros; de bairro); eixos comerciais; áreas de coesão especializadas (CORRÊA, 1989). No caso específico da metrópole capixaba poderíamos destacar, por exemplo, os casos de Campo Grande (em Cariacica) e Laranjeiras (Serra), como dois dos mais importantes sub-centros comerciais em municípios que integram a região metropolitana da Grande Vitória.

No âmbito de consideração geral que caracteriza o debate teórico-conceitual da pesquisa urbana - constata-se que partir da década de 1970 e, principalmente, a partir dos anos de 1980, os estudos sobre a temática da descentralização ganham novo redimensionamento e relevo. Este fato deve-se a possibilidade de reconhecer - através da literatura dedicada ao tema - “a profunda reestruturação que, desde então, se delineou na conformação de um novo padrão de distribuição das atividades econômicas tipicamente centrais na organização interna da metrópole moderna”, derivado da forte intensificação do processo de descentralização (REIS, 2007, p.6).

Com base nisso REIS (2007; 2009) propôs uma concatenação entre as duas fases distintas referentes ao significado do processo de descentralização na estruturação na estrutura comercial da grande cidade capitalista ao longo do século XX. A primeira fase abrange o período entre a década de 1920 até meados da década de 1970. Neste período o processo de descentralização é caracterizado pelo surgimento de núcleos secundários que, embora possam variar quanto à magnitude de seu tamanho, função e forma, preservam em comum o fato de serem hierarquicamente submetidos à primazia do Núcleo

Central de Negócios - em outras palavras, não colocam em xeque a supremacia da Área Central que no que diz respeito à estruturação interna da cidade, na medida em que o núcleo central de negócios é parte constitutiva da Área Central. Por sua vez, uma segunda fase – que corresponde ao período entre meados da década de 1970 estendendo-se até o presente - distingue-se da fase precedente na medida em que surgem novas expressões da centralidade intra-urbana derivadas da forte intensificação do processo de descentralização. Estas novas expressões são dotadas de importância equivalente, o mesmo superior, ao CBD. Deste modo, o CBD (e, por extensão, a Área Central como um todo) passa - a partir deste período - a perder paulatinamente atributos que tradicionalmente, de modo exclusivo, o definiam: notadamente os atributos associados aos signos de poder (econômico, político-ideológico e, também, simbólico).

Assim, pode-se afirmar que - tanto no que diz respeito em relação à dimensão econômica quanto à dimensão simbólica - com a emergência de novas estruturas de comércio e serviços derivadas da intensificação do processo de descentralização que se verificou a partir do último quartel do século XX, a Área Central passa a ser “ameaçada” em sua primazia por essas novas estruturas. O tipo específico de forma espacial derivada da intensificação do processo de descentralização capaz promover o surgimento de estruturas de comércio e serviços capazes de submeter a primazia da Área Central na estrutura de organização interna da cidade foi designado por Reis (2007; 2009) como **núcleo central desdobrado**. É, sobretudo associado à emergência de estruturas como essas que a propalada “crise” da Área Central torna-se aguda no contexto da metrópole capitalista, pois, antes do aparecimento deste tipo de estrutura, os núcleos secundários (como os subcentros, por exemplo) eram fundamentalmente submetidos à primazia (funcional, econômica e simbólica) no núcleo da Área Central.

É assim que, no caso da metrópole capixaba, será, sobretudo com o desdobramento do núcleo central em direção à Praia do Canto, notadamente a partir da década de 1990, que a “crise” da Área Central tornar-se-á patente.

Esta “crise”, contudo, não se restringe às disfunções de caráter econômico associadas a excessiva concentração das atividades na Área Central, tampouco dizem respeito à compreensão ideologicamente distorcida acerca da orientação da oferta de bens e serviços na Área Central para a camada de baixo *status* econômico e social – a “crise” abarca esses elementos e envolve, em igual medida, a dimensão simbólica das formas espaciais desta área. É sob esse contexto que as formas simbólicas espaciais alocadas na Área Central de Vitória constituem uma temática fecunda para ampliar a compreensão desta dimensão geográfica da referida cidade.

O capítulo seguinte é reservado à caracterização da área de estudo, no qual pretende-se destacar os principais elementos associados à formação, expansão e, mais recentemente, ao período de “crise” da Área Central de Vitória.

3. DO CENTRO HISTÓRICO À FORMAÇÃO DA ÁREA CENTRAL DE VITÓRIA: A QUALIFICAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO.

O presente capítulo é destinado à caracterização da área de estudo. Tendo em vista que a cidade de Vitória (ES) possui uma história secular, cabe salientar que o capítulo não pretende reproduzir de modo minucioso a história de Vitória, tampouco de seu Centro. Trata-se, antes, de destacar elementos considerados indispensáveis à caracterização da área de estudo convergente à problemática da pesquisa proposta, ou seja, fornecer um enquadramento necessário à problematização das formas simbólicas espaciais na Área Central de Vitória, que serão objeto de análise no capítulo seguinte.

Na medida em que a Área Central aloca formas simbólicas espaciais cuja proveniência antecede, em muito, o processo de modernização que lhe deu origem, foi indispensável considerar – de modo sintético – o período da história da cidade que precedeu à constituição do centro moderno da capital capixaba (ou seja, todo o largo período que precedeu a constituição efetiva da Área Central enquanto entidade geográfica suficientemente estabelecida), contemplando assim os eventos mais relevantes que desde o período da colonização conduziram até a fase de modernização do centro da cidade. Desse modo, o presente capítulo trabalhou a caracterização da área através de uma divisão temporal em dois grandes períodos: (i) a fase que precedeu a modernização do centro de Vitória, isto é, a fase que antecedeu a gênese da Área Central, que abarcaria desde o início colonial até meados do século XX; e (ii) a fase moderna do centro, que remete desde a década de 1940 até o presente, caracterizada pela modernização do centro de Vitória enquanto entidade geográfica que corresponde ao conceito de Área Central, ou seja, o período que abarca desde a gênese propriamente dita da Área Central, bem como sua expansão e, mais recentemente, sua propalada “crise”⁴.

⁴ É de fundamental importância reafirmar que a periodização da história da cidade e de seu centro que será conduzida no presente capítulo está assentada no sentido estrito do conceito de Área Central, conforme considerado no capítulo precedente. Só através da assimilação do sentido estrito desse conceito é possível compreender a pertinência da qualificação do período anterior à década de 1940 como “pré-moderno”. É evidente que muito antes da referida década o Centro de Vitória era tanto suporte quanto, ele próprio, expressão de relações sociais,

Desde maneira, tendo como referencia o recorte histórico destes dois momentos, pretende-se que a articulação entre ambos os momentos forneçam subsídios para a compreensão e análise das formas simbólicas espaciais que serão selecionadas no presente estudo.

3.1 Proveniência e Formação Histórica do Centro de Vitória.

Segundo a história oficial, no ano de 1535, mais precisamente no dia 23 de maio deste ano, tem-se como marco o início da colonização do solo do Espírito-santense. Desembarcam nesta data, vindos de Portugal e liderados pelo donatário da Capitania do Espírito Santo, Vasco Fernandes Coutinho, os primeiros colonizadores do solo capixaba. A chegada deste grupo dá-se no município de Vila Velha, denominado na época de Vila do Espírito Santo, então primeira sede da Capitania do Espírito Santo. Segundo Gomes (2012, p.72):

econômicas, políticas tipicamente modernas. É, assim, evidente que o referido Centro já era dotado, muito antes de meados do século XX, de elementos característicos da urbanização e do urbanismo modernos, (elementos de infra-estrutura urbana moderna, etc). Nenhum desses elementos, entretanto, dizem respeito aos atributos constitutivos do conceito de Área Central enquanto ente geográfico que corresponde ao centro da moderna cidade capitalista, dotado de atributos distintivos tais como, por exemplo, sua segmentação interna entre uma Zona Periférica do Centro e um Núcleo Central de Negócios (o CBD). Na medida em que, no caso do Centro de Vitória, a ampla escala vertical (que constitui um atributo indispensável à qualificação do núcleo da Área Central) emergiu de modo significativo sobre o aterro da esplanada - e na medida em que este aterro foi levado a termo na década de 1950, a rigor não é possível considerar a existência de uma Área Central em Vitória, no sentido conceitual esposado no presente trabalho (ver item 2.3), anterior à referida década, na medida em que a inexistência de um *núcleo central de negócios* inviabiliza a segmentação interna da Área Central entre uma Zona Periférica do Centro e um Núcleo Central de Negócios (CBD), segmentação esta indispensável ao sentido mesmo do conceito de Área Central. Isso não significa – vale ressaltar – que antes da década de 1950 não havia uma “periferia” econômica e social (bem como funcional) no Centro de Vitória e, por conseguinte, um núcleo que concentrava as atividades centrais mais especializadas (sejam econômicas, políticas, sociais, etc...), e que essas atividades e relações sociais já eram tipicamente modernas. É de fundamental importância observar, nesse momento, a distinção entre a constituição do Centro como entidade geográfica moderna (a Área Central tal como conceitualmente determinada no presente trabalho) e a presença de elementos característicos da urbanização moderna (urbanísticos, econômicos, sociais) que podem, evidentemente, se manifestar em um *centro* que não corresponda aos atributos constitutivos do conceito de Área Central. Assim, no presente capítulo, o sentido “pré-moderno” constitui uma adjetivação cujo significado é tributário do sentido operacional do conceito de Área Central.

O donatário da capitania, como forma de explorar e reconhecer a região navegou pela chamada Baía do Espírito Santo, chegando em 13 de julho de 1535 a uma grande ilha localizada do outro lado da Vila do Espírito Santo, e que recebeu o nome de Ilha de Santo Antônio, por ser esse dia consagrado pela Igreja a esse santo católico.

Em 15 de julho de 1537 a Ilha de Santo Antônio – atual Ilha de Vitória – é doada pelo donatário da capitania do Espírito Santo a Duarte de Lemos. O novo proprietário da ilha, além de plantar cana de açúcar por extensas porções de terra será responsável pelas primeiras edificações construídas na então Ilha de Santo Antônio (KUSTER, 2003), tais como um engenho para o beneficiamento da cana e a capela de Santa Luzia.

O local que foi inicialmente ocupado pela fazenda de Duarte de Lemos na Ilha de Santo Antônio significou a localização das primeiras habitações da ilha, e é descrito por vários autores como a colina histórica onde Vitória foi fundada, ou seja, representa a parte do Centro da cidade conhecida como “Cidade Alta” (GOMES, 2012, p.73).

Devido aos constantes ataques indígenas ocorridos na Vila do Espírito Santo, os quais dificultavam o desenvolvimento do local, no ano de 1550 o donatário Vasco Fernandes Coutinho transfere a sede da capitania da então Vila do Espírito Santo para a Ilha de Santo Antônio, pois, devido às condições geográficas oferecidas pela ilha (local abrigado dentro da baía e um platô elevado), estas poderiam dar maior segurança e suporte tanto em relação aos ataques realizados pelos povos indígenas como também em relação a invasores vindo de outras nações europeias.

Deste modo, o novo núcleo de povoamento que terá origem nesse momento será conhecido como Vila Nova – passando o antigo núcleo urbano abandonado a ser denominado de Vila Velha. Este novo núcleo será o local no qual no ano de 1551 acontece a fundação da Vila de Nossa Senhora de Vitória, ou somente chamada de Vila de Vitória, sendo este nome adotado depois de uma grande batalha realizada na ilha, tendo como referencia a vitória dos colonos sobre os indígenas. Foi “em 8 de setembro o batismo oficial da cidade nascente (DERENZI, 1995, p.31).

Segundo Muniz (2000) a Vila de Vitória nascerá próxima as então edificações já existentes na ilha, Casa de Duarte Lemos e a Capela Santa Luzia (foto 1). Deste modo, no topo da colina de povoamento nos anos seguintes seriam construídas as primeiras igrejas da Vila – hoje consideradas igrejas seculares – bem como seriam erguidas também nestes primeiros anos da vila o Colégio dos Jesuítas e as primeiras residências.

Durante o século XVI a conformação urbana da Vila de Vitória podia ser fragmentada em dois ambientes significativamente distintos. A cidade colonial em formação continha uma parte alta – colina ou colina histórica – que era considerada a parte mais nobre da cidade, com as melhores construções, as igrejas então existentes, e as residências e esta parte alta, por sua vez, ligava-se a outra parte da cidade – parte baixa – através de ruas e ladeiras estreitas e mal construídas, sendo esta parte da cidade aquela na qual se realizavam principalmente as atividades comerciais, além disso, a parte baixa da cidade era o local de contato com o mar para o entreposto e transbordo portuário bem como de localização dos armazéns e fortificações na então sede da capitania (MUNIZ, 2000; BORGES, 2006).



**Foto 1 - Capela de Santa Luzia. Localizada na parte elevada da ilha (colina histórica).
Fonte: Catálogo do Patrimônio Cultural do Espírito Santo, 2009.**

Cabe destacar, que durante boa parte da fase colonial a organização e estruturação do espaço da cidade de Vitória terá marcadamente em sua paisagem a influência religiosa na arquitetura e feições das principais edificações encontradas em seu “centro”, sobretudo, devido a forte influencia das congregações católicas que se instalam na vila (GOMES, 2012).

No ano de 1551 com a chegada dos jesuítas, estes começam a construir suas primeiras edificações na cidade sendo, primeiramente, a residência dos padres – que nada mais eram do que casas de estruturas simples apenas de madeira e palha –, mais tarde iniciam a construção de uma igreja (Igreja de São Tiago) e, posteriormente, também realizam a construção de um colégio (foto 2). Anos depois, outra construção – desta vez pertencente a uma ordem religiosa diferente – ganhará destaque na vila, esta construção será o Convento de São Francisco, o qual tem sua fundação no ano de 1596. Além dessas construções, em 1551 tem-se o início da edificação da antiga Matriz de Vitória (Igreja de Nossa Senhora da Vitória) que será demolida no ano de 1918 para ser erguida em seu lugar a Catedral Metropolitana de Nossa Senhora da Vitória em 1933.



Foto 2 - Igreja e Colégio de São Tiago. Fonte: Derenzi, 1971.

Essa divisão da cidade em áreas significativamente distintas ainda permanecerá durante anos na organização espacial da Vila da Vitória (foto 3). Deste modo, no século XVII esta nítida distinção entre as duas partes da ilha pode ser percebida nos relatos feitos a respeito da primeira tentativa de invasão pelos holandeses a Capitania do Espírito Santo. Conforme aponta Gomes (2012, p.85):

A respeito da primeira invasão holandesa à Capitania do Espírito Santo ocorrida em 1625, um fato interessante chama a atenção durante o ataque desses corsários a Vila da Vitória. Encontramos no trabalho de Deamon (1879, p.108) um trecho com as primeiras referências a expressão “Centro” da vila, que naquele momento (século XVII) era, ao que tudo indica, a colina histórica da Vila (a atual Cidade Alta do Centro da cidade de Vitória).

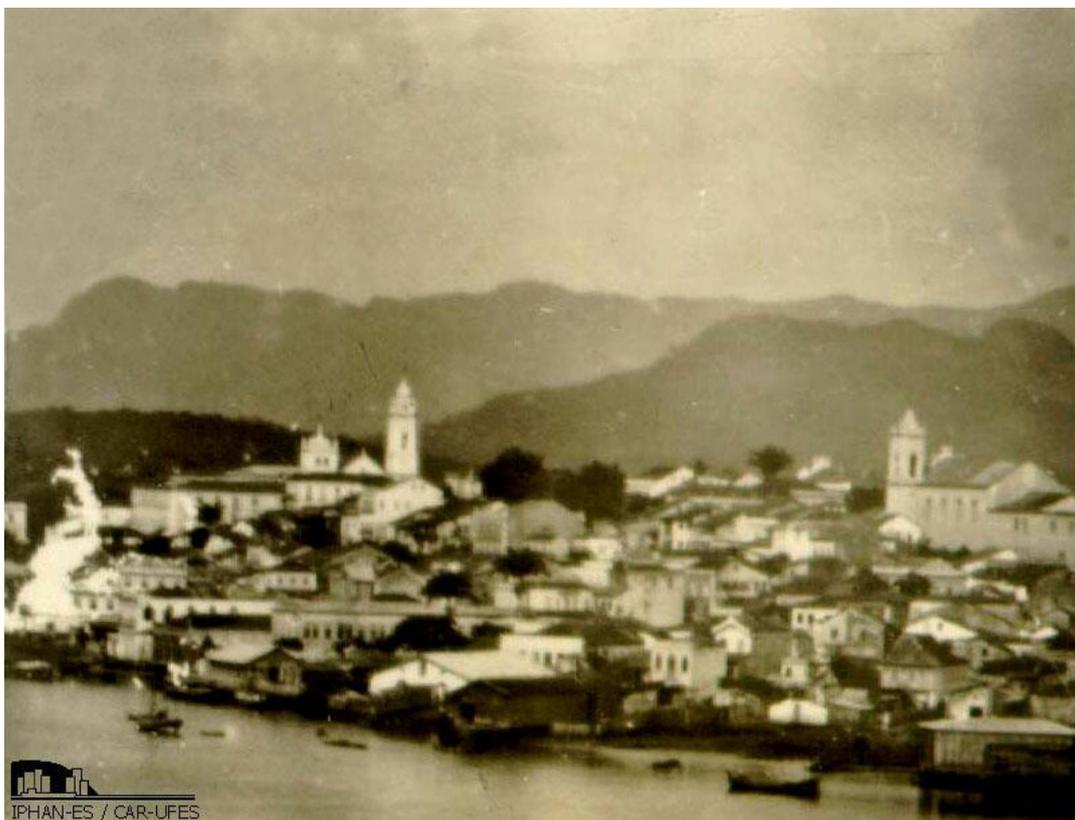


Foto 3 - Em destaque o Colégio e Escola de São Tiago (à esquerda) e Matriz de Vitória (direita). Também é possível notar as feições da cidade de Vitória, parte alta e parte baixa). Fonte: Seção de Coleções Especiais – Bibliografia Central / UFES.

Entretanto, esta tentativa de invasão não foi à única registrada na capitania, durante o século XVII ocorrem outras incursões que visavam ocupar a Capitania do Espírito Santo – não somente pelos corsários holandeses, mas

também ocorreram tentativas de invasão vindas de outras nações europeias que visavam ocupar o território da capitania. Como consequência direta deste quadro, o reflexo que se notará na ilha serão as ações protetoras e de defesa referentes à Vila da Vitória, interferindo, dessa forma, na organização da vila nesse momento, pois, ganha significativo destaque para o arranjo espacial as construções de fortificações dentro ou nas proximidades da vila.

Contudo, com exceção das construções de algumas fortificações, em linhas gerais, durante o século XVII a capitania do Espírito Santo e, conseqüentemente, a vila de Vitória passam por um período de estagnação econômica, provocando assim, principalmente na vila a falta de investimentos urbanos. Este quadro será o efeito, em parte, devido às invasões holandesas, pois priorizava para a ilha uma política praticamente exclusiva com a fortificação e proteção do território e não seu desenvolvimento, mas também terá como causa o descaso do governo português em relação à capitania deixando-a em um segundo plano nas ações estabelecidas pela coroa portuguesa (KUSTER, 2003). Este atraso econômico só começará a ser revertido anos mais tarde conforme apontado por Gomes (2012, p.88):

Essa fase de decadência é interrompida quando a capitania é vendida em 1674 por Antônio Gonçalves da Câmara Coutinho (o último descendente de Vasco Fernandes Coutinho) ao coronel e abastado fazendeiro baiano Gil de Araújo, por 40.000 cruzados.

A posse e a chegada de Gil de Araújo a capitania do Espírito Santo em 1678 terá consequência diretas sobre a Vila de Vitória, pois o novo donatário será responsável pela adoção de medidas que visavam melhorar as condições da vila.

Outro ponto a ser considerado refere-se ao fato que, assim como no século XVI, – apontado anteriormente – no século XVII também é possível notar uma significativa construção de templos ligados à religião católica dentro da vila, que, em certa medida, ainda demonstrava a influência religiosa na organização interna do “centro” de Vitória. Merece destaque, primeiramente, a construção da Igreja de Nossa Senhora da Misericórdia (foto 4) no ano de 1605 localizada

na parte alta da vila em frente à Igreja de São Tiago e, mais tarde, já estando à administração da capitania em posse de Gil de Araújo será edificada a Igreja da Nossa Senhora do Monte do Carmo tendo sua obra concluída no ano de 1682.

Além dessas edificações construídas no período de administração da capitania por Gil de Araújo, este administrador será responsável pela construção e reconstrução de engenhos, promoverá a defesa da capitania principalmente através das construções de novas fortificações na Vila de Vitória associado ao aumento do quadro de artilharia e infantaria, além disso, será responsável pelo incentivo a colonização distribuindo terras e sementes aos colonos interessados em ocupar o território espírito-santense (KUSTER, 2003). Contudo, pode-se indicar como seu principal objetivo o desejo de encontrar minas de ouro e de outras pedras preciosas dentro da Capitania do Espírito Santo (GOMES, 2012). Entretanto, devido ao insucesso com a busca por ouro e metais preciosos Gil de Araújo deixa em 1682 o Espírito Santo partindo rumo a Bahia, local este onde irá falecer no ano de 1685.



Foto 4 - Igreja de Nossa Senhora da Misericórdia (Centro), Igreja Matriz (localizada ao fundo). Fonte: Seção de Coleções Especiais – Bibliografia Central / UFES.

Apesar de um período de prosperidade, graças às ações de Gil de Araújo, no final do século XVII a Capitania do Espírito Santo encontra-se em situação de forte estagnação e pobreza o que, por sua vez, terá reflexos diretamente na Vila de Vitória. Este quadro torna-se ainda mais grave quando, também no final do século XVII, são descobertas as primeiras minas de ouro dentro do território da capitania espírito-santense. O ouro descoberto que poderia dar novo dimensionamento político e econômico à capitania do Espírito Santo será, na verdade, um dos grandes responsáveis pelo grande atraso e estagnação que durante anos marcaram tanto a história capixaba como o próprio desenvolvimento da sede da capitania (MONTEIRO, 2008).

No início do século XVIII o quadro da decadência econômica da capitania torna-se ainda mais grave, pois, como indica Gomes (2012, p. 93).

Na primeira metade do século XVIII, além da fase de mineração aurífera, outro episódio ganhou destaque na história sócio-política da Capitania do Espírito Santo, quando em 1718, a Coroa Portuguesa comprou a capitania pelo mesmo valor que foi vendido a Gil de Araújo, e a partir desse momento, a respectiva capitania deixa de pertencer a proprietários particulares.

Dentre as consequências da posse da capitania pela Coroa Portuguesa destacam-se as medidas extremamente rígidas que impediam a abertura de rotas para o interior da capitania e para a região das minas, proibição da navegação pelos rios também em direção ao interior desta capitania, além destas há também proibição do comércio de venda de qualquer tipo de item para fora dos limites do território espírito-santense, sobretudo, itens agrícolas.

Contudo a medida mais rigorosa adotada pela Coroa Portuguesa, dentro do ciclo de exploração do ouro, foi, sem dúvida, ao direcionamento de papel de defesa que a capitania do Espírito Santo deveria exercer durante essa fase de exploração aurífera. Em outras palavras, devido a esta medida imposta pela coroa, a capitania espírito-santense teria praticamente uma função defensiva dentro da dinâmica da colônia portuguesa, de modo a proteger a exploração de ouro – na então criada Capitania das Minas Gerais – de possíveis invasões do

território brasileiro que visassem justamente o roubo deste metal precioso e pudessem utilizar como acesso as Minas Gerais, rotas pela Capitania do Espírito Santo (GOMES, 2012).

Destaca-se nesse momento na Vila de Vitória, a intensa militarização que esta será submetida, principalmente com a construção e reforma de fortificações pelos arredores da vila e entrada da Baía de Vitória. Assim, “essa fase de ‘militarização da cidade’ no século XVIII aponta um importante indicador urbano da área elevada da vila, considerada por nós como o ‘Centro’ da então Vila da Vitória nos séculos XVI e XVII” (GOMES, 2012, p.94), na medida em que, boa parte dessas fortificações localizavam-se no entorno os nas proximidades do então núcleo urbano da ilha.

Esta militarização pela qual passa a vila de Vitória será um dos fatores responsáveis no processo de expansão urbana em direção à parte baixa da mesma, iniciando assim uma nova conformação espacial em relação ao “centro”. Contudo além da militarização Gomes (2012) aponta outros elementos que contribuem para a expansão da vila, sobretudo na segunda metade do século XVIII, em suas palavras:

A construção de novas igrejas no espaço urbano da vila nesse momento (segunda metade do século XVIII) também representou uma indicação de expansão do seu “Centro” para a sua parte baixa. O exemplo mais contundente da “descida” do Centro para a parte baixa da vila foi a construção – em uma área aterrada que ficou conhecida como Largo da Conceição (ex-Prainha) – da Igreja de Nossa Senhora da Conceição da Prainha em 1755, sendo demolida em 1896, para a expansão de uma praça, a atual Costa Pereira (GOMES, 2012, p.97).

Além da referida igreja destaca na passagem acima outras duas igrejas também serão edificadas na vila de Vitória na segunda metade do século XVIII, sendo elas a Igreja de Nossa Senhora do Rosário e a Igreja de São Gonçalo.

Chegando ao final do século XVIII a Capitania do Espírito Santo passa a ser administrada por homens com título de governadores. Esta mudança será consequência da emissão por parte da Coroa Portuguesa de uma carta régia

na qual extinguiria a administração por parte dos chamados capitães-mores (GOMES, 2012).

Os dois primeiros governadores da capitania foram respectivamente Antônio Pires da Silva Pontes (1800-1804) e Manuel Vieira de Albuquerque Tovar (1804-1812), já no início do século XIX, sendo que ambos os governadores em suas administrações não fizeram nenhuma intervenção mais significativa referente à Vila de Vitória que, em certa medida, pudesse alterar a configuração urbana da mesma. Somente na administração do terceiro governador da capitania será o momento em que o processo de urbanização da vila tomará maior destaque na política local.

O terceiro governador da capitania, Francisco Alberto Rubim (1812-1819) teve uma participação direta na urbanização e expansão do então “Centro” da Vila da Vitória na segunda década do XIX, quando realiza inúmeras obras públicas, destacadamente na parte baixa da vila (GOMES, 2012, p.103).

Dentre as obras realizadas pelo governador Francisco Alberto Rubim destacam-se a obrigatoriedade direcionada aos moradores em reformar, limpar ou quando fosse o caso, reconstruir a fachada de suas casas, que nesse momento já desciam a encosta do núcleo de fundação da vila (MARTINS, 1993). Além disso, o governador Francisco Alberto Rubim será responsável pela realização de três aterros na vila de Vitória, sendo eles localizados nas proximidades do Porto dos Padres, na área conhecida como Pelames e no Largo da Conceição. Cabe destacar que estas intervenções urbanas através da construção dos aterros, serão todas as três obras executadas na parte baixa da vila, demonstrando assim a expansão urbana do “centro” da ilha.

Como indica Klug (2009), os processos de aterramentos serão decisivos na história da cidade de Vitória, na medida em que, ao promover o acréscimo de terras para expansão urbana os aterros acabam por dar novas configurações e contornos para o sítio físico da cidade. Deste modo, estes aterramentos serão de fundamental importância nas políticas públicas da cidade, pois, possibilitam que, além da resolução de alguns problemas ligados a área do saneamento, os

aterros também terão destaque como uma prática de tentar resolver, ao menos parcialmente, o problema da falta de áreas para a expansão urbana, devido às limitações físicas da ilha de Vitória.

Ainda na primeira metade do século XIX ocorre a Proclamação da Independência do Brasil. Este trará reflexos diretos na Vila de Vitória, pois a mesma, um ano mais tarde, terá sua categoria elevada de *vila* passando para *cidade*. Ao mesmo tempo a capitania deixa de ser denominada sob este termo (capitania) e passa a ser reconhecida como Província a qual será, a partir de então, governada pelos presidentes nomeados e não mais pelos homens com títulos de governadores (MARTINS, 1993). Deste modo, Ignácio Accioli de Vasconcelos torna-se o primeiro Presidente nomeado da província, governando entre os anos de 1824 a 1829. Uma obra sua que merece destaque está à intervenção visando à melhoria no sistema de abastecimento de água na cidade de Vitória, tendo como um desdobramento dessa intervenção a construção do chafariz da Capixaba.

A menção a este chafariz faz-se necessária, primeiramente, por ser o único a permanecer de pé tendo como referencial os cinco chafarizes existentes que até o início do século XX abasteciam a cidade de Vitória com água potável, visto que, ainda não havia água encanada para a cidade neste momento (CASTRO, 1998). Outro ponto a ser considerado em relação a este chafariz – e aos outros que existiam – refere-se ao fato, como aponta Ribeiro (2009) de que na cidade de Vitória os chafarizes foram um fator de destaque na conformação do espaço urbano, neste caso, demonstrando a expansão urbana para locais mais afastados do núcleo principal de povoamento, locais estes, prioritariamente localizados na parte baixa da cidade.

Contudo, mesmo com as edificações construídas e as obras públicas realizadas a cidade de Vitória ainda permanecia na segunda metade do século XIX suja, com moscas, mosquitos e ratos espalhados pelas ruas, sem um sistema adequado de tratamento e coleta de esgoto, terrenos baldios com matagais ou com lixos depositados. A consequência direta deste quadro

precário de saneamento são as constantes epidemias que assolam a cidade e recaem sobre sua população (DERENZI, 1995; MUNIZ, 2000). Deste modo, durante boa parte do século XIX, uma das principais preocupações que recairá sobre o poder público será a tomada de ações que visassem melhorar as condições do saneamento básico na cidade.

Além disso, também será nesse mesmo período durante o século XIX que edificações importantes – presentes até os dias de hoje – serão construídas no Centro de Vitória, visando, em certa medida, à melhoria e modernização da cidade, dentre essas construções é possível mencionar, Biblioteca Pública (1855), Capitania dos Portos (1856), Mercado Público (1876), Edifício do Telégrafo (1871) dentre as ações públicas realizadas neste momento ainda é possível destacar a melhoria da iluminação pública nas ruas do Centro de Vitória (GOMES, 2012). Além destas obras, outro ponto importante a ser considerado são as intervenções na cidade através da realização de aterros:

Entre 1812 e 1819, foram realizados aterros nas regiões alagadas próximas ao núcleo central, abrindo possibilidade de ocupação de novas áreas na cidade. Tem início o aterro de parte do manguezal do Campinho (Atual Parque Moscoso), com intuito de fazer uma passagem para o centro da vila. Inicia-se, também, o aterro do Largo da Conceição (atual Praça Costa Pereira) possibilitando o aparecimento de novas ruas e residências que margeavam o sopé do Maciço Central, na região do Morro da Capixaba e do Morro do Vigia. Esses aterros foram concluídos nos anos de 1830 e 1860 (KLUG, 2009, p.22).

Estas obras de aterramento (figura 1) – a primeira concluída somente em 1830 e a segunda somente em 1860 – evidenciam de forma significativa a expansão da cidade de Vitória e conseqüentemente seu Centro para as áreas mais baixas, próximas à linha do mar. A vida urbana que se concentrava de forma expressiva na parte alta da cidade (Colina), ganha novo dimensionamento espacial devido aos novos contornos que o Centro de Vitória começa a ter tanto devido as áreas dos aterros, mas não se limitando somente a esta dinâmica, tendo também como outro fator preponderante as intervenções realizadas pelo poder público, tais como a construção de edifícios, construção de vias, dentre outras.

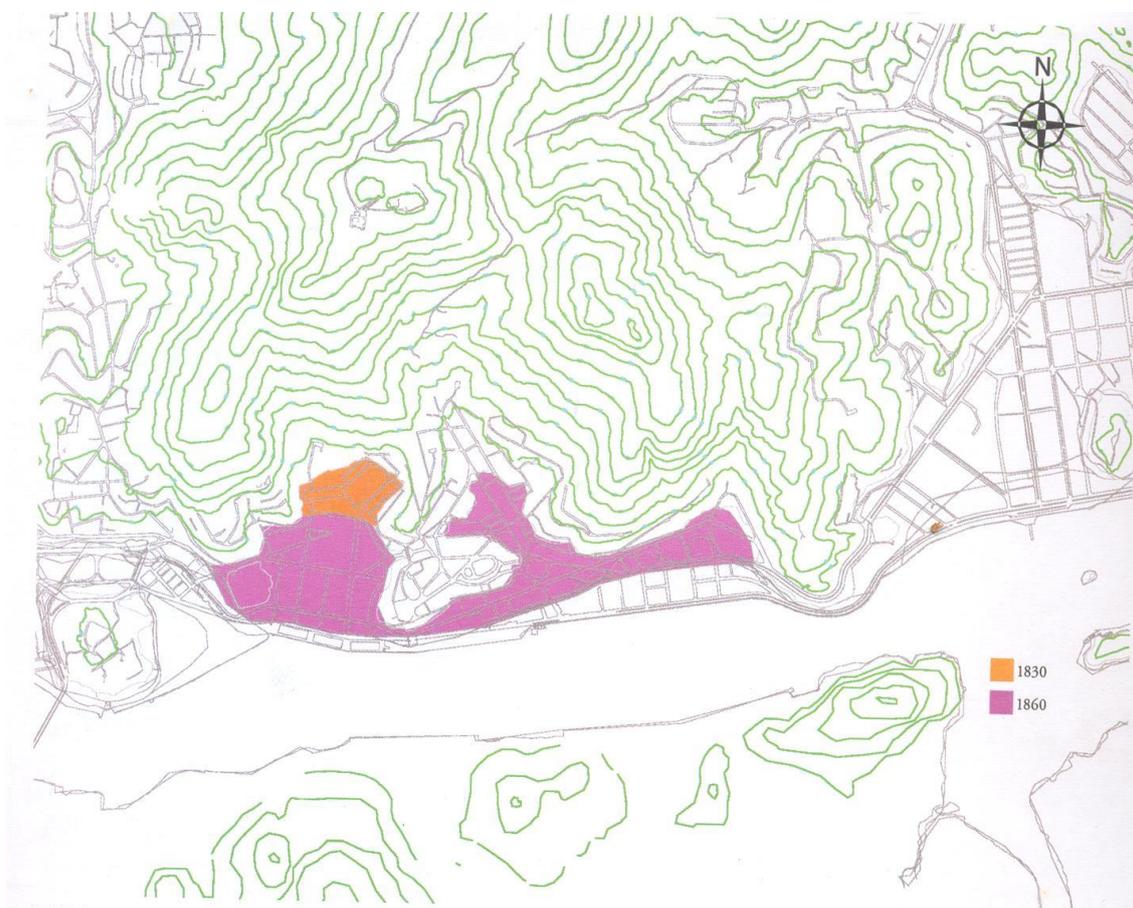


Figura 2 - Aterros ocorridos em Vitória no século XIX. Fonte: Klug, 2009.

No final do século XIX, “com a Proclamação da República em 1889 as transformações urbanas ganham novos significados em Vitória” (GOMES, 2012, p.112) A configuração da cidade de Vitória, que se assemelhava ao perfil de uma “cidade colonial portuguesa”, começava a incomodar os governantes locais, pois o formato que esta possuía era visto como representativo de uma cidade atrasada. Ruas estreitas, sujas, sem iluminação, casas coladas umas nas outras, ladeiras íngremes e sem devida pavimentação são apenas alguns exemplos de aspectos que incomodavam e eram precisos ser modificados (KUSTER, 2003).

Nesse sentido, um dos pioneiros no processo de modernização da cidade de Vitória foi o Presidente Estadual Muniz Freire (1892-1896). Uma das propostas de Muniz Freire era transformar Vitória em uma cidade moderna pela via do

comércio. “A diretriz principal da administração Muniz Freire consistia em transformar Vitória numa grande praça comercial” (CAMPOS JR., 2002, p. 47). Porém, com a crise do café que era a base da economia capixaba e, conseqüentemente reflete nas economias do Estado, “o projeto de Muniz Freire teria sido vitorioso já naquela época” (CAMPOS JR., 2002, p.47). Assim, somente alguns anos depois é que o projeto de modernização da cidade de Vitória ganha novo impulso.

Deste modo, entre o final do século XIX e início do século XX a ilha de Vitória ainda é vista como uma cidade estagnada e atrasada. Portanto, visando efetivamente à modernização da capital capixaba, serão significativos os volumes de obras e intervenções realizadas pelo poder público durante boa parte do século XX, dentre as quais, sobretudo, na primeira metade deste século, uma quantidade considerável delas estava localizada no Centro de Vitória. Nesse sentido, merece destaque as ações realizadas durante o governo de Jerônimo Monteiro (1908-1912).

Dentro da historiografia capixaba, Jerônimo Monteiro pode ser considerado como “aquele que deu início de fato a modernização urbana de Vitória (principalmente no Centro da cidade)” (GOMES, 2012, p.153). Durante o governo de Jerônimo Monteiro é elaborado o “Plano de Melhoramentos e Embelezamento de Vitória” e, inserido neste plano, encontra-se “Planta Cadastral da Cidade” que tinha como proposta aberturas de novas ruas, alargamentos daquelas já existentes, expansão das praças públicas, dentre outras. Além dessas ações, a cidade começa a ser equipada com água encanada, sistema de coleta de esgoto, bondes movidos a energia elétrica, executa-se a construção de novos prédios públicos – destacando o fato de que estas intervenções foram realizadas predominantemente no Centro de Vitória. Também sob a administração de Jerônimo Monteiro tem-se o início efetivo da construção do Porto de Vitória, visto que, até então a estrutura que se indicava como sendo o “porto” de Vitória, nada mais era do que pequenos atracadores e cais com pouca infraestrutura de suporte para o embarque de mercadorias e pessoas (MARTINS, 1993; GOMES 2012).

Outra ação importante realizada no governo de Jerônimo Monteiro foi à execução de novos aterros no Centro de Vitória, proporcionando não só o saneamento nos locais insalubres existentes no Centro da capital, mas também proporcionavam novas áreas para a construção (GOMES, 2012). Notadamente merece destaque a continuidade do aterro na área do Campinho (foto 5), pois, este será segundo Campos Jr. (1993) um elemento que marca efetivamente a modernização e urbanização da cidade de Vitória. Assim, com a conclusão da “área aterrada do Campinho, teve início o processo de urbanização do local, com a formação da Vila Moscoso e o início do Parque Moscoso, inaugurado em 1912” (GOMES, 2012, p.154).



Foto 5 - Obras do aterro na área do Parque Moscoso em 1911. Fonte: "Exposição sobre Negócios do Estado" do Governo Monteiro, 1913.

O aterro do Campinho além de sanear uma área alagada e insalubre no Centro de Vitória, irá dotar a cidade com uma área que servirá, primeiramente, para a construção de residências destinada a trabalhadores (Vila Moscoso), depois, alguns anos mais tarde, nesta mesma área, será inaugurado o Parque

Moscoso (1912), o qual terá como desdobramento a valorização das áreas e construções em seu entorno, indicando assim, esta região como uma das áreas mais valorizadas de Vitória naquele momento, pois, a sua organização urbana e de suas construções arquitetônicas seriam uma espécie de contra ponto a desorganização das construções e ruas localizadas na Cidade Alta (MENDONÇA, 2000; SOUZA, 2006).

Contudo, durante os anos seguintes ao término do mandato de Jerônimo Monteiro, devido à conjuntura política internacional – entre os anos de 1914 a 1918 ocorre a Primeira Guerra Mundial – a situação política e econômica do estado do Espírito Santo ficará tributária dessa circunstância, deste modo, não ocorrem significativas ações por parte do poder público no estado, tampouco obras da intervenção na cidade de Vitória ou em seu Centro (GOMES, 2012). Somente na década seguinte (1920) novas ações serão realizadas no estado e conseqüentemente em sua capital, ações que, por sua vez, estavam ligadas ao desenvolvimento da economia cafeeira capixaba, possibilitando, assim, a transformação do centro da Capital de maneira a atender, em certa medida, as demandas e necessidades das elites dominantes da cidade, elites essas que estavam diretamente ligadas e economia cafeeira e residiam no centro da cidade (MIRANDA, 2000).

Nesse sentido, o governo que merece destaque na década de 1920, refere-se a Florentino Avidos, pois, enquanto seus antecessores nessa década pouco conseguiram por em prática ações que alterassem significativamente a dinâmica de Vitória, governando entre os anos de 1924 a 1928, Avidos terá importante papel nas intervenções realizadas na capital capixaba, na medida em que, sua administração terá como clara proposta tornar a cidade de Vitória um local confortável para a vida urbana (AVIDOS, 1925). Conforme indica Gomes (2012, p.247):

É importante lembrar que na década de 1920, foi criado o “Plano de Melhoramentos da Capital”, que vigorou entre 1920 a 1928. O plano visava solucionar alguns problemas da cidade aquele momento – questão habitacional, ampliar os serviços de água e esgoto, energia elétrica e transporte – e promover a expansão da cidade em direção

aos novos bairros que estavam em formação. Essa “Plano de Melhoramentos da Capital”, supervisionado pelo “Serviço de Melhoramentos de Vitória”, foi elaborado no início do governo de Nestor Gomes (1920-1924) e teve a participação direta de Florentino Avidos.

Assim, devido a sua participação direta na elaboração do plano, Avidos usará as propostas contidas neste documento para iniciar suas intervenções na cidade de Vitória. Dentre as primeiras ações realizadas por Florentino Avidos está o alargamento de determinadas ruas além da drenagem e pavimentação destas, construção de praças, construção de escadarias visando ligar a “Cidade Baixa” com a “Cidade Alta” (MARTINS, 1993), a inauguração em 1926 da Praça Costa Pereira “que se transformou, juntamente com o Parque Moscoso, em uma área de intensa sociabilidade para os moradores não só no Centro, mas por toda a cidade de Vitória, na primeira metade do século XX” (GOMES, 2012, p.247).

Além dessas intervenções apontadas no parágrafo acima, Florentino Avidos dará continuidade nas obras do porto de Vitória. Será o responsável também em construir a primeira ligação direta, ao sul da capital, entre a cidade de Vitória e o continente na cidade de Vila Velha, com a edificação de uma ponte, toda em estrutura metálica (fotos 6 e 7), batizada de Ponte Florentino Avidos (atualmente esta ponte é conhecida popularmente como Cinco Pontes, devido as cinco vão de estrutura metálica que estão sobre o mar, ligando as cidades de Vitória e Vila Velha).

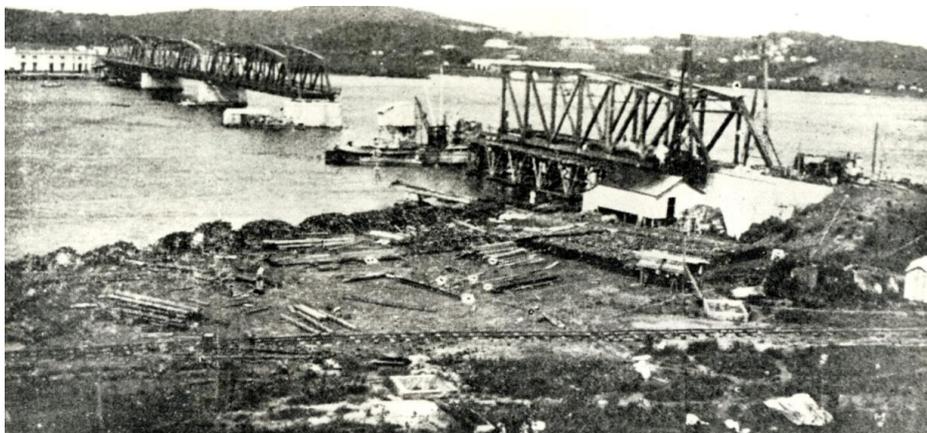


Foto 6 – Início da construção da Ponte Florentino Avidos, 1928. Fonte: Projeto Memorial da Baía de Vitória. Site: www.baiadevitoria.com.br



Foto 7 – Ponte Florentino Avidos (Cinco Pontes) no ano de 1961. Fonte: Acervo do Instituto Jones dos Santos Neves (IJSN).

Outros exemplos de intervenções importantes que contribuiriam “para alterar definitivamente o traçado colonial de Vitória, na gestão de Avidos, ocorreu em algumas vias que cruzavam o Centro de Vitória, na década de 1920” (GOMES, 2012, p.248). Um exemplo significativo dessas intervenções refere-se à construção da Avenida Capichaba (foto 8 e 9). A abertura desta via torna-se um marco importante no processo de modernização da capital capixaba (KUSTER, 2003; KLUG, 2009). A construção da Avenida Capichaba terá reflexos diretos na dinâmica econômica no Centro de Vitória, pois, a mesma passa a ser um local estruturado no qual serão encontradas, nesse momento, as casas de comércio mais sofisticadas da cidade de Vitória (figura 2).



Foto 8 – Obras de abertura da Avenida Capichaba em 1925. Fonte: Acervo IJSN.



Foto 9 – Avenida Capichaba já concluída (1930). Fonte: Acervo IJSN.

Victoria actual Todos conhecem os grandes melhoramentos que a nossa linda Capital deve á acção progressista dos ultimos governos, e muitas vezes já tivemos ensejo de prestar, por este motivo, as nossas mais justas homenagens aos Poderes Publicos.

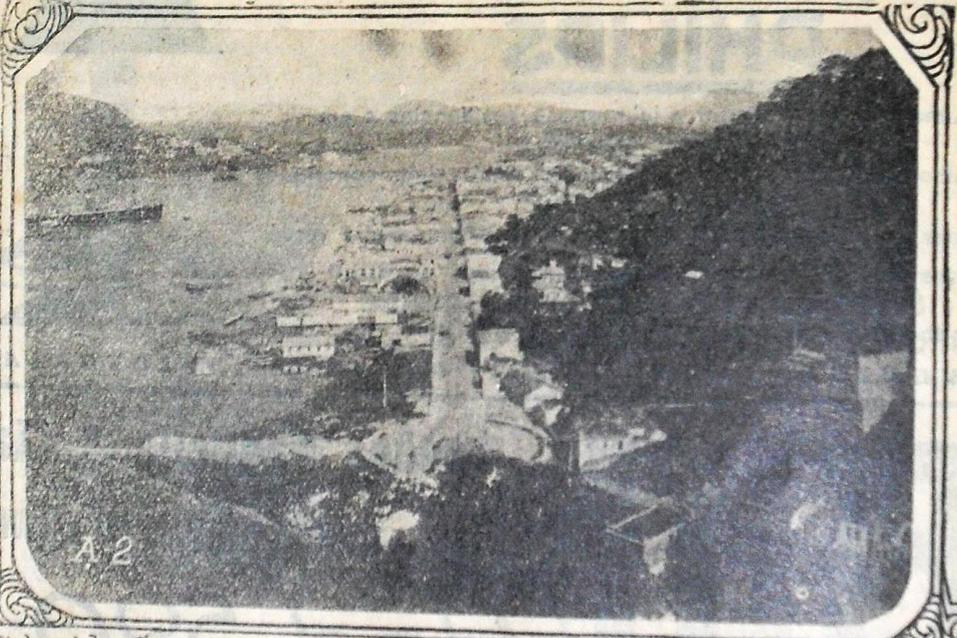
Entretanto, para o novo aspecto da cidade contribuiu tambem, a iniciativa particular especialmente a do commercio de varejo.

A impressão causada pela melhoria dos serviços publicos, pelas lindas ruas e praças, não seria tão agradável sem os novos e vistosos predios e as luxuosas frentes das nossas casas de commercio, que dão vida e elegancia á cidade.

a conhecida e reputada casa do sr. Germano Gerhardt.

Constituida das secções de artigos dentarios, material photographico, instrumentos de musica, armas e munições, livraria, typographia e papelaria, a conceituada casa, que se achava installada á rua Jeronymo Monteiro, n. 7, vem de mudar-se para o predio á mesma rua n. 21, onde a par com o indispensavel conforto com que se apresenta aos mais exigentes freguezes, melhorou os seus «stock» a ponto de estar collocada em pé de igualdade com as melhores casas da Capital do Paiz.

Dispõe além disso, de habilissimos technicos em todas as secções, principalmente nas de ar-



A-2

Avenida Capichaba, construida na Administração-Avidos.

Para que o nosso orgulho fosse completo, ahí temos, pois, unida aos esforços dos dirigentes publicos, a iniciativa particular.

E hoje, de dia e á noite, nos extasiamos á frente dos lindos predios e das ricas vitrines que se nos apresentam.

Muitas são, sem duvida, as casas de commercio da nossa arterja principal, que transformaram as suas fachadas, as suas montras, os seus «stock», pondo tudo em harmonia com a nova vista da cidade, porém, por ser a de mais recente transformação e, tambem, por ser a que mais secções comporta, destacamos, para comprovar o que acima asseveramos,

tigos photographicos e dentarios (onde cont com a assistencia de conceituados profissionais para attender ás consultas dos seus freguezes), na de armas e munições (á frente da qual se acha o chefe da casa, conhecedor profundo do ramo) na de livraria, que actualmente contem o maior «stock» da praça de livros de todos os ramos de sciencia e litteratura, escolhidos com o mais rigoroso criterio de selecção.

A casa do sr. Germano Gerhardt, com as suas lindas e modernas montras abertas até tardias horas da noite, empresta á nossa «urbs» principalmente durante o «footing» diario, um encantador aspecto e honra sobremodo a nossa Capital e o commercio a varejo.

Figura 3 – Reportagem sobre o comércio na Avenida Capichaba. Fonte: Revista Vida Capichaba, 1928). Adaptado de Gomes, 2012.

Cabe salientar que atualmente a Avenida Capichaba chama-se Avenida Jerônimo Monteiro, contudo, originalmente a Avenida Jerônimo Monteiros nada mais era do que uma rua (rua Jeronymo Monteiro) que se prolongava de forma a unir-se a Avenida Capichaba. Somente no ano de 1948 as duas avenidas serão unificadas passando a possuir exclusivamente o nome de Avenida Jerônimo Monteiro (KUSTER, 2003; GOMES, 2012).

Além das intervenções nas vias da cidade, conforme exemplificado anteriormente, Florentino Avidos construirá escadarias que farão a ligação entre a parte baixa da cidade e a parte alta. Destaca-se: Escadaria Avenida Cleto Nunes (atualmente Escadaria Carlos Messina); Escadaria da Ladeira Pernambuco (Escadaria Djanira Lima nos dias atuais); Escadaria Maria Ortiz (antiga Ladeira do Pelourinho). As construções dessas escadarias demonstram novamente que a vida urbana de Vitória apresentava nova configuração, refletindo, assim, diretamente na própria expansão do centro da capital, o qual paulatinamente encontrava-se descendo da colina histórica de povoamento dirigindo-se para as áreas mais baixas localizadas próximas ao mar.

Também sob a administração de Avidos edifícios representativos da estruturação e modernização e melhorias na cidade de Vitória serão construídos no Centro da capital capixaba, a saber: Mercado da Capichaba (1926); Prédio do Grupo Escolar Gomes Cardim em 1925 (atual Faculdade de Filosofia de Vitória – FAFI); Sede administrativa do “Serviço de Melhoramentos de Vitória” em 1925 (Atual Museu de Arte do Espírito Santo – MAES); Além destes, Florentino Avidos autoriza a construção do Teatro Glória (antigo Cinetheatro Glória), o qual será somente finalizado em 1936. Cabe destacar que estas quatro edificações localizavam-se e ainda se localizam na antiga via mencionada anteriormente, ou seja, a Avenida Capichaba, atual Jerônimo Monteiro. Por outro lado, afastado deste eixo viário foram edificadas o Primeiro Mercado da Vila Rubim, inaugurado em 1928 (localizado ao sul do Centro de Vitória e destinado à população de menor renda); “Archivo e Bibliotheca Publica”, concluído em 1926 e localizado na Cidade Alta. (GOMES, 2012).

Outras intervenções executadas por Florentino Avidos correspondem a dois aterros realizados no Centro de Vitória. Assim, o primeiro aterro teve em 1924 o início de sua execução, localizando-se próximo ao Mercado da Vila Rubim o qual possibilitou uma incorporação de cerca de quatro quarteirões de terra (CAMPOS, JR., 2002) utilizadas para a ampliação da área do Porto. Por sua vez, o segundo aterro teve início em 1927, localizado nas proximidades do Clube Saldanha da gama e “que possibilitou a abertura do traçado da futura Avenida Beira Mar, concretizada no governo de Jones dos Santos Neves (1951-1954)” (GOMES, 2012, p.290).

Ainda na gestão de Florentino Avidos, em 1926 é aprovado para a cidade de Vitória o “Código de Posturas do Município”, no qual, dentre seus elementos cabe indicar aquele que referencia ao Centro de Vitória, como sendo local direcionado para as construções dos edifícios mais elevados na cidade (ALMEIDA, 1992), destacando, deste modo, a nítida importância desta área da cidade em relação aos demais bairros, sobretudo, ao se indicar o processo de verticalização que ocorrerá em Vitória nos anos seguinte e que terá o Centro da capital como locos da gênese de deste processo.

Deste modo, se por um lado, sobretudo o final da década de 1920 foi promissor no que diz respeito às intervenções e obras executadas no Centro de Vitória, visando melhorar e modernizar esta cidade, a década seguinte, 1930, não será um período de grandes realizações no Centro da capital. Somente a partir da década de 1940 a cidade de Vitória passa a ter novamente projetos mais significativos de melhorias na cidade e são novamente feitas intervenções mais expressivas no Centro da cidade.

Assim, no que segue, serão vistos as etapas de gênese, expansão e “crise” da Área Central de Vitória, que tem sua origem mais embrionária na passagem da década de 1940 à década de 1950.

3.2 Gênese, Expansão e “Crise” da Área Central de Vitória.

Conforme indicado, no início do século XX a cidade de Vitória e, mais especificamente o seu Centro, passam por profundas transformações marcadas pela aspiração de modernização da capital capixaba.

Contudo, enquanto na década de 1920 ocorrem significativas obras realizadas no Centro de Vitória, este quadro não será repetido na década de 1930. Somente em meados da década de 1940 serão realizadas intervenções urbanas mais significativas no Centro da capital capixaba. Assim, estas obras abrem caminho para que, sobretudo na década de 1950, a cidade de Vitória conheça modificações expressivas.

Este quadro anteriormente descrito é possível de ser constatado através da historiografia capixaba, pois, após a gestão de Florentino Avidos, assume em sucessão o presidente Aristeu Borges Aguiar, entretanto este administrador só permanecerá no seu cargo apenas por dois anos entre 1928 a 1930. A partir da década de 1930 devido às mudanças ocorridas no quadro político brasileiro, tanto em relação à crise do café, iniciada em 1929, tendo fortes desdobramentos na política e economia capixaba, como alteração nas lideranças políticas nacionais por conta da Era Vargas, entre 1930 a 1943, o estado do Espírito Santo será governado pelo interventor federal João Punaro Bley (nomeado por Getúlio Vargas). Contudo, ambos os governadores não tiveram papel de destaque em relação a ações, obras e intervenções realizadas no Centro de Vitória (HESS e FRANCO, 2005). Bley, em relação ao Centro de Vitória, por exemplo, realizará apenas um pequeno aterro próximo ao Palácio Anchieta para abertura de rua em frente a este prédio e a construção de armazéns ligados à dinâmica portuária da cidade (CAMPOS JR., 1993).

Contudo, no ano de 1943 ocorrerem alterações consideráveis na política e administração capixaba. Com o declínio de Getúlio Vargas muda-se também o cenário na política local e, desta forma, assumirá em 1943 (indo até o ano de

1945) Jones dos Santos Neves. Entretanto, vale ressaltar que esta primeira gestão de Jones dos Santos Neves ainda se dá por indicação do próprio Getúlio, mesmo assim, a partir deste momento emerge uma nova dinâmica no quadro político do Espírito Santo refletindo também na cidade de Vitória.

Em seu primeiro mandado Jones procura remodelar a cidade de Vitória através da execução de obras previstas no Plano de Obras e Equipamentos e no Plano de Fomento a Produção, entretanto, conforme aponta (GOMES, 2012, p.300):

Também não foram encontradas por nós, as mensagens de seu primeiro governo (1943-1945), em nenhum órgão público de pesquisa (biblioteca e arquivos) municipais/estaduais – que pudessem confirmar a realização de obras de modernização urbana no Centro de Vitória.

Esta passagem indica, que ao menos no período correspondente ao primeiro mandado do presidente Jones dos Santos Neves, em certa medida, nenhuma obra de maior porte foi executada na cidade de Vitória, ao menos que merecesse destaque nas mensagens do presidente, ficando, portanto, a capital capixaba sem maiores intervenções nesse período.

Com a queda de Getúlio Vargas do governo federal, deixa também na instância do governo estadual Jones dos Santos Neves, contudo, mesmo com a queda de Getúlio, ainda nos anos seguintes entre 1943 a 1947 a administração do Espírito Santo será executada por interventores federais. Neste breve período de cerca de três anos, serão responsáveis por administrar o estado quatro interventores federais que pouco fazem no sentido de executar novas ações no estado do Espírito Santo e, tampouco, na capital capixaba (MORAES, 2002; GOMES, 2012).

Entre os anos de 1947 a 1951 passa a presidir o Espírito Santo – por meio de eleição direta – Carlos Fernando Monteiro de Lindenbergh. Devido a sua ligação com as elites agrárias do estado, as principais ações deste administrador serão destinadas a atender as reivindicações deste grupo social e político. Mesmo assim, no final da década 1940, a “urbanização de Vitória – principalmente no Centro – ganha novo fôlego com a elaboração de um plano urbanístico para a

cidade” (GOMES, 2012, p.304). Este plano tinha o caráter de romper definitivamente com a feição atrasada da cidade de Vitória (ALMEIDA, 1986).

Nesse sentido, a década de 1950 será de fundamental importância no processo de modernização de Vitória e seu Centro. É eleito no ano de 1951 – desta vez de forma direta – novamente Jones dos Santos Neves que governa o estado até 1954. Diferentemente de seu antecessor, Jones dos Santos Neves terá como plataforma de governo as questões ligadas a urbanização (VASCONCELLOS, 1995).

Assim, uma das obras de destaque no governo de Neves, tendo papel importante e que está diretamente ligada ao processo de modernização do Centro de Vitória, corresponde ao aterro da Esplanada Capixaba (fotos 10 a 12). Este aterro incorpora “ao Centro da Capital uma área de cerca de 96.000m², que favorece a ampliação tanto do porto como das áreas edificáveis em Vitória (GOMES, 2009, p.83). Sua execução será realizada para atender a escassez de terras, nesta área da cidade, direcionadas a construção de novos edifícios e empreendimentos comerciais, criando, deste modo, uma zona comercial fundamental para a cidade de Vitória (CAMPOS JR., 1993). Ainda em relação ao aterro da Esplanada Capixaba é possível acrescentar que,

O desenho sobre o aterro não apresentava ligação com a morfologia antiga da cidade. As novas ruas desenhadas eram perpendiculares à avenida litorânea e fazia ângulos agudos com as ruas já existentes, reduzindo a visualização da baía através da Avenida Capixaba (atual Jerônimo Monteiro), eixo viário de grande importância em Vitória [...] o parcelamento dessa nova área conquistada ao mar diferenciava-se do restante da cidade com quadras de dimensões maiores, que adotavam parcialmente alinhamentos pré-existentes. O poder público estabeleceu normas para a região, limitando a altura dos edifícios a 12 pavimentos, projetando-o como bairro comercial especial.

Este aterro acabou com os últimos resquícios de existiam no Centro de Vitória do antigo desenho da ilha. O insistente processo de ampliação da malha da cidade, concentrado no seu ponto mais pitoresco, onde o morro e o mar se encontravam mais intimamente ligados, não resguardou o desenho do contorno da ilha. Por constituir uma faixa de terra muito estreita, a única forma de ampliar a área de expansão urbana era através de aterros (KLUG, 2009, p.46).

A passagem acima descrita demonstra o importante papel que o aterro da Esplanada Capixaba teve para a incorporação de novas áreas a cidade de

Vitória, proporcionando espaço para expansão urbana. Ao mesmo tempo, este aterro também será um elemento fundamental na ruptura com a “cidade atrasada” e com os “aspectos coloniais” que eram atribuídos à cidade de Vitória. O aterro da Esplanada Capixaba e, conseqüentemente, as construções que serão realizadas neste local nos anos seguintes após a conclusão desta obra serão, em certa medida, um contraponto com a Cidade Alta no que diz respeito em relação à modernização e urbanização entre estas duas áreas do Centro da capital.

Além disso, outro aspecto importante, ainda na década de 1950, e que pode ser associado a este grande aterro, refere-se à alteração da legislação urbanística ocorrida na capital capixaba. No ano de 1954 é aprovada a Lei nº 351 que se torna um marco urbanístico de Vitória (GOMES, 2009). Como consequência direta destes dois elementos é possível notar que na segunda metade da década de 1950, este local marcará a início mais expressivo da verticalização em Vitória – pelo menos até a década de 1980.

Dos 96.000m² que o aterro possuía, Neves (1952) indica a parcela de 48.000m² para a construção de amplas vias públicas e os outros 48.000m² seriam direcionados para as edificações, mostrando, portanto, o amplo espaço destinado às edificações as quais resultam na expressiva verticalização verificada nesta área da cidade.

Na década seguinte, 1960, ocorre a intensificação do processo de verticalização no centro de Vitória (foto 13). Como sinalizado, o aterro da Esplanada Capixaba teve notória importância para este processo, pois, além de aumentar significativamente a área anexada à cidade, o aterro proporcionou uma área de expansão com infraestrutura urbana programada para a verticalização.



Foto 10 – Centro de Vitória em 1940 sem o aterro da Esplanada Capixaba. Fonte: Projeto Memorial Visual da Baía de Vitória. Site: www.baiadevitoria.com.br.



Foto 11 – Execução das obras de construção do aterro da Esplanada Capixaba. Fonte: Acervo IJSN.



Foto 12 – Aterro da Esplanada Capixaba concluído. Fonte: Site do IJSN.

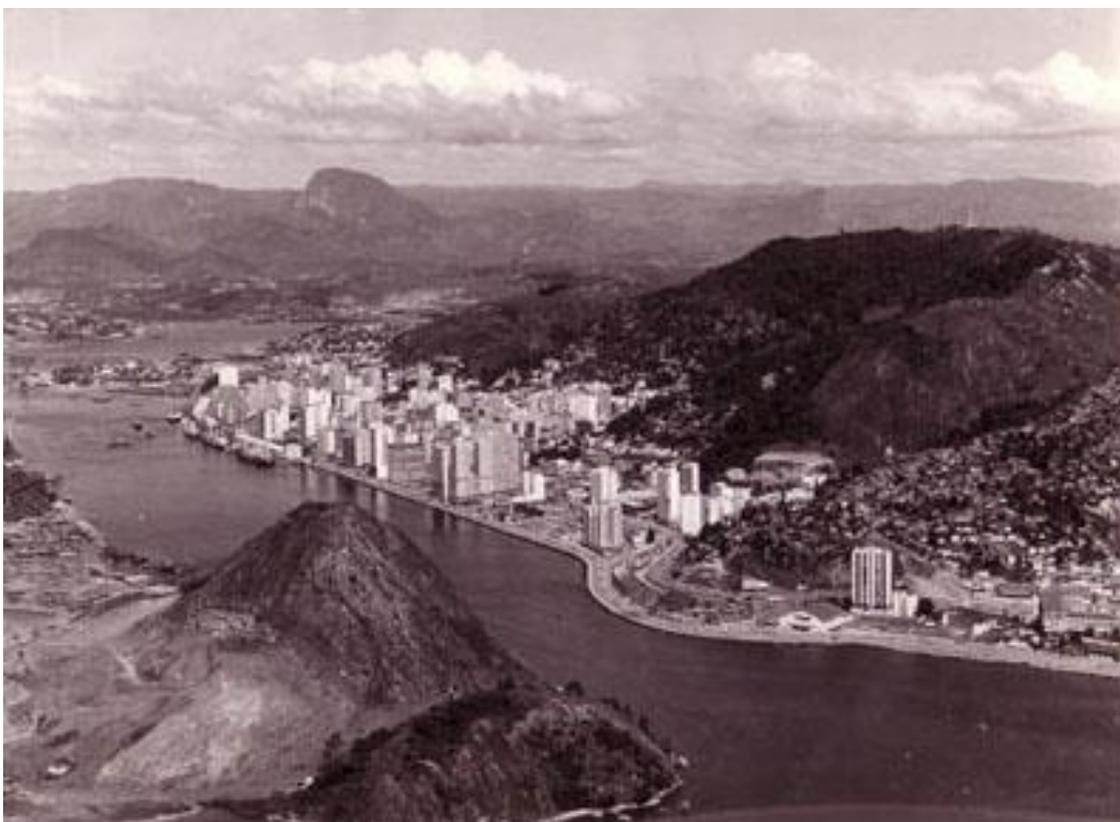


Foto 13 – Verticalização no Centro de Vitória na década de 1960. Fonte: Site IJSN.

Também na década de 1960, há novamente alteração na legislação urbanística nesta área da cidade, possibilitando o aumento gradual das edificações e determinando, ao mesmo tempo, a altura mínima com edifícios de 12 pavimentos localizados na Esplanada (ALMEIDA, 1986). Este quadro referente à altura mínima no número de pavimentos demonstra o papel preponderante que esta área da cidade terá em relação à verticalização na cidade de Vitória. Sobre a verticalização na capital capixaba na década de 1960 Klug (2009, p.50-51) escreve:

A década de 1960 é marcada pela continuidade do processo de aterramento que vinha ocorrendo entre a Ilha de Vitória e a Ilha do Príncipe e pela intensificação do processo de verticalização. Ao final desse decênio, rompe-se de vez com a escala da cidade em relação ao Maciço Central. O limite de gabarito estabelecendo 12 pavimentos sofre mudanças, permitindo a construção de até 25 pavimentos, como é o caso dos edifícios Humberto Gobbi e Darcy Monteiro [...] O processo de verticalização levou à formação de uma imensa barreira visual nas proximidades do mar com a cidade antiga, aparecendo apenas através de rasgos na massa edificada e entre os galpões do porto. O centro antigo da capital ficou perdido e escondido entre um emaranhado de edifícios altos que sobrecarregaram visualmente um ambiente preparado para receber pequenas construções.

Além do aspecto referente à crescente verticalização que terá nesse momento sua maior expressão no Centro de Vitória, sobretudo, na área correspondente a Esplanada Capixaba, um outro componente passa a fazer parte desta proporção da cidade e que contribuirá para a formação da Área Central na capital do estado, este aspecto corresponde a intensa apropriação por parte do setor terciário com as atividades de comércio e serviços, principalmente aquelas atividades ou produtos mais sofisticados, destinado as populações mais abastadas.

Assim, um efeito diretamente associado a esta dinâmica ligada ao setor terciário pela qual o Centro da capital está submetido, será que este espaço da cidade começa a exercer importante papel, não somente no que se refere à cidade de Vitória, mas também da então nascente aglomeração urbana da Grande Vitória, concentrando, deste modo, os comércios e serviços mais especializados para toda essa aglomeração (ARAÚJO, 1995).

Outro aspecto tributário dessa dinâmica que ocorre na década de 1960 no Centro, conforme indica Gomes (2009, p.88), corresponde “intensificação da apropriação do Centro pelo setor terciário, com a valorização dos seus imóveis urbanos, excluindo a classe de baixo poder aquisitivo da possibilidade de comprar suas moradias – nesse caso, os apartamentos”.

Esta situação de alta valorização dos espaços e imóveis do Centro, ao mesmo tempo em que exclui a classe baixa desta área da cidade, proporciona a intensificação do processo de ocupação desordenada na cidade de Vitória, preferencialmente – ainda nesse momento – nas áreas próximas ao Centro da Capital. Entretanto, conforme apontam Carvalho e Rothschedl (1994), apesar da exclusão dos pobres no Centro de Vitória, os espaços urbanos livres nessa área da cidade passam a ser ocupados pelo setor comércio informal, formado por trabalhadores subempregados ou desempregados.

Este quadro, delineado a partir da década de 1960, fará com que uma parte significativa da população da então nascente aglomeração urbana de Vitória demande exclusivamente o Centro da capital quando for necessário suprir demandas relativas aos bens e serviços centrais mais especializados na cidade.

O Centro de Vitória tornava-se, desta maneira, a partir da década de 1960, ao mesmo tempo, tanto o centro que concentra o comércio e serviços mais especializados para a população de *toda* a aglomeração urbana da Grande Vitória, quanto, também, o lugar de residência da população de mais alta renda da cidade (REIS, 2007, p.56-57).

Cabe salientar, a respeito da nascente aglomeração urbana da Grande Vitória, que a formação desta aglomeração teve como fator diretamente a associado “uma série de mudanças de grande vulto que a estrutura produtiva no Espírito Santo sofreu, de forma saliente a partir dos anos 1960, e que promoveram a intensificação da urbanização em Vitória” (REIS, 2007, p.51).

Entre as décadas de 1950 e 1960 a população do Espírito Santo encontrava-se em um quadro basicamente de residência na área rural, contudo, de maneira progressiva entre estas décadas e, principalmente, entre as décadas de 1960 a 1970 a organização da distribuição da população capixaba será alterada de forma significativa. Esta reconfiguração a qual a população do Espírito Santo

será submetida está fundamentalmente associada ao intenso processo de migração rural que se manifesta por todo o estado, processo este que tem sua matriz em uma política federal de erradicação dos cafezais implementada no estado entre os anos de 1962-1967 tendo fortes efeitos sobre a economia no Espírito Santo (SIQUEIRA, 1994).

Além desta política de erradicações dos cafezais, outros elementos desempenharam fundamental importância no processo de migração de boa parte da população capixaba das áreas rurais para os centros urbanos, tendo em Vitória como principal ponto de convergência destes fluxos populacionais.

Neste sentido, destacam-se na década de 1960 as melhorias no sistema de transporte rodoviário com a conclusão da BR-101 ligando o Espírito Santo aos Estados do Rio de Janeiro e Bahia (CAMPOS JR., 1993). Concluiu-se também a BR-262 ligando Vitória a Belo Horizonte. Há também significativa ampliação na estrutura portuária “com a conclusão do Complexo de Tubarão em 1966 e com a construção dos portos de Capuaba, Praia Mole, Portocel e Ubu” (REIS, 2007, p.54).

Diante deste quadro, a década de 1970 não será muito diferente da década anterior, pois, continua com significativa verticalização no Centro de Vitória, tendo como localização privilegiada a área do Aterro da Esplanada Capixaba (foto 14). Da mesma forma, permanece nesta década a crescente procura do Centro enquanto local privilegiado das atividades mais sofisticadas atribuídas ao setor terciário, tanto em relação à localização das lojas, como, em relação ao deslocamento das pessoas visando adquirir estes tipos de produtos e serviços.

Até então, o Centro abrigava praticamente todas as instituições e repartições públicas municipais, estaduais e federais, a sede e os escritórios das empresas de maior expressão, as agências bancárias, consultórios médicos e escritórios de profissionais liberais, as unidades de prestação de serviços, os hospitais, colégios e quase a totalidade das casas de comércio [...] Era também o ponto de encontro, lazer e diversão. Os teatros, cinemas, bares, restaurantes, clubes e casas noturnas estavam, praticamente todos, situados na região da capital. Pode-se dizer que, até o final dos anos 70, o Centro funcionava de fato

como o centro vital da cidade de Vitória e também como núcleo central da região que englobava os demais municípios vizinhos (CAROL, 1996, p.10).

Deste modo, a passagem acima ratifica claramente o papel de destaque que o Centro de Vitória assume não só em relação à dinâmica intra-urbana da cidade de Vitória, como também representa um importante referencial para todo o aglomerado da então nascente região da Grande Vitória. Acrescenta-se:

Deve-se fazer notar, nesse sentido, a modernização da agricultura, bem como as alterações nas relações de trabalho no campo e a vinda, a partir da década de 1970, das grandes plantas industriais para a Grande Vitória, dentre as significativas alterações que, no período em tela, constituíram fatores de inequívoca relevância para a constituição da aglomeração urbana de Vitória como o mais importante pólo de atração para o qual convergia grande parte da população migrante do interior do estado (REIS, 2007, p.54).



Foto 14 – Verticalização no centro de Vitória na década de 1970. Fonte: IJSN.

Em consequência desta crescente pressão a qual o Centro da capital capixaba passar a suportar nessa década, devido à maciça ocupação do Centro de Vitória e a crescente verticalização que ocorre nesta área, outro elemento que será fundamental neste processo corresponde ao nascente aglomerado urbano

da Grande Vitória, que cada vez mais passa a direcionar para o Centro da capital maiores fluxos populacionais gerados pela demanda das atividades de comércio e serviços, fazendo com que esta área da cidade entre gradativamente em um processo de “saturação”. Assim:

A sobrecarga à qual o Centro de Vitória foi submetido – a partir do expressivo crescimento que a cidade conheceu durante as décadas de 1960 e 1970 – conduziu, paulatinamente, a emergência de uma série de problemas derivados da excessiva concentração e, desta maneira, conduziu também à perda das amenidades nesta área, fazendo com que, progressivamente, o Centro da cidade seja abandonado pela elite que, até a década de 1970, predominantemente nele residia. No que se refere aos efeitos sobre as atividades econômicas, o excesso de centralização destas atividades no Centro da cidade irá traduzir-se em diversas deseconomias de aglomeração, estritamente relacionadas ao confuso e congestionado tráfego de veículos no Centro, bem como à ausência de áreas para expansão. Subjacente a estes eventos há que se considerar também, como atributo de fundamental importância, a lógica da expansão do capital imobiliário que, de maneira notável a partir do final da década de 1970, irá promover a Praia do Canto como *locus* privilegiado da expansão imobiliária voltada para população de alta renda. (REIS, 2007, p.57-58).

Conforme apontado por Reis, é possível observar que no período entre as décadas de 1960 e 1970 o Centro de Vitória, será o local preferencial de residência das famílias de maior poder aquisitivo, será também nesse período a área da cidade com grande concentração de atividades ligadas ao setor terciário, ou seja, comércios e serviços – tendo prioridade à localização das atividades dotadas de atributos de maior sofisticação. Entretanto, devido a esta lógica, ocorre no Centro da capital uma grande sobrecarga de elementos e funções, pois, esta proporção da cidade atenderá não só as demandas referentes à cidade de Vitória, mas corresponde também ao local de referência para comércios e serviços mais especializados em relação ao aglomerado urbano da Grande Vitória.

Assim, tendo-se como parâmetro os últimos anos da década de 1970, este será o período no qual o Centro de Vitória começa a sofrer com a “excessiva centralização das atividades terciárias mais especializadas no Centro de Vitória, que irão emergir uma gama de disfunções que se tornariam, desde então, atributos cada vez mais marcantes desta área da cidade” (REIS, 2007, p.57).

A repercussão desta lógica da formação da aglomeração urbana de Vitória sobre a organização interna desta cidade resguardará, em germe, a importância que a Praia do Canto irá assumir, nas décadas subsequentes, no desenvolvimento do processo de descentralização das atividades terciárias em Vitória (REIS, 2007, p.56).

Nesse sentido, com as intensas transformações e a pressão incidida no Centro de Vitória entre os anos de 1950 a 1970, no final da década de 1970 tem-se início um processo gradativo de saída da elite que residia nesta área da cidade, deslocando-se, assim, para morar nos bairros mais ao leste da ilha privilegiando, destacadamente, o bairro da Praia do Canto como seu novo local de moradia (REIS, 2001; GOMES, 2009). Além disso, o Centro da capital capixaba não sofre somente com um esvaziamento da elite que ali residia e passa a buscar novos bairros na cidade para fazerem suas moradias, este espaço da cidade passa também por um processo de esvaziamento social, político, econômico e simbólico.

Deste modo, a Praia do Canto passa a figurar, entre o final da década de 1970 e início da década de 1980, como o local da cidade de Vitória que passará a abrigar a elite da cidade. Conseqüentemente, devido a este movimento de deslocamento intra-urbano da elite de Vitória, este bairro passa também a ser um grande receptor de boa parte dos investimentos públicos, investimentos do mercado imobiliário, além de receber concomitantemente um volume significativo das atividades institucionais, públicas e privadas, bem como as atividades do setor terciário que se descentralizavam do Centro da capital (GOMES, 2009).

Este movimento será responsável pela significativa proeminência da Praia do Canto na organização interna da cidade, que, com o passar do tempo, irá “rivalizar” com os papéis sociais, políticos, econômicos e simbólicos até então atribuídos à Área Central de Vitória.

É com base nesse quadro – e dentro da perspectiva na qual a pesquisa propõe se orientar - que duas questões, complementares entre si, incitam as análises

que serão conduzidas no capítulo seguinte, quais sejam: As formas simbólicas espaciais que, por um longo período da história da cidade, foram alocadas na Área Central enquanto símbolos que exprimiam e ratificavam a proeminência única desta área para toda a cidade, também foram submetidas ao movimento de “depreciação” simbólica que o processo de descentralização suscitou? As formas simbólicas espaciais alocadas na Área Central permanecem dotadas da proeminência que tradicionalmente foi imputada à primazia desta área - e, assim, constituem um signo de resistência “simbólica” da importância desta área para a metrópole capixaba - ou a intensidade do processo de descentralização transfigurou-lhes o significado original, imputando-lhes, sobremaneira, um significado diverso [e depreciativo]?

São estes questionamentos que irão conduzir no capítulo seguinte a análise do trabalho sobre os significados das formas simbólicas espaciais na Área Central de Vitória, visto que estas constituem elementos fundamentais à visibilidade da dimensão cultural do espaço urbano. Estes questionamentos permitem considerar não só a categoria dos significados (COSGROVE 2000; CORRÊA, 2009) proposta pela abordagem da geografia cultural renovada, mas, também, permitem articular a problemática da pesquisa com o sentido político que as formas simbólicas espaciais incorporam, na medida mesma em que estas formas, presentes na Área Central de Vitória, estão sujeitas à instabilidade de suas significações refletindo os múltiplos interesses envolvidos desde sua produção e alocação até o presente (CORRÊA, 2007c; 2010).

4. AS FORMAS SIMBÓLICAS ESPACIAIS E A DINÂMICA DA CENTRALIDADE EM VITÓRIA: UM ESFORÇO DE ANÁLISE.

O presente capítulo é dedicado à análise das formas simbólicas espaciais alocadas na Área Central de Vitória, com o propósito de ampliar o entendimento do significado destas formas enquanto símbolos da centralidade intra-urbana no contexto de uma metrópole fortemente afetada pelo processo de descentralização.

Para tanto, após uma breve nota sobre os procedimentos operacionais que serão apresentados no item subsequente (4.1), o capítulo se concentrará na análise propriamente dita das formas simbólicas espaciais associadas à dimensão política (4.2) e, em seguida, respectivamente, associadas às dimensões ideológica (4.3), religiosa (4.4) e, por fim, será conduzida uma análise da dinâmica da distribuição espaço-temporal dos principais monumentos da capital capixaba (4.5).

4.1 – Breve Nota Sobre A Operacionalização Da Pesquisa: A Categorização Das *Formas Simbólicas*.

Diante da grande quantidade e variedade de formas simbólicas espaciais representativas da centralidade na Área Central de Vitória, o primeiro passo para conduzir a operacionalização da pesquisa consistiu num esforço de categorização das referidas formas simbólicas. Não há, na literatura dedicada à temática das formas simbólicas desenvolvida sob a perspectiva da geografia cultural renovada nenhuma orientação de normatização sistemática dos tipos gerais de *formas simbólicas espaciais*. Isso reflete, por sua vez, a própria natureza dessa orientação paradigmática da pesquisa em geografia, marcada por uma restrição em relação aos modelos normativos de métodos gerais e objetivação dos fenômenos geográficos, em detrimento de uma abordagem

que privilegie uma via qualitativa associada aos contextos particulares e às peculiaridades irreduzíveis caras à abordagem da geografia cultural renovada⁵.

Desta maneira, optou-se por agrupar as formas simbólicas espaciais em quatro categorias, quais sejam: (i) formas simbólicas e a instância política; (ii) formas simbólicas e a instância ideológica; (iii) formas simbólicas e a dimensão religiosa; (iv) os monumentos como formas simbólicas espaciais (bustos, obeliscos, estátuas que possuam um relevância estética-arquitetônico na cidade).

Cabe destacar que essa categorização constitui um recurso analítico e, nesse sentido, não é inflexível. Assim, uma forma simbólica assimilada em uma determinada categoria pode, eventualmente, ser intercambiável para outra categoria, desde que esse procedimento permita aprofundar a análise e o entendimento do significado de uma determinada forma simbólica. Diante do exposto, foram selecionadas na Área Central de Vitória as seguintes formas simbólicas espaciais para serem objeto de análise:

- 1) Formas Simbólicas e a instância política: prédios emblemáticos do Poder Público, quais sejam, o Palácio Anchieta (Sede do Governo Estadual) e o Antigo Palácio Domingos Martins (antiga sede da Assembleia Legislativa Estadual);
- 2) Formas simbólicas e a instância ideológica: o caso das salas de cinemas (Cine Melpôneme; Cine Eden; Cine Teatro Central; Cine Politeama; Cine Teatro Carlos Gomes; Cine Teatro Glória; Cine Vitória; Cine São Luiz; Cine Jandaia; Cine Santa Cecília; Cine Juparanã; Cine Odeon; Cine Paz)

⁵Em resumo, os estudos que lançam mão dessa perspectiva usualmente desenvolvem, para além do debate teórico-conceitual mais geral que estabelece as bases da interpretação mais geral dos temas, regularmente desenvolvem critérios de operacionalização da análise em articulação mais direta ao caso particular sobre o qual se debruçam. A mesma conduta foi, evidentemente, assumida no presente trabalho.

- 3) Formas simbólicas e a dimensão religiosa (*Capela de Santa Luzia; Convento de Nossa Senhora do Monte Carmo; Convento de São Francisco; Igreja São Gonçalo Garcia; Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos; Capela de Nossa Senhora das Neves; Catedral Metropolitana de Vitória*).
- 4) Monumentos como formas simbólicas (Estátuas, obeliscos, bustos, etc.).

Em relação aos *monumentos* é importante destacar que a obra Catálogo dos Monumentos Históricos e Culturais da Capital (FARIA, WILLIS 1992), constituiu uma referência de fundamental importância para a análise. Na referida obra o autor classifica os monumentos em 8 categorias em razão da natureza funcional dos mesmos, a saber, os monumentos de natureza (i) histórica; (ii) política; (iii) religiosa; (iv) científica; (v) social; (vi) militar; (vii) cultural/folclórica; (viii) esportiva. Em linhas gerais, este catálogo oferece a sistematização mais completa (que tivemos acesso) dos monumentos construídos na cidade de Vitória entre as décadas de 1890 a 1990, disponibilizando informações referentes à localização, a data de inauguração e, além disso, faz eventualmente breves registros sobre as mudanças mais significativas que algum monumento conheceu – sejam mudanças relativas à sua localização ou de sua estrutura física, como alguma reforma ou restauração⁶. Com base nessa contribuição, foi possível desenvolver, como será observado no item 4.4, uma análise da dinâmica espaço-temporal da distribuição dos monumentos na cidade de Vitória, fecunda para considerar a relação entre a alocação de formas simbólicas espaciais na Área Central e o contexto, relativamente recente, de “crise” associado ao processo de descentralização.

⁶ Além disso, como será observado mais adiante, o trabalho de FARIA, WILLIS (1992), oferece - para o caso de alguns poucos monumentos - uma síntese panorâmica do contexto histórico da época, oferecendo, assim, subsídios para considerar a representatividade de alguns monumentos enquanto expressão de *status* e poder que irradiavam para a área na qual eram alocados.

4.2 Formas Simbólicas Associadas à Dimensão Política da Área Central de Vitória

Dentre as formas simbólicas alocadas na Área Central de Vitória que atestam o papel de fundamental importância que foi lhe foi tradicionalmente imputado no que diz respeito à dimensão política, destacam-se, de modo inequívoco, os edifícios do Palácio Domingos Martins (antiga Assembleia Legislativa Estadual⁷) e o Palácio Anchieta (sede do Governo Estadual), que serão, respectivamente, as formas simbólicas espaciais analisadas no que segue.

Acerca do Palácio Domingos Martins, antiga ALES, o título de uma série de reportagens recentemente veiculadas por jornais de importante circulação estadual permitem aquilatar a indeterminação que envolveu a destinação de um prédio que, até o início dos anos 1990, constituía um símbolo inequívoco da primazia e proeminência política que a Área Central exercia não somente para a capital capixaba, mas para o Estado do Espírito Santo, quais sejam as referidas manchetes jornalísticas: “Projeto para transformar antiga ALES em biblioteca é reprovado no ES” (em 19/04/2012), “Palácio na Cidade Alta será sede da filarmônica” (em 14/10/2012), “Reforma da antiga Assembleia Legislativa sai do papel” (em 05/01/2013), “Reforma do antigo prédio da Assembleia, na Cidade Alta, deve ser concluída em novembro” (em 19/03/2014).

Assim, se há poucas décadas o Palácio Domingos Martins constituía um signo de status e do poder público, referência da vida política capixaba, o prédio encontra-se, atualmente, em desuso e completo abandono (foto 18).

⁷ ALES constitui a forma abreviada para designar a Assembleia Legislativa Estadual.



Foto 15 Antigo Palácio Domingos Martins com suas obras paradas. Centro de Vitória. 2010. Fonte: Autor. (Cabe destacar a degradação física da fachada do prédio e, além disso, o crescimento de vegetação no teto como sinais mais evidentes do abandono).

Entretanto, se atualmente a antiga sede da Assembleia Legislativa está à mercê da vontade política de restaurá-la ou refuncionalizá-la, em seu passado o Palácio Domingos Martins foi considerado um símbolo de grandiosidade para a política local e um marco significativo dos tempos áureos do Centro da capital capixaba, como será ratificado no que segue.

Construído entre os anos de 1911 a 1912, a antiga Assembleia Legislativa representava não só uma mudança no cenário político – sua construção ocorreu poucos anos pós a proclamação da república –, mas também era considerado um marco político de ruptura com a imagem de uma cidade estagnada e atrasada que a cidade de Vitória apresentava, assim:

Erguido no sítio da igreja da Misericórdia, em terreno situado na ponta de um dos quarteirões mais antigos de Vitória, junto com o conjunto urbano configurado pela Praça João Clímaco, o Palácio Anchieta e escola Maria Ortiz, o edifício do Palácio Domingos Martins é a expressão estética do projeto modernizador empreendido na cidade durante a primeira metade do século XX (ARQUITETURA, 2009).

Pela passagem acima descrita, é possível notar que o Palácio Domingos Martins era parte de um importante projeto modernizador implementado por Jerônimo Monteiro, na cidade de Vitória (foto 19). “Conduzido entre 1908 e 1912 por Jerônimo Monteiro, esse projeto é a expressão arquitetônica da negação do mundo luso-brasileiro, erguido por mais de três séculos, e sua substituição pelo ecletismo europeu” (ARQUITETURA, 2009).



Foto 16 - Em destaque o Palácio Domingos Martins e mais ao fundo da imagem Igreja Matriz de Vitória. 1912. Fonte: Fotos Antigas do Espírito Santo (Facebook).

Para se dimensionar essa mudança de perspectiva entre o período imperial na cidade de Vitória e o novo momento vivido na cidade após a Proclamação de República e da modernização iniciado por Jerônimo Monteiro, frisa-se o ritual de juramento realizados nas solenidades de posse dos deputados estaduais durante a monarquia e império no qual a Igreja Católica tinha forte influência nos aspectos políticos locais.

Durante o processo a sessão solene era interrompida e os deputados dirigiam-se a Igreja Matriz na qual prestavam juramento sob os dizeres “Veni Sancte Spiritus” (Vinde Espírito Santo). Por sua vez, o presidente da Assembleia

dispunha sua mão direita sobre o Evangelho jurando manter a religião católica romana e promover o bem geral da Província, sempre respeitando os limites legais e “Assim Deus me Ajude”. Depois se encaminhavam os deputados dois a dois e colocando a mão sobre o missal diziam: Assim eu Juro. (ACERVO ARTÍSTICO E HISTÓRICO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, 2005. p. 115-116).

Assim, a construção do novo prédio da Assembleia Estadual representava uma ruptura com o período imperial, período este no qual a cidade era considerada um local com aspectos de atraso, mas também, a nova Assembleia representou um elemento importante para o novo dinamismo que se propunha a programar no Espírito Santo, deste modo, sobre o Palácio Domingos Martins Jerônimo Monteiro (1913, p.445) argumenta em seu discurso:

Era uma necessidade a construção de um edifício confortável para o Congresso Legislativo, que se achava mal instalado no antigo prédio que funcionava.

Basta dizer que o antigo edifício compreende no pavimento térreo dois compartimentos acanhados onde funcionavam o Arquivo Público e Secretaria do Congresso; no andar superior havia um só salão, dividido por meio de balaustrada de madeira em recinto e galerias.

Não havia espaço capaz de comportar outras divisões necessárias, tais como, salas de comissões, de espera, gabinetes do Presidente do Congresso, do Secretário, etc.

Resolvi por isso contratar a construção de um edifício próprio para o Congresso Legislativo, aproveitando o terreno outrora ocupado pela igreja da Misericórdia, que já havia sido desapropriado pelo meu antecessor e que mandei demolir.

Está concluído e acabado esse edifício em boas condições de solidez e de arquitetura e oferece conforto para o funcionamento do Congresso. Mandei confeccionar também todo o mobiliário necessário apropriado para o Congresso.

Em certa medida, as palavras de Monteiro apontam para, não somente em referência a política de modernização que o Presidente Estadual implementava na cidade de Vitória, mas, além disso, servem para dimensionar o novo momento no qual a capital capixaba estava se inserindo, no qual Vitória encontrava-se mudando em seus aspectos urbanos, sobretudo, em seu “Centro” e, portanto, novas estruturas eram necessárias para atender as demandas vigentes deste período. Assim:

A urgência de “um lugar decente” para os trabalhos legislativos foi atendida no Governo de Jerônimo Monteiro com a construção do Palácio Domingos Martins que mereceu inauguração pomposa a 20 de maio de 1912, com a presença do representante do Presidente da República Marechal Hermes da Fonseca, muitas autoridades, discursos e almoço no palácio do Governo. (ACERVO ARTÍSTICO E HISTÓRICO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, 2005. p.121).

Neste mais de um século de existência do edifício projetado por André Carloni, a fachada da edificação permanece praticamente inalterada até os dias atuais, com exceção de pequenas reformas de reparos e a mudança da pintura das paredes, o mesmo não pode ser afirmado em relação ao interior da edificação (ARQUITETURA, 2009).

Já em 1930, tem-se notícia da primeira grande intervenção no interior do edifício. Durante o governo de João Punaro Bley o interior da edificação é reformado e reforçado com pilares de concreto armado e aço. Entretanto, são as reformas ocorridas em 1967 e 1985 as que mais se destacam pelos seus grandes impactos na edificação, principalmente a intervenção de 1967.

Em 1967, quando Vitória encontrava-se em pleno crescimento, sobretudo referindo-se a Área Central da capital capixaba que estava se configurando entre o momento de consolidação a expansão da mesma, a reforma no Palácio Domingos Martins, em certa medida, é reveladora deste momento, pois, as demandas crescentes dos usos e funções públicas na Assembleia Legislativa acarretaram a necessidade de ampliação da edificação que em 1967 ganha uma construção anexa ao palácio, imputando-lhe, assim, uma nova área para a realização das atividades públicas e políticas ligadas a Assembleia Estadual.

A reforma interna no Palácio Domingos Martins foi tão intensa que durante boa parte deste processo ocorrido em 1967 a Assembleia Legislativa Estadual muda-se provisoriamente da Cidade Alta para a Enseada do Suá onde atualmente funciona a Escola Estadual Professor Fernando Duarte Rabelo.

Esta mudança provisória da Assembleia corresponde, mesmo que discretamente, à perspectiva que começava a apresentar-se no Centro de

Vitória no qual esta área da cidade passava a sofrer um processo de saturação. Assim como o Centro da capital capixaba exibia o início de uma sobrecarga de funções a Assembleia Legislativa também apresentava tal quadro, deste modo, as reformas iniciadas em 1967 correspondiam as adaptação necessárias para a ALES funcionar conforme as novas demandas que emergiam no final da década de 1960.

A outra reforma significativa para a edificação da Assembleia ocorre em 1985. Entretanto, vale ressaltar, que dois anos antes, em 1983 (CATÁLOGOS DE BENS CULTURAIS TOMBADOS NO ESPÍRITO SANTO, 2001), a ALES é tombada pelo CEC (Conselho Estadual de Cultura). Deste modo, a fachada da edificação passa a ser efetivamente preservada por legislação específica, por sua vez, com as reformas de 1985 as dependências internas do edifício serão amplamente modificadas, tendo como foco as reformas de caráter mais utilitarista (ARQUITETURA, 2009).

O conjunto destas últimas reformas possibilitam ao Palácio Domingos Martins um período de “vigor” funcional durante a década de 1990, - período este no qual a Área Central de Vitória já assistia os efeitos contundentes da intensificação do processo de descentralização encontra-se em plena “crise”. Contudo, mesmo com estas reformas no ano de 1992 tem-se o início da construção do novo prédio da Assembleia Legislativa Estadual, pois:

‘Acontece que as pessoas não entenderam que a sede do Poder Legislativo mostra a pujança política e a pujança de equilíbrio do Estado. Isto aqui é uma pocilga. Isso não é sede. Nós temos aqui seis imóveis alugados em torno de uma igreja. Temos apenas um gabinete quando precisamos de 30 ou mais. Esse prédio não comporta mais a veia política do Estado. Por aqui se passa tudo que o Estado precisa. As pessoas imaginam que não precisam do legislativo. Na minha opinião, nós precisamos ser um sede condigna, uma sede que poderá nos permitir desenvolver trabalhos mais eficazes. É o Poder Legislativo que se inicia todo processo estadual e é aqui também que se finda’ (NOVOS TEMPOS, 1994)

As palavras do presidente da ALES em 1994, Marcus Madureira, destacam o caráter disfuncional imputado ao prédio Assembleia Legislativa Estadual notadamente associado às demandas vigentes no final do século XX,

significativamente diferentes daquelas que caracterizaram a origem de seu funcionamento no início deste mesmo século.

O quadro acima descrito acerca do Palácio Domingos Martins enquanto sede da ALES é, sem dúvida, influenciado pelas repercussões que a Área Central de Vitória assistia com a intensificação que o processo de descentralização conheceu na última década do século XX, notadamente rotacionada em direção à “zona norte” da capital. É para esta área que será transferida – acompanhado a tendência de descentralização das atividades de comércio e serviços mais especializados e destinados à população de alta renda - a sede do Poder Legislativo capixaba, sendo essa transferência, em si mesma, um signo de alteração, no plano da organização interna da cidade, do *status* simbólico do poder político até então atribuída à Área Central de Vitória.

Assim, em 16 de março do ano de 2000 é inaugurada a nova Assembleia Legislativa do Estado do Espírito Santo. Se por um lado a nova ALES não apresenta os requintes arquitetônicos que o prédio histórico de sua antecessora possuía, por outro lado, o Palácio Domingos Martins foi sobrepujado pela imponência e magnitude suntuosa da nova sede da ALES, instalado na Enseada do Suá, região administrativa da Praia do Canto.

Enquanto a antiga Assembleia Estadual correspondia a um prédio de dois andares que - com o passar do tempo e as novas necessidades impostas à casa - necessitou tanto de reformas em suas estruturas, quanto, também, da incorporação de outras construções para lhe prover condições funcionais básicas, o novo prédio da Assembleia já surge com uma área construída muito mais ampla e dotado de uma estrutura incomparavelmente maior e complexa.

Com 22.790 metros quadrados de área construída no bairro da Enseada do Suá a nova Assembleia Legislativa apresenta um complexo composto por três prédios (foto 20). O primeiro prédio é composto por nove pavimentos destinado aos gabinetes dos parlamentares cabendo destacar que na época de realização do projeto da nova ALES, este projeto contemplava cinquenta

gabinetes, trinta a serem ocupados pelos parlamentares e parte de seus funcionários e vinte gabinetes ociosos. Além disso, somente os cinco primeiros pavimentos deste prédio seriam plenamente ocupados restando aos quatro andares finais a serem utilizados futuramente. O segundo prédio possuía quatro andares e era destinado a administração da Assembleia sendo que o quarto andar também não seria ocupado e, por último, o terceiro prédio do complexo do novo Palácio Domingos Martins seria destinado ao plenário da casa, com 300m² tendo formato circular com capacidade para comportar cinquenta deputados (ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESPÍRITO SANTO, 1995).



Foto 17 - Novo prédio da Assembleia Legislativa Estadual. Localização: Enseada do Suá. Sem Data. Fonte: Adaptado de <http://www.skyscrapercity.com/showthread.php?t=444969>

Dentre os atos realizados durante a inauguração da nova Assembleia destacam-se a apresentação da Orquestra Filarmônica do Espírito Santo, o sobrevoo de um helicóptero no local despejando pétalas de rosas brancas além de um grande espetáculo de fogos de artifício. Deste modo, todo o espetáculo apresentado durante a solenidade de abertura oficial da nova sede do Poder Legislativo contribui para dimensionar a importância, imponência e suntuosidade que a nova Assembleia construída da Enseada do Suá assumia (ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESPÍRITO SANTO, 2000).

Contudo, se por um lado à inauguração do prédio da nova sede da ALES se deu sob a marca de um grande espetáculo, enaltecendo os novos tempos vivenciados pela cidade de Vitória; por outro lado o prédio da antiga sede, o Palácio Domingos Martins, que já fora um ícone da modernização de Vitória, conheceu um paulatino processo de desfuncionalização que o conduziu ao quadro de abandono atual. Com a saída em definitivo das funções legislativas do antigo prédio da ALES, a mesma ainda funcionou por poucos meses como a Casa do Cidadão, porém, após o fim desta atividade a edificação passa a ser abandonada completamente das funções e atividades públicas. Assim, no ano de 2005 na tentativa de reverter tal quadro é aprovado o Projeto de Lei nº 384/2005 – projeto de lei que destina as dependências do Palácio Domingos Martins para sediar a OFES (Orquestra Filarmônica do Espírito Santo), no qual ao se referir ao antigo Palácio Domingos Martins descreve:

A cessão do Palácio Domingos Martins para sediar a Orquestra Filarmônica do Estado do Espírito Santo

- OFES é importante ação dessa Assembleia, por se considerar que:
- O Palácio Domingos Martins, antigo prédio da Assembleia Legislativa, localizado na Praça João Climaco, na Cidade Alta, no coração do Centro Histórico da capital, compõe, juntamente com o Palácio Anchieta e outros imóveis do entorno, um conjunto arquitetônico importante para a memória do Estado do Espírito Santo.
- Sua preservação e restauro só é sustentável se estiver ligado ao uso e ocupação do espaço interno. A Revitalização do Centro de Vitória, para viabilizar-se conforme vontade de todos, depende de iniciativas de ocupação dos imóveis históricos com atividades que atraiam público para o local, sendo que atividades culturais são as que mais se adequam a esse caso.
- As dimensões do prédio propiciam: remodelar o plenário para acomodar a Sala de Concerto da OFES, com palco para 70 músicos e plateia para aproximadamente 400 lugares; abrigar área administrativa para suporte às atividades e área de público; conservar a resposta sonora das baixas frequências musicais por causa das paredes espessas que serão poupadas ao máximo (PROJETO DE LEI nº 384/2005).

Através do fragmento do projeto de lei acima descrito, é possível apontar a expectativa tácita de salvaguardar a importância simbólica que a antiga ALES possui para capital capixaba, tanto por seus aspectos arquitetônicos, históricos, políticos e culturais, como também, a refuncionalização do prédio é entrevista

como um importante vetor para preservar o prestígio simbólico da própria Área Central para o conjunto da cidade.

É nesse sentido que a análise do Palácio Domingos Martins, enquanto forma simbólica espacial diretamente associada ao significado político proeminente tradicionalmente imputado à Área Central, é reveladora da relação complexa que vigora entre as formas simbólicas espaciais alocadas nesta área e a dinâmica da centralidade intra-urbana da capital capixaba.

Se no início do século XX, mais precisamente em 1912, quando o antigo Palácio Domingos Martins foi erguido e aberto ao funcionamento público o mesmo compunha uma gama de elementos que representavam um movimento de modernização da cidade de Vitória, nas últimas décadas deste mesmo século, sobretudo entre as décadas de 1980 e 1990, o edifício da ALES, diferentemente de sua concepção original, passou a ser considerado como sinônimo de atraso para o funcionamento do poder legislativo estadual necessitando, deste modo, uma nova sede que foi, então, erguida fora da Área Central de Vitória de modo a atender as necessidades funcionais da Assembleia Legislativa Estadual.

Assim, o abandono funcional do Palácio Domingos Martins - antiga sede da ALES - por parte do poder público que sequer conseguiu efetivamente atribuir uma outra funcionalidade para o prédio, é revelador da intensidade com a qual o processo de descentralização redefiniu a posição relativa de determinadas áreas na organização interna da cidade, tendo evidentemente exercido um papel decisivo no que diz respeito ao significado das formas simbólicas espaciais alocadas na Área Central da cidade.

Outro prédio do poder público sobretudo fecundo para análise do significado das formas simbólicas espaciais associados à centralidade na Área Central de Vitória é, sem dúvida, o Palácio Anchieta.

Reportagens, veiculadas por jornais de importante circulação, sob manchetes tais como “Sede do Governo do ES é depredada em protesto pelo fim do pedágio” (em 19/07/2013); “Servidores protestam em frente ao Palácio Anchieta em Vitória” (em 22/07/2013); “Manifestação em Vitória termina em quebra-quebra na sede do governo do ES” (20/07/2013), são apenas algumas das matérias que evidenciam a significativa importância do palácio do governo estadual enquanto símbolo do poder público, neste caso, do poder executivo, pois ali encontra-se sede administrativa oficial do governador estadual (foto 15).



Foto 18 - Palácio Anchieta Atualmente. Fonte: <http://www.conhecendoespiritosanto.jex.com.br/es/palacio+anchieta>

Contudo, apesar deste forte simbolismo atribuído a esta edificação localizada no Centro de Vitória, a mesma em sua remota origem não estava relacionada à função administrativa por parte do poder público, ou mesmo, sequer apresentava a denominação de Palácio Anchieta.

A história do palácio remete aos primórdios da colonização da Capitania do Espírito Santo que tem como marco oficial a data de 23 de maio de 1535 com a chegada do primeiro donatário da capitania capixaba, Vasco Fernandes Coutinho. Assim, após dezesseis anos do início da ocupação do território

capixaba, em 1551, chegam a solos do Espírito Santo os primeiros missionários jesuítas que nas figuras de Afonso Brás e Simão Gonçalves dão início a história de formação do “Palácio Anchieta” com a construção em madeira da primitiva Igreja de São Tiago inaugurada em 25 de julho de 1551 (DERENZI, 1971; PASSOS, 1974).

Após um incêndio ocorrido na Igreja de São Tiago a mesma é reerguida em 1570 no mesmo local da construção anterior, contudo, diferentemente da construção precedente erguida em madeira à nova Igreja de São Tiago é construída em pedras.

Com a chegada de Padre José de Anchieta na ordem jesuíta no Espírito Santo esta organização religiosa é reestruturada e, assim, sob a administração de José de Anchieta em 1587 é erguida a primeira ala do Colégio de São Tiago a qual se encontrava alçada de frente para onde atualmente localiza-se a Praça João Clímaco (Centro de Vitória, Cidade Alta).

Entre a construção da primeira e a segunda ala do colégio ocorre um intervalo de mais de um século. Apenas em 1707 é inaugurada a segunda ala do Colégio de São Tiago. Por sua vez, esta segunda estrutura erguida 120 anos após a primeira ala apresenta como característica o fato de sua fachada externa ser voltada para a Baía da Vitória. Contudo, se o intervalo entre a construção das duas primeiras alas do colégio foi significativamente distante, entre a construção da terceira ala (1734) e a conclusão da quarta (1747), contígua à igreja, pouco mais de uma década se passou. Assim, com as quatro alas erguidas fecha-se o pátio interno do Colégio, formando a figura de um quadrilátero que é a atual base do Palácio Anchieta. Para a época a obra concluída do Colégio São Tiago foi tão significativa que torna-se um marco na paisagem de Vitória ao mesmo tempo em que passa a ser considerada a maior construção do Estado (PALÁCIO ANCHIETA, 2009).

É possível ressaltar que entre a conclusão da segunda ala do colégio em 1707 até a finalização da sua quarta ala em 1747 passaram-se cerca de 40 anos, ou

seja, o intervalo entre estas intervenções feitas no “Palácio Anchieta” corresponde a um período muito mais curto do que os 120 anos entre as duas primeiras alas. Assim, o que mais chama atenção neste intervalo de 40 anos é que este período corresponde ao início do ciclo do ouro no Brasil, evento este que, por sua vez, trouxe sérias consequências negativas para a capitania capixaba quando comparada a algumas outras capitanias brasileiras.

Recorda-se que entre o final do século XVII e início XVIII com início da exploração em grande escala das minas de metais preciosos, sobretudo, na recém criada Capitania das Minas Gerais, fica reservado ao território capixaba uma espécie de função protetora da Capitania das Minas Gerais – este evento de função protetora reservado a Capitania do Espírito Santo fica reconhecido na historiografia do Espírito Santo enquanto “barreira verde”.

Durante este período de grande exploração aurífera, como apontado no segundo capítulo, dentre as medidas adotadas pela coroa portuguesa estava à destinação protecionista do território capixaba, a fortificação da Vila de Vitória, a proibição do comércio entre a capitania do Espírito Santo com outras capitanias e, tampouco, com outros países, a proibição de aberturas de rotas para o interior do território capixaba, dentre outras ações que fizeram com que a capitania espírito-santense permanecesse defasada economicamente em relação a outras capitanias da colônia, de tal modo que um dos reflexos direto deste cenário fosse representado na fraca urbanização de Vitória.

Se por um lado todas estas características apresentadas anteriormente proporcionaram certa estagnação econômica e urbana de Vitória, o que chama atenção é que contraditoriamente a circunstâncias anteriormente enumeradas, ao menos nos primeiros anos do ciclo aurífero no Brasil, havia, em certa medida, um dinamismo por parte da ordem jesuíta a qual possibilitou bons negócios aos missionários que, por sua vez, direcionaram parte dos seus frutos econômicos para ampliação e melhorias tanto da Igreja quanto do Colégio de São Tiago criando naquele momento uma das maiores construções na então

Vila de Vitória, tornando o conjunto das edificações jesuítas um símbolo significativo na paisagem do pequeno aglomerado urbano.

No entanto, pouco tempo depois da finalização de quarta ala do edifício, em 1759 ocorre o decreto emitido pelo Rei de Portugal Dom José I expulsando os jesuítas do reinado português bem como os destituindo de suas possessões. Assim, a estrutura do colégio de São Tiago é apropriada pelo governo e em 1798 o antigo edifício passa a ser considerada a Sede Oficial do Governo, exercendo ainda naquele momento a função de obrigar também o Batalhão de Polícia, Hospital Militar, dentre outros.

Sugere-se que a utilização da estrutura do Colégio de São Tiago pelo governo local enquanto sede governamental tem como uma de suas premissas o fato desta construção, mesmo com toda sua simplicidade, possuir uma melhor estruturação e porte em relação às demais construções da vila para comportar a sede do governo local bem como outras atividades ligadas ao setor administrativo, visto que, durante anos, o conjunto do colégio e igreja foi a maior edificação presente em Vitória. Além disso, a própria limitação do espaço físico que Vitória possuía naquele período representou um fator importante para que fossem concentradas em um único local as atividades anteriormente descritas.

Entretanto, mesmo comportando a Sede Oficial do Governo Local (pós 1798), às estruturas da edificação encontravam-se em precárias condições. Somente com a visita do casal imperial Dom Pedro II e Dona Teresa Cristina Maria em 1860 é que conjunto recebe significativas reformas. Assim, para realizar os reparos necessários à construção, além dos recursos enviados pela coroa portuguesa, também foi imprescindível uma complementariedade financeira que foi doada por famílias e pessoas de maior poder aquisitivo e influência social. Conforme Rocha (2008) destaca, este volume de dinheiro recebido pelo governo local representou cerca de um terço da receita total que a província do Espírito Santo costumava possuir.

Cabe destacar que os recursos destinados a obras de melhorias não foram exclusivamente direcionados ao palácio. Significativa parcela desse capital também foi usada em outras obras em Vitória. Contudo, chama a atenção também, em relação ao episódio supracitado, não só uma significativa reafirmação de destaque que o palácio apresenta dentro dos limites de Vitória, pois é o local com um pouco mais de estrutura e aparelhamento para receber o casal real. Mas, além disso, em virtude da visita de toda a comitiva da realeza a província são feitos também melhoramentos na cidade de Vitória que neste momento pouco ultrapassa os limites do atual Centro da cidade (PALÁCIO ANCHIETA, 2009).

Porém, após estes fatos, pouco tempo durou a apropriação imperial da Sede do Governo Local após sua reforma, pois, em poucos anos o governo monárquico chegava ao fim no Brasil dando início à era republicana, e, conseqüentemente, criando um novo dinamismo e organização em relação à sede do governo local.

Segundo Shyder (2002) durante os primeiros anos no período republicano a história do “Palácio Anchieta” foi bastante conturbada devido à quantidade de presidentes que passaram pela sede do governo, totalizando entre os anos de 1889 a 1891 cerca de doze presidentes, que eram o reflexo, sobretudo, das disputas entre as elites urbanas e rurais capixabas.

O primeiro grande destaque dado ao Palácio Anchieta no período republicado corresponde ao mandato de Jerônimo Monteiro iniciado em 1908 (foto 16). Sob a argumentação de que era necessário modernizar a capital capixaba, Monteiro propõe significativas mudanças urbanas na cidade de Vitória as quais também serão direcionadas a sede do governo. Desta forma, tem-se nesse momento um dos grandes marcos da história do palácio governamental, pois, as obras ali realizadas representam uma significativa ruptura com boa parte dos resquícios das feições jesuítas/religiosas que permaneciam na edificação, sobretudo, aquelas ligadas as suas feições externas (DERENZI, 1971).



Foto 19 - Colégio de São Tiago (já convertido da Sede do Governo Local) e Igreja de São Tiago. Sem Data. Fonte: Fotos Antigas do Espírito Santo (Facebook).

Como consequência da proposta de modernização da capital capixaba, Jerônimo Monteiro contrata o engenheiro francês Justin Nobert para ficar a frente das obras na Sede do Governo. Dentre as reformas realizadas está a preocupação com o conforto e higienização deste espaço. Outra etapa da obra refere-se à compra da Igreja de São Tiago - que ficava anexada ao conjunto do palácio proporcionando, por sua vez, uma ampliação de cerca de um terço da área coberta do prédio. Além disso, em sequência é destruída a torre menor desta construção em 1911 permanecendo somente a torre maior com seu sino e seu relógio (PALÁCIO ACHEITA, 2009) (foto 17).

Como destacado anteriormente, estas reformas realizadas na sede do Poder Estadual eram na verdade um reflexo do projeto político de Jerônimo Monteiro que visava modernizar a cidade de Vitória e esta modernização, por sua vez, recaía prioritariamente sobre o Centro da capital. Assim, na medida em que o Centro recebia investimentos nos quais possibilitavam sua modernização espacial, o edifício do palácio enquanto importante elemento presente nesta

proporção da cidade e sendo um prédio que comportava diversos serviços e setores públicos e políticos também passava por uma significativa reestruturação (DERENZI, 1971).

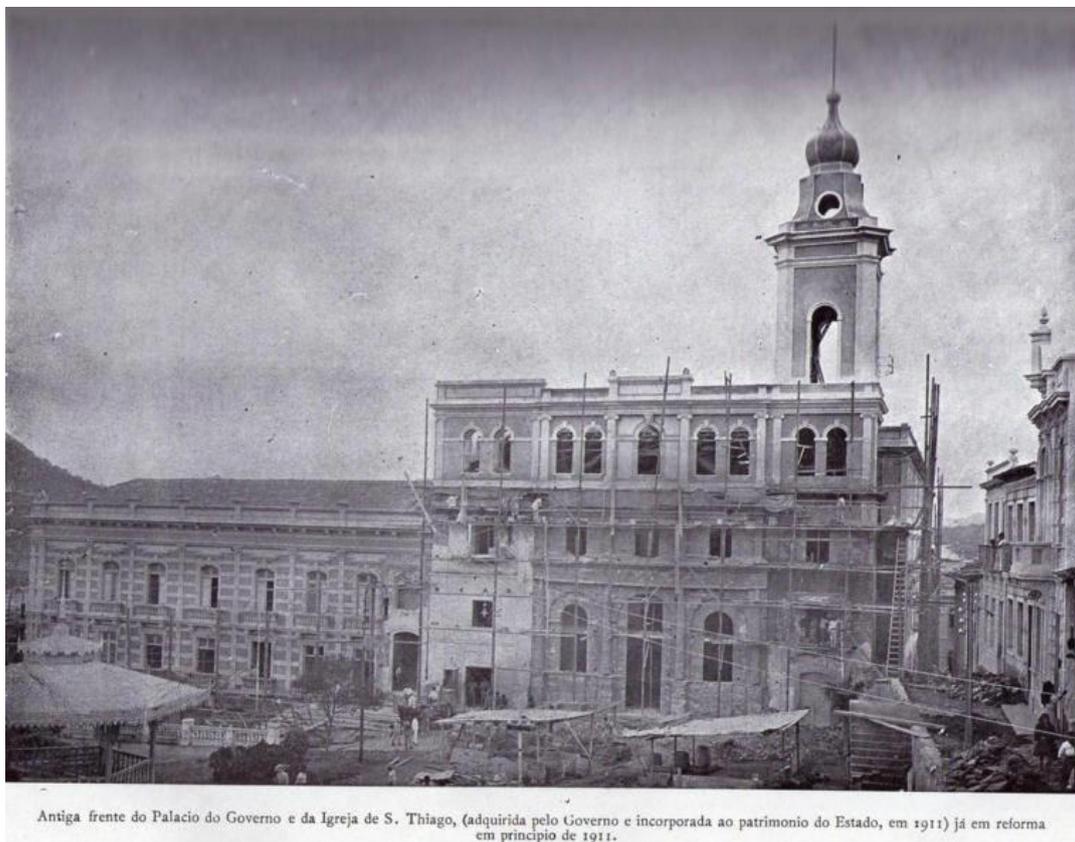


Foto 20 - Obras após incorporação da Igreja de São Tiago ao conjunto da Sede do Governo Local. Observa-se a permanência da maior torre (do sino) enquanto a menor torre é demolida. 1911. Fonte: Fotos Antigas do Espírito Santo (Facebook).

Outro fator a ser ponderado em relação a este processo de modernização no Centro de Vitória representa a aquisição da Igreja de São Tiago, pelo governo capixaba, e sua anexação ao conjunto que compõe a atual estrutura do palácio. Deste modo, mesmo que simbolicamente, é possível notar um afastamento entre o Estado e a Religião, ao menos no que concerne na proximidade das atividades destas duas instituições, pois, com a compra da Igreja de São Tiago, todo o conjunto edificado passa somente a estar ligado às funções políticas. Além disso,

Começa o Palácio a ser também o centro social da Cidade. Jerônimo subia, gradativamente, no conceito do povo e esse o procurava, em dias certos de cada mês, para reverencia-lo e tributar-lhe solidariedade

que atingiu o altiplano da idolatria. Nos feriados nacionais toda a fachada do Palácio se iluminava com gambiarras de centenas de lâmpadas e no jardim da Praça João Clímaco o “corso” de moças e rapazes não deixava de ser, até certo ponto, homenagem aos queridos hóspedes que porfiavam no progresso do Estado. Aliás, essa inovação aprimorou, de certo modo, a vida do vitorience e fez nascer uma como construtiva intimidade respeitosa entre a família do governante e sociedade [...] O Palácio não foi só casa do governo, mas também fulcro de uma sociedade que se desenvolvia (DERENZI, 1971, p. 49).

A passagem acima descrita revela que muito além das reformas implementadas por Jerônimo Monteiro em um prédio que torna-se a sede maior do Poder governamental no Espírito Santo, a edificação do palácio passou a representar um símbolo da cidade que se modernizava, e, mais que isso, transfigurava-se em um referencia da própria vida urbana do Centro de Vitória.

Dando continuidade às obras realizadas no palácio, em 1922 a segunda torre é demolida – provocando assim, ao menos de forma externa, a ruptura com os últimos traços jesuítas. Por volta de 1924 sob o governo de Florentino Avidos, amplia-se a utilização do palácio em seu pavimento térreo, instala-se o primeiro elevador no edifício além da pintura em amarelo – tornada a cor oficial dos edifícios públicos (PASSOS, 1974).

Entretanto, somente em 1935 já sob a tutela de João Punaro Bley – interventor federal nomeado por Getúlio Vargas – é que a estrutura do palácio passa novamente por profundas modificações. Diferentemente de Jerônimo Monteiro que se dedica principalmente as obras na fachada do prédio, Bley realiza uma reconstrução profunda nas estruturas internas da edificação. Assim, paredes e colunas de madeira são substituídas por armações em concreto e metais. Salas e alas são ampliadas e melhor estruturadas, parte do teto é rebaixada em gesso, pinturas e outras formas de obras de arte são adquiridas para o enfeite do palácio demonstram algumas das intervenções realizadas pro Bley em seu governo. Esta remodelação ainda será marcada por um incêndio ocorrido em 1939 na parte térrea da edificação e que atingira a área onde se localizava o Correio da Manhã, órgão oficial que pertencia ao governo.

Após estas duas grandes intervenções, em 9 de junho 1945 ocorre através do decreto nº 15.888 efetuado pelo Interventor Federal Jones dos Santos Neves o batismo da edificação que passa adquirir o nome oficial de Palácio Anchieta em homenagem ao Padre José de Anchieta (ARQUITETURA, 2009).

Em 1983 o prédio é tombado pelo Conselho Estadual de Cultura (CEC) e no início do século XXI, no ano de 2004, começa a primeira grande obra de restauro do conjunto. Em 2006, após as conclusões da primeira etapa deste empreendimento de restauração o Palácio passa a comportar somente aqueles setores ligados ao gabinete do governador. Em 2009 novas intervenções são realizadas nas partes internas do palácio, sobretudo em seu acervo e, em consequência disso, após estas ingerências e a conclusão do processo de restauração da edificação, o prédio passa a ser aberto para a visitação pública, com salas e espaços direcionados para observação de seu acervo e montados para contar a história secular da Sede do Poder Executivo Estadual. Além disso, acrescenta-se que após a restauração do Palácio Anchieta, o mesmo passa a oferecer espaço para exposições de arte, exposições científicas e outras formas de manifestações de atividades culturais e políticas (CATÁLOGO DOS BENS CULTURAIS, 2009).

Assim, em linhas gerais, a relação entre o Centro de Vitória e o Palácio Anchieta está intimamente ligada. Pode-se afirmar que desde o período colonial até as últimas décadas da era republicana já no século XX o Palácio Anchieta acompanha paulatinamente todas as fases atribuídas à configuração Área Central da capital capixaba tornando-se, portanto, um importante símbolo deste processo.

Desse modo, apesar da estrutura edificada ser anterior à formação urbana que atualmente configura-se o Centro de Vitória e, principalmente, anterior à formação da Área Central na capital, em certa medida, o palácio representa um importante símbolo na conformação do Centro e da Área Central de Vitória. Nos primórdios da colonização em Vitória, mesmo com toda a simplicidade apresentada pelas primitivas edificações jesuítas tanto do colégio quanto da

igreja de São Tiago, estas construções destacavam-se por seu papel singular no qual concentravam a atividade de ensino, era uma sede da ordem jesuíta no Espírito Santo e também era um importante local da celebração religiosa católica.

Além disso, após a expulsão dos jesuítas do território português no Brasil e a incorporação do colégio, este edifício passa a ser a sede do governo local, bem como, concomitantemente serve de abrigo a outras funções ligadas aos setores públicos, tal como alojar o hospital e batalhão militares.

Deste modo, é observado que a edificação do Palácio é um referencial em relação não só em comportar determinados serviços ligados ao setor público, como também, apresentava uma pequena concentração desses serviços. Este quadro deve-se aos fatos, primeiramente, de Vitória apresentar nesse período uma limitada extensão urbana, ou seja, a cidade concentrava-se, sobretudo nas proximidades do que atualmente é o Centro e, ao mesmo tempo, a capital capixaba também apresentava relativamente poucos recursos econômicos, portanto, dificilmente seria possível direcionar investimentos para a construção de novas edificações que atendessem as demandas ligadas ao governo local.

Somente com o advento do período republicano, sobretudo a partir do início do século XX a cidade de Vitória recebe novo dinamismo, principalmente seu Centro, tendo como uma das bases deste processo as propostas de modernização da capital. Assim, parte dos equipamentos públicos já existentes na cidade, tal como o Palácio Anchieta, é reformado, e outros equipamentos públicos são construídos para atender a demanda da crescente cidade de Vitória. Durante o transcorrer do século XX as construções do Parque Moscoso, da Praça Costa Pereira, do Arquivo Público, do Mercado da Vila Rubim e Mercado da Capixaba indicam alguns exemplos de equipamentos públicos construídos ou reformados no Centro de Vitória com o intuito de atender as necessidades urbanas vigentes na cidade.

Entre o final do século XX e início do século XXI o Palácio Anchieta, em certos termos, redimensiona seu status simbólico tanto no contexto referente à cidade de Vitória, quanto em relação a todo o Espírito Santo, sobretudo tendo como referência a década de 1980 quando a Área Central de Vitória começa a conhecer os efeitos da intensificação do processo de descentralização.

Um exemplo deste quadro pode ser apontado quando, em 1983, o edifício é tombado pelo Conselho Estadual de Cultura. Deste modo, fica a edificação amparada por lei, sob a premissa do interesse coletivo, da memória histórica e da cultura e, assim tornando-se em definitivo um signo de destaque na paisagem urbana no Centro da capital capixaba a ser preservado pelos atributos que lhe são conferidos como patrimônio histórico, arquitetônico, dentre outros aspectos.

Outro elemento que caberia destacar acerca do Palácio Anchieta, no que diz respeito à sua relevância enquanto signo da resistência simbólica da dimensão política da Área Central está vinculado a sua restauração iniciada em 2004. Quando, no ano de 2006 é terminada a primeira etapa do processo de restauro, o edifício passa a abrigar somente as atividades vinculadas ao gabinete do governador. Boa parte das atividades que até então estavam sediadas no Palácio Anchieta são direcionadas a outros bairros da cidade de Vitória, sobretudo a região da Praia do Canto, ou seja, em pleno auge do processo de descentralização, principalmente em relação às atividades de comércio e serviços é possível reconhecer que também há uma descentralização das atividades ligadas ao poder público e político. Contudo, mesmo com a forte descentralização ocorrida em Vitória, representada, por exemplo, com a descentralização de importantes atividades que funcionavam no Palácio Anchieta este ainda permanece como um símbolo da relevância política da Área Central para toda a metrópole – e, mesmo, para todo o Espírito Santo. Isso se verifica, antes de tudo, pelo fato do palácio ainda permanecer com atividades públicas e políticas ligadas ao gabinete do governador, inclusive sendo a Sede Oficial do Poder Executivo Estadual, local de trabalho do governador. Assim, o papel simbólico desta edificação pode ser

demonstrado, pois, como as manchetes de importantes jornais capixabas (destacadas acima), acerca da orientação das manifestações populares em direção ao Palácio Anchieta, ratificam a inequívoca relevância política deste prédio e, por extensão, à Área Central da cidade.

É possível também acrescentar outro elemento constitutivo do Palácio enquanto um símbolo de resistência da relevância simbólica que ele irradia para a Área Central. Destaca-se, nesse sentido, que ao final de sua restauração em 2009 o palácio passou a ser aberto a visitas públicas, tanto direcionadas para sua própria história - ou seja, com roteiro que apresente sua importância histórica, cultural, política além de seu acervo de objetos - mas também, como um espaço disponível para dar suporte para eventos culturais, políticos, exposições, dentre outros.

4.3 Formas Simbólicas Associadas À Instância Ideológica: O Caso Dos Prédios Das Salas De Cinema Em Vitória.

Um dos componentes ligados à formação de uma Área Central está ligado à dimensão ideológica que é fundamental para a projeção do signo de status desta área sobre a cidade como um todo. Nesse sentido, destaca-se o exemplo das salas de cinemas enquanto suporte de signos de status e modernidade tradicionalmente associados à Área Central, enquanto formas simbólicas fecundas para conduzir a análise da relação que encerram com a dinâmica da centralidade intra-urbana em Vitória.

Para tal trabalho, a contribuição de Malverdes (2008, 2011) foi de fundamental importância, pois dispôs as informações necessárias à investigação proposta, na medida em que oferece um panorama da história do cinema na cidade de Vitória, com forte foco no Centro de Vitória, considerado a época como a “Cinelândia Capixaba” (MALVERDES, 2008; 2011)

Segundo as bibliografias consultadas, é possível indicar um total de 13 salas de cinema que existiram na Área Central da capital. A tabela a seguir além de apresentar quais foram essas salas, destaca, ainda, as informações em relação ao período de funcionamento dos cinemas, onde se localizavam estas salas e suas capacidades de comportar espectadores (tabela 1).

Tabela 1 - Cinemas construídos na Área Central de Vitória

Cinema	Funcionamento	Localização	Capacidade
Cine Teatro Melpômene	1896-1924	Praça Costa Pereira, Centro	800
Cine Eden	1907-1920	Praça Costa Pereira, Centro	150
Cine Teatro Central	1921-1935	Praça Costa Pereira, Centro	600
Cine Politeama	1926-Década 1950*	Parque Moscoso. Av. República	Sem Informação
Cine Teatro Carlos Gomes	1927-1933	Praça Costa Pereira, Centro	1079
Cine Teatro Glória	1932-Década 1990*	Centro. Av. Jerônimo Monteiro	1500
Cine Vitória	1950-Década 1990*	Centro. Av. Jerônimo Monteiro	380
Cine São Luiz	1951-2001	Centro. Rua 23 de Maio	585
Cine Jandaia	1955-1961	Centro. Av. Princesa Isabel	350
Cine Santa Cecília	1955-Década 1990*	Parque Moscoso	1453
Cine Juparanã	1967-1980	Centro. Av. Jerônimo Monteiro	980
Cine Odeon	1969-1980	Centro. Av. Jerônimo Monteiro	632
Cine Paz	1975-Década 1990*	Centro. Av. Princesa Isabel	700

Fonte: Adaptado de Memórias Fotográficas e História das Salas de Cinema de Vitória (MALVERDES, 2011). * Não há datas precisas do fechamento dessas salas, apenas estimativas das décadas que encerraram suas atividades.

Diante deste quadro geral dos cinemas apresentados, cabe destacar um pouco da trajetória das salas presentes no Centro da capital capixaba.

Segundo Tatagiba (1988) os primórdios das exibições cinematográficas na cidade de Vitória correspondia a apresentações itinerantes em pequenas estruturas montadas nas praças ou outros locais públicos. Somente no final do século XIX, mais precisamente em 1896 surge a primeira sala fixa de cinema na cidade de Vitória. No que segue será conduzida uma análise sintética das principais salas de cinema em Vitória, enquanto expressão de formas simbólicas espaciais fortemente associadas à relevância singular que, no plano ideológico, a Área Central desempenhou para toda a cidade.

A primeira sala de cinema em Vitória - inaugurada em maio de 1896 - foi o Cine Teatro Melpômene (foto 21), localizado na Praça da Independência (atual Praça Costa Pereira), Centro de Vitória. O Cine Melpômene apresentava capacidade para 800 espectadores, entre cadeiras, poltronas e camarotes. Com estrutura física em madeira e iluminação própria, o cine teatro também contava com orquestra e efeitos de sonoplastia durante exibição das filmagens, pois na época os filmes apresentados eram mudos.



Foto 21 - Cine Teatro Melpômene. Inaugurado na Praça da Independência, no Centro, Vitória, atual Praça Costa Pereira, em 1896. Acervo José Tatagiba. Fonte: IPHANES / CAR - UFES.

Durante a exibição de um filme em outubro de 1924 ocorre um princípio de incêndio na Melpômene que tem como consequências, a morte de duas pessoas, alguns indivíduos feridos além da demolição do teatro preservando apenas parte de sua estrutura, chegando assim ao final de suas atividades.

Em 1907, foi erguido o Cine Eden (foto 22), também localizado aonde, atualmente, há a Praça Costa Pereira no Centro de Vitória. Comportando 150 espectadores o Cine Eden além da exibição de filmes mudos e documentários apresentava outras atrações para seus frequentadores. Era possível beber, jogar, ouvir piano, além do que “era também ponto de encontro para discutir política, negócios ou apenas para conversar” (MALVERDES, 2011).

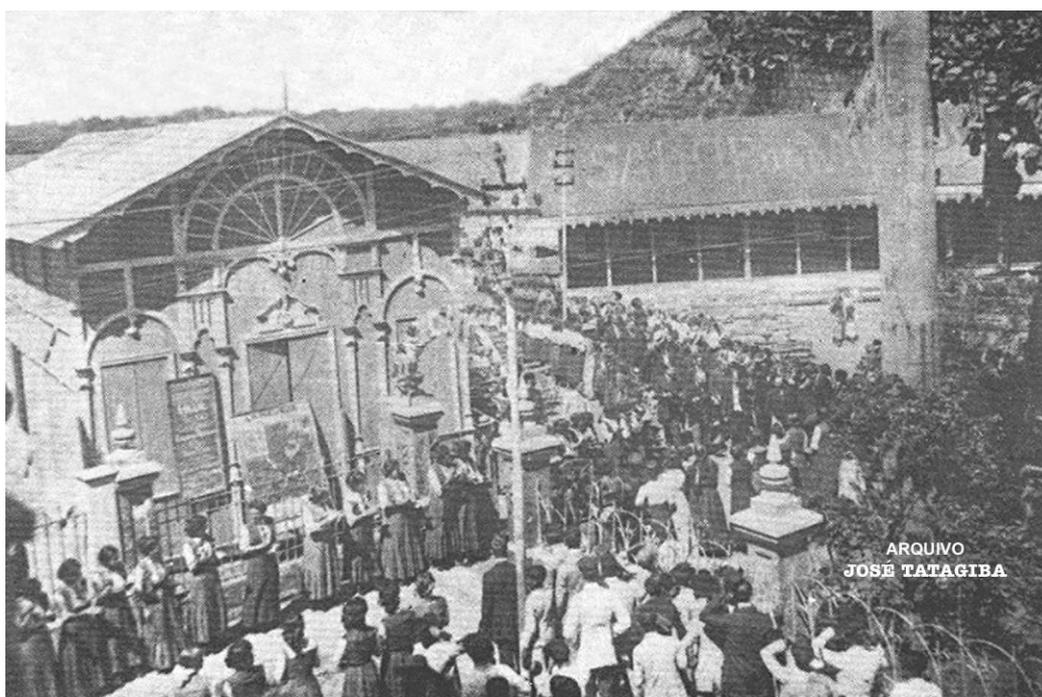


Foto 22 – Cine Eden. Data 1910. Acervo José Tatagiba. Fonte: (MALVERDES, 2011).

Conforme aponta Malverdes (2011) este foi o primeiro cinema na cidade de Vitória com características semelhantes às apresentadas nas salas atuais. Outro ponto salientado pelo autor refere-se a mobilização pública realizada na inauguração desta sala contanto com a presença do Presidente de Estado Henrique Coutinho além de outras autoridades políticas e figuras públicas. Contudo, na década de 1920 a sala Éden de cinema é fechada.

No ano de 1921 na Avenida Jerônimo Monteiro, no Centro da capital, é inaugurada a terceira sala de cinema de Vitória; o Cine Teatro Central (foto 23) com capacidade para 600 espectadores esta sala funcionou até o ano de 1935.



Foto 23 – Cinema Central na rua da Alfândega, atual avenida Jerônimo Monteiro, Ano: 1921. Acervo José Tatagiba. Fonte: Malverdes, 2011.

“A matéria do jornal a cerca da inauguração do Cine Central mostrava o entusiasmo por esse tipo de entretenimento na cidade [...] tinha as paredes pintadas, uma verdadeira obra de arte e distração para os espectadores que aguardavam o início da sessão” (MALVERDES, 2011, p.41). Além disso, a reportagem destacada pelo autor aponto para no dia da inauguração da sala toda uma festividade preparada para tal evento. Assim,

Em frente ao edifício achava-se a banda da polícia executando peças de seu repertório. A hora marcada, 4 da tarde, foram abertas as portas e franqueadas aos convidados. Estavam lá representantes do s. exa. O

Sr. Presidente do Estado, todas as autoridades estaduais e federais, membros do comércio desta praça, os representantes da imprensa e de outras classes sociais (JORNAL DIÁRIO DA MANHÃ, 1921).

Através da matéria acima citada (anexo A), nota-se o destaque dado na cidade de Vitória quando na abertura dessa terceira sala de cinema.

Ainda na década de 1920, exatamente em 21 de outubro de 1926, foi inaugurado na cidade de Vitória o Cine Politeama (foto 24). Localizado na Avenida República, nas proximidades do Parque Moscoso, o Cine Politeama tinha como uma de suas características a sessão colosso, pois “era a alegria da cidade, era frequentada por estudantes, operários, empregadas domésticas. A fila para comprar o ingresso se alongava por toda a avenida” (MALVERDES, 2011, p. 45). Ainda segundo o autor outra característica marcante das sessões desse cinema estava ligada a vibração das crianças com os filmes e seriados de faroeste.

Composto por uma estrutura em madeira e telhado de zinco, durante o verão as sessões de cinema transformavam-se em “verdadeiras saunas” para o público. Por outro lado, quando chovia o barulho provocado pelas gotas de chuva “atrapalhava a sonoridade da exibição do filme” (MALVERDES, 2011, p. 45).

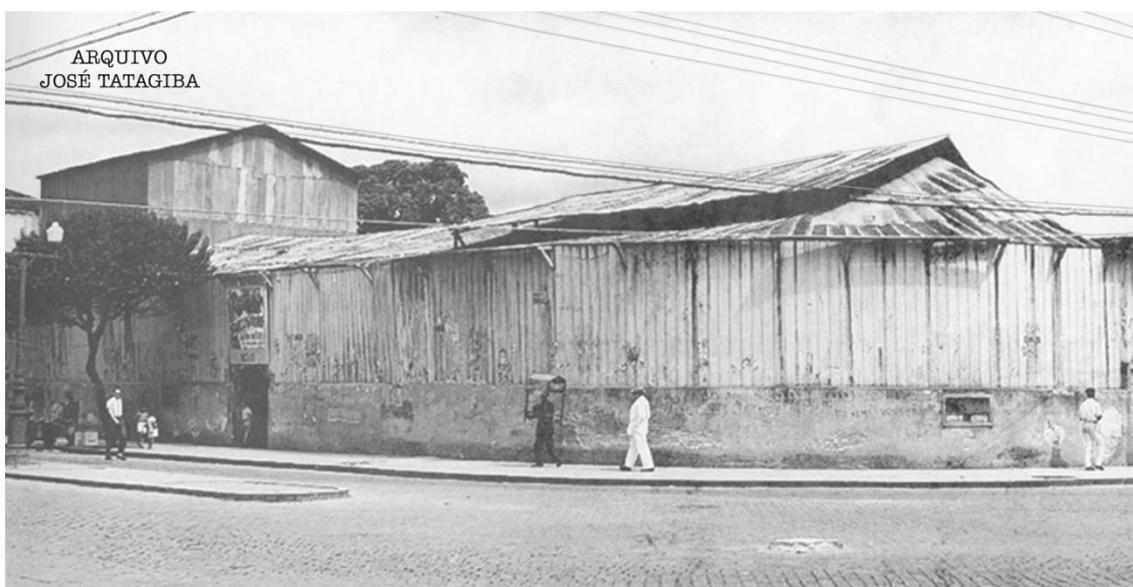


Foto 24 - O Cine Politeama localizado na Avenida República, no Parque Moscoso. Vitória. 1935. Acervo José Tatagiba. Fonte: Malverdes, 2011.

O Cine Politeama funcionou no Parque Moscoso até a década de 1950 quando suas atividades são encerradas.

No final desta mesma década, em 1927 nas proximidades do antigo Cine Teatro Melpômene (Praça Costa Pereira, Centro de Vitória) é inaugurado o Cine Teatro Carlos Gomes. Empreitada esta realizada pelo arquiteto italiano André Carloni que aproveita parte das colunas de ferro fundido da antiga estrutura do Cine Teatro Melpômene para a construção do Cine Teatro Carlos Gomes (foto 25).

Com capacidade de 1079 pessoas o Cine Teatro Carlos Gomes é arrendado em 10 de novembro de 1929 para que a empresa Santos e Companhia instalar naquele local o cinema falado (que começa sua operação em 20 de dezembro de 1929). No início da nova década, em 1933, o proprietário André Carloni vende seu cine teatro para o governo estadual o qual permanece como seu proprietário até o presente (MALVERDES, 2008; 2011), contudo, deixando de possuir a característica de exibição de filme e passando a comportar os espetáculos performáticos, teatrais e musicais.



Foto 25 - Teatro Carlos Gomes (ao centro da imagem) e a igreja do Rosário no segundo plano. Vitória. 1927. Acervo José Careta. Arquivo: José Tatagiba. Fonte: <http://salasdecinemadoes.blogspot.com.br/2012/07/teatro-carlos-gomes.html#more>

No ano de 1932 é inaugurado na Avenida Jerônimo Monteiro, Centro de Vitória - também próximo a Praça Costa Pereira - o Cine Teatro Glória (foto 26). Com capacidade para 1500, pessoas o cine teatro funcionou até a década de 1990.

Representando um forte marco arquitetônico para a época na cidade de Vitória, seus lugares estavam distribuídos por 3 andares (geral, camarotes e galeria). Além disso, o prédio do Cine e Teatro Glória possuía salas comerciais, escritórios, consultórios, dentre outros. Apesar da função teatral, devido a dificuldade desse tipo de espetáculo aportar na cidade de Vitória a predominância funcional do Glória era voltada para a exibição de filmes.



Foto 26 - Cine Teatro Glória. Sem data. Fonte: Fotos Antigas do Espírito Santo (Facebook).

Após a construção do Glória na década de 1930, na década de 1940 não ocorre construção de novas salas de cinema no Centro de Vitória, contudo a década seguinte será marcada pela significativa inauguração de novos empreendimentos do setor cinematográfico. Cine Vitória (1950), Cine São Luiz (1951), Cine Jandaia (1955) e Cine Santa Cecília (1955) são os quatro cinemas abertos nessa década.

O Cine Vitória (foto 27), inaugurado em 04 de outubro de 1950 na Avenida Capixaba (atual Jerônimo Monteiro), ganhou popularmente o apelido de “Vitorinha”, Segundo Malverdes (2008; 2011) devido a sua pequena capacidade com 380 lugares (foto 28).

O autor salienta também que este cinema também marcou época foi o primeiro cinema de Vitória a possuir sessões contínuas. Além disso, o Vitorinha tornou-se na época o ponto de encontro das crianças tanto pela exibição de filmes de caubóis quanto pelas crianças “se concentrarem na porta da sala para trocarem revistinhas” (MALVERDES, 2011, p.57). Na década de 1980 o Cine Vitória encerra suas atividades.



Foto 27 – Populares aguardando a Inauguração do Cine Vitória. Data: 04/10/1950. Acervo Família Rocha. Fonte: Malverdes, 2011.



Foto 28 - Público aguardando a sessão de inauguração no interior do Cine Vitória. Vitória. 04 de Outubro de 1950. Acervo Família Rocha. Fonte: Malverdes, 2011.

Em 3 de maio de 1951 é aberta uma nova sala de cinema em Vitória, o Cine São Luiz. Localizado na Rua 23 de Maio no Centro da Capital e com capacidade para 585 espectadores, o Cine São Luiz funcionou até o ano de 2001.

Sua inauguração ocorreu com grande festividade, pois, o empreendimento feito por seus proprietários, Edgar Rocha e Luiz Severiano Ribeiro, pretendia tornar esta sala de cinema a melhor e mais moderna sala da capital capixaba. Para tanto, no dia 3 de maio a inauguração do cinema contou não só com a presença de autoridades locais como também teve a participação de estrelas do cinema nacional naquela época tais como Anselmo Duarte, Adelaide Chioso, Ilka Soares, durante a exibição do filme Aviso aos Navegantes (foto 29).



Foto 29 - Na inauguração do Cinema São Luiz com a presença de artistas, do público em geral, do Governador Jones dos Santos Neves além de outras autoridades locais. Ano: 1951. Acervo Família Rocha.

O Cine Jandaia (foto 30) foi outro cinema inaugurado da década de 1950 no Centro da Capital. Aberto para suas atividades em 22 de julho de 1955 e contendo 350 lugares o Cine Jandaia estava localizado na Avenida Princesa Isabel e funcionou neste local até o ano de 1961 quando encerrou suas atividades.

Seu proprietário, Dionysio Abaurre, percebendo a lucratividade que os investimentos das salas de cinema no Centro de Vitória possibilitam resolveu também adentrar neste ramo. Deste modo, construiu seu cinema na parte de trás do terreno onde estava instalado o Cine Vitória. Além dos atrativos cinematográficos o Cine Jandaia possuía “uma escada em frente ao palco, a famosa espinha de peixe” que também era um elemento significativo na composição dessa sala.



Foto 30 - Fachada do Cinema Jandaia em sua Inauguração com o filme O Grande Sullivan. Vitória 22 de julho de 1955. Acervo Família Abaurre. Fonte: Malverdes, 2011.

Também no ano de 1955, no dia 21 de setembro, ocorre a inauguração do Cine Santa Cecília. Localizado na Avenida República, no Parque Moscoso (Área Central de Vitória, no antigo local onde situava-se o Cine Politeama) e com capacidade de 1453 espectadores o Cine Santa Cecília funcionou neste local até a década de 1990 (foto 31).

Inaugurado na década de 1950 esta sala foi um ícone dos tempos áureos do cinema no Espírito Santo. Sua imponência se fazia presente não só com o porte desta sala com seus 1453 lugares, e com os equipamentos modernos de iluminação, projeção, refrigeração e som, mas também havia toda uma séria de exigências em relação aos trajes que seus frequentadores deveriam usar durante as exhibições dos filmes, como no caso dos homens o uso do terno se fazia obrigatório (MALVERDES, 2008, p.94).



Foto 31 - Prédio onde funcionou o Cinema Santa Cecília. Ano: 1997. Acervo José Tatagiba. Fonte: Malverdes, 2011.

A década de 1960, em seus anos finais, apresentou ao Centro de Vitória mais duas salas de cinema. O cine Juparanã inaugurado em 1967 (foto 32) e o Cine Odeon inaugurado em 1969 (foto 33).

No dia 4 de janeiro de 1967 ocorria a cerimônia de inauguração do Cine Juparanã. Possuindo 980 lugares o cinema estava localizado na Avenida Jerônimo Monteiro. Com dois andares para o cinema o edifício ainda “tinha um charme todo especial, o lustre Maria Tereza Goulart. O candelabro veio de São Paulo e recebeu o nome em homenagem à mulher de João Goulart”.

Além disso, durante a exibição da primeira sessão desta sala “o padre França fez uma celebração abençoando as máquinas com água benta, como era costume na época, para inaugurar as salas” (MALVERDE, 2011, p. 77). O funcionamento do Cine Juparanã ocorreu até a década de 1980 quando a edificação é vendida para sediar uma agência bancária do Banco Bradesco.

Em 15 de março de 1969 acontece a abertura do Cine Odeon. Localizado também na Avenida Jerônimo Monteiro no Centro de Vitória, com 632 lugares o Cine Odeon situava-se próximo ao Cine Vitoria (Vitorinha) e, semelhantemente ao cinema acima descrito, também teve suas atividades encerradas no transcorrer da década de 1980.



Foto 32 – Cinema Juparanã. Vitória. Data: 04 de janeiro de 1967. Acervo José Tatagiba. Fonte: Malverdes, 2011.

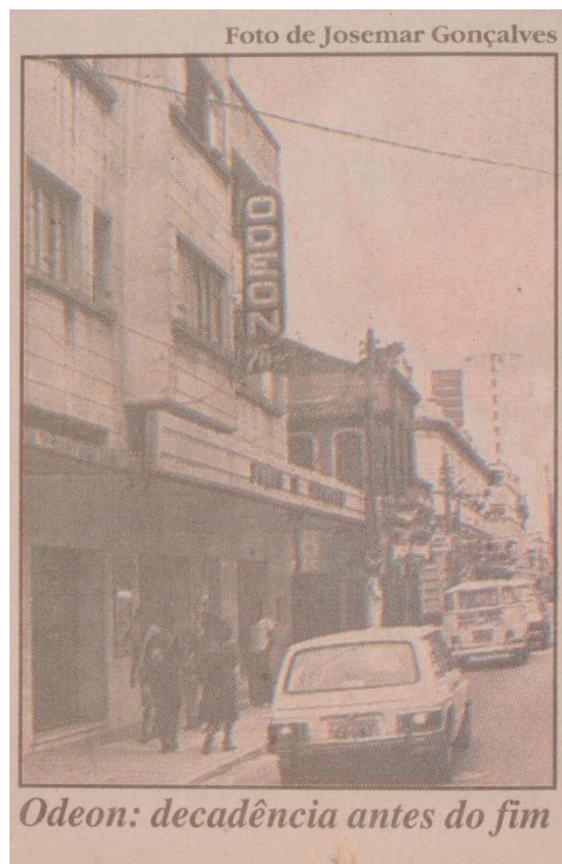


Foto 33 – Imagem de uma reportagem mostrando a decadência do Cinema Odeon. Fonte: Adaptado de Arquivo Público do Estado do Espírito Santo / Jornal A Gazeta (1969).

A década de 1970 apresenta ao Centro de Vitória a última sala de cinema inaugurada nesta área da cidade: no dia 25 de março de 1975 ocorre a inauguração do Cine Paz. Localizado na Avenida Princesa Isabel, com lugares destinados a 700 espectadores o cinema abre com a promessa de ser um dos melhores cinemas do estado. Para tal promessa seu proprietário, Dionysio Abaurre, dotou o cinema com o que havia de mais moderno e avançado em relação a tecnologia e conforto na época.

No período de férias escolares, a grande atração eram os famosos filmes infantis dos Trapalhões. A plateia lotava a sala depois de aguentar pacientemente as longas filas que rodavam os quarteirões da avenida Princesa Isabel. E enquanto esperavam chegar a vez de assistir o filme, pais, mães, tias e avós colocavam o papo em dia e, como quem não quer nada, pegavam carona com a meninada para mais uma sessão de cinema (MALVERDE, 2001, p. 86).

A sala do Cinema Paz (foto 34) funcionou no Centro de Vitória até os anos da década de 1990 quando tem suas atividades encerradas e este espaço passa a ser destinado a outras atividades econômicas.



Foto 34 - Fachada do Cinema Paz com o filme o Trapalhão na Ilha do Tesouro, Data: 1975. Acervo Família Abaurre. Fonte: Malverdes, 2011.

Com base no panorama exposto acima, acerca da alocação das salas de cinema no centro de Vitória, é de fundamental importância considerá-lo sob o prisma da problemática da dinâmica da centralidade intra-urbana que foi, a partir das últimas décadas do século XX, profundamente marcado pelo processo de descentralização.

Caberia, nesse sentido, sublinhar a importância que as salas de cinema encerram na formação mesma do Centro de Vitória. Conforme argumenta Malverde (2008) os cinemas podem ser vistos como um símbolo na modernidade e modernização da cidade de Vitória, pois,

Na projeção de uma Vitória moderna e consagrada como centro da convergência da cultura local, já nos anos de 1950, o cinema afirmava-

se ainda ao abrigar um público tão variado quanto as crianças nas matinês, os militares na sessão colosso, os estudantes e as donas de casa, trazendo uma variedade de ambientes onde desfilavam os westerns hollywoodianos, as chanchadas brasileiras e os grandes dramalhões que do 'escurinho do cinema' ofereciam abrigo aos casais de namorados e às comemorações dominicais das famílias no ambiente elegante das salas, e servem a todos os estratos sociais.

Deste modo, a passagem acima descrita possibilita indicar que as salas de cinema no Centro da capital capixaba representaram um importante signo de na formação Área Central na medida em que correspondiam a um elemento do espaço urbano que possibilitava a convivência de pessoas e, assim, para a sociabilidade mesma que se verifica na capital capixaba.

Outro aspecto do papel singular que se estabeleceu através da relação entre os cinemas e a Área Central está associada à simbologia que as salas cinematográficas assumem na vida urbana na cidade de Vitória, pois, juntamente com a inauguração destes empreendimentos verificava-se - quase sempre - todo um conjunto de festividades e cerimônias que envolviam a inauguração de uma nova sala: por exemplo, a presença de personalidades políticas, tais como os Presidentes Estaduais e os representantes do governo federal. Além disso, eventualmente as aberturas das novas salas contavam com artistas do cinema, apresentavam também alguma festa com banda marcial, além das notícias que sempre apareciam nos jornais e revistas em circulação à época (Anexos B, C, D, E).

Ligado a este simbolismo que os cinemas apresentavam devido às festividades de suas aberturas, pode-se acrescentar que os próprios espaços dessas salas muitas vezes comportavam-se como um atrativo para o público, pois ofereciam além do serviço referente à exibição dos filmes, os cinemas podiam oferecer ambientes para conversas, confraternização com bebidas e comidas, bem como apresentavam ornamentos (lustres, escadarias, pinturas) que serviam como outros atrativos para serem apreciados.

Ainda é possível estabelecer outra consideração acerca da relação entre a Área Central e os cinemas, mais especificamente no que concerne a abertura

de novas salas, conforme o crescimento da urbanização na cidade de Vitória. Malverdes (2008, p.69-70) expõe:

O Centro antigo, bem como a maioria das outras cidades brasileiras, no início do século XX, não possuía energia elétrica, água encanada nem rede de esgotos. Somente durante o governo de Jerônimo Monteiro (1908-1912) houve intervenções significativas nessas áreas da cidade de Vitória. Embora cada cidade seja única e seu desenvolvimento obedeça a razões particulares, o crescimento das maiores capitais brasileiras, entre elas a do Estado do Espírito Santo, estava na década de 10 condicionado a uma mesma perspectiva, a modernidade.

A passagem acima sublinha a sincronia vigente entre o processo de modernização da cidade de Vitória - sobretudo no Centro da capital entre o início do século XX até a década de 1980 - e a inauguração das salas de cinema na Área Central capixaba. Assim, na medida em que o Centro se modernizava e este espaço adquiria novas feições urbanas com ruas mais largas, novas construções, iluminação pública, dentre outras, tais condições proporcionaram que as salas de cinema se concentrassem, a princípio, no centro que, ulteriormente, viria a se constituir na Área Central de Vitória, pois tratava-se do setor da cidade que oferecia a infra-estrutura necessária para a abertura dos cinemas, além de ser o local prioritário do convívio social em Vitória.

Deste modo, há uma estreita relação entre a gênese, consolidação e expansão da Área Central de Vitória e a concentração das salas de cinemas nesta parte da cidade. A prevalência da instalação das salas de cinemas nesta parte da cidade ratificava os atributos sociais, ideológicos e simbólicos típicos da primazia que Área Central exercia sobre o conjunto da cidade.

Por sua vez, para considerarmos as repercussões que a intensificação do processo de descentralização no que diz respeito estritamente às salas de cinemas alocadas na Área Central de Vitória, à tabela 2 traz subsídios relevantes, notadamente no que diz respeito à destinação que foi dada aos principais cinemas desta área, após o encerramento de sua função original.

Tabela 2- Destinação atual dos Cinemas na Área Central de Vitória

Cinema	Ocupação Atual (2014)
Cine Teatro Melpômene	Demolido
Cine Eden	Demolido para a construção do Teatro Glória
Cine Teatro Central	Ponto comercial
Cine Politeama	Primeiramente dá espaço a um outro cinema (Santa Cecília). Atualmente funciona como templo da Igreja Universal do Reino de Deus
Cine Teatro Carlos Gomes	Ainda funciona como Teatro
Cine Teatro Glória	Em reforma de restauração
Cine Vitória	Loja de calçados e Loja de roupas
Cine São Luiz	Igreja Evangélica Assembleia de Deus em Vitória
Cine Jandaia	Loja de calçados
Cine Santa Cecília	Atualmente funciona como templo da Igreja Universal do Reino de Deus
Cine Juparanã	Funciona como agencia bancaria do Bradesco
Cine Odeon	Loja de calçados
Cine Paz	Igreja Mundial do Poder de Deus

Fonte: Adaptado de Malverdes (2008, 2011) e observações em campo realizadas em 13/04/2014.

A tabela acima revela as salas de cinema alocadas na Área Central de Vitória foram profundamente transfiguradas em relação à função original: transformadas estabelecimentos varejistas voltados às camadas mais populares; templos de igrejas evangélicas, etc.

Contudo, o que cabe sublinhar é que, a despeito da natureza da refuncionalização que as principais salas de cinemas conheceram, é patente a perda do significado do poder simbólico tradicionalmente imputado à Área Central que estas transformações significaram.

Um importante um ponto de fundamental importância associada à crise dos cinemas na Área Central de Vitória refere-se à valorização imobiliária e o crescimento urbano, como a passagem abaixo permite considerar:

O Centro começava na década de 80 a ficar congestionado, faltando espaço para a expansão dos negócios. O acesso foi ficando cada vez mais comprometido, provocando transformações na própria estrutura

de serviços, chegando ao ponto de a cidade não comportar apenas um núcleo central.

Diversos bairros surgiram, ampliando assim o perímetro urbano [...] Assim, alguns bairros tradicionais – Jucutuquara, Praia Cumprida, Maruípe e Bomba – assumem a função de centros regionais e passam a servir a população nos serviços básicos de comércio atacadista. Sendo assim, cada vez menos pessoas precisavam se dirigir ao Centro da cidade. Na Região Metropolitana também se observa a expansão comercial nos municípios vizinhas da capital como Vila Velha, Cariacica, Serra e Viana (MALVERDES, 2008, p.118).

As transformações associadas à perda de prestígio social e simbólico que a Área Central da cidade assistiu, sobretudo a partir da década de 1980, acaba por provocar um afastamento de boa parte do público que freqüentava as salas de cinema nesta parte da capital capixaba. “Ao perder o glamour de outras épocas, só restou às salas de exibição adaptarem-se as novas circunstâncias” (MALVERDES, 2008, p. 118), tais como a exibição de filmes de artes marciais ou eróticos.

Uma última evidência que caberia chamar à atenção acerca da perda de prestígio social associada à oferta de salas de cinemas na Área Central diz respeito ao único cinema que encontra-se, atualmente, em funcionamento nesta área, qual seja: o Cine Erótico. Sem maiores informações sobre a época de sua inauguração e sua capacidade – pois seus administradores não se propuseram a conversar, tampouco esses dados foram encontrados na bibliografia consultada – o Cine Erótico encontra-se localizado no Parque Moscoso, na Avenida República, sendo destinado estritamente à exibição de filmes eróticos e pornográficos em sessões diárias (de segunda a sexta), com um valor dos ingressos a R\$ 12,00 para cada sessão de dois ou três filmes.

De fato, no interior da Área Central de Vitória o Cine Erótico encontra-se localizado na Zona Periférica do Centro (que, constitui o segmento de menor valor do uso do solo urbano da Área Central, local de residências de baixo status social com residências populares, deterioradas, presença de cortiços - conforme observado no capítulo 2). Contudo, não obstante a presença deste tipo de cinema possua adequação no que diz respeito ao perfil funcional da Zona Periférica da Área Central, o que deve ser destacado é o fato de que o

Cine Erótico constitui a única sala que oferece, atualmente, a função de projeção cinematográfica na Área Central, o que revela a patente perda do significado simbólico usualmente atribuído a esta parte da capital da cidade. No que segue serão consideradas as *formas simbólicas* associadas à dimensão religiosa que, historicamente, constituíram um signo da importância distintiva da Área Central.

4.4 As Formas Simbólicas e a Instância Religiosa na Área Central de Vitória.

Sem dúvida, uma das formas simbólicas espaciais mais marcantes para a história secular da qual a Área Central de Vitória atual é resultado, diz respeito às igrejas católicas que foram construídas desde a gênese mais arcaica de constituição dessa área. São sete igrejas, todas localizadas na “Cidade Alta”, que possuem uma história secular e constituem, assim, elementos de fundamental importância para a memória urbana da cidade, sobretudo para o seu centro.

Deste modo, o presente item visa desenvolver uma análise acerca do significado das igrejas seculares que integram, atualmente, a Área Central da cidade, não obstante sua origem seja proveniente de temporalidades distintas e remotas.

A primeira igreja que se tem notícia na ilha de Vitória corresponde a Capela de Santa Luzia. Construída em 1537 na então fazenda de Duarte Lemos – chamada de Ilha de Santo Antônio e que atualmente corresponde a capital do Espírito Santo – a capela foi erguida para que houvesse nas terras de Duarte Lemos um local para realização das celebrações e dos cerimoniais religiosos.

Apesar de ser a construção mais antiga da cidade de Vitória ainda de pé, sendo anterior à própria fundação da então Vila de Vitória e conforme aponta Rodrigues (2010) ser a única construção em Vitória que ainda resguarda

características da arquitetura colonial na capital capixaba, a história da capela dedicada a Santa Luzia é relativamente pobre.

Erguida sobre uma pedra e construída com pedra e cal de ostras e coberta com simples telhas feitas em barro (foto 35), a capela apresenta uma arquitetura simplória, com uma nave em formato retangular, mais longa e mais alta do que a capela-mor.



Foto 35 - Capela Santa Luzia. Ano: 2008. Fonte: Autor.

Além de oferecer espaço para as celebrações religiosas, sobretudo, aquelas abrigar devotas a Santa Luzia, durante parte do século XVIII a capela passou a comportar também a irmandade a Nossa Senhora dos Remédios. Dessa associação, ocorria sempre no dia 13 de dezembro de cada ano a concorrida festa de Santa Luzia, com missa solene e procissão que tinha como percurso à cidade alta (ELTON, 1987 apud BONICENHA, 2004).

Com a chegada do ano de 1928 as celebrações e demais atividades religiosas são encerradas na Capela de Santa Luzia, o que traz como consequência para esse imóvel seu total abandono e sua deterioração gradual tanto em sua estrutura externa quanto em seus elementos internos.

Comprada em 1937 pela União, somente em 1943 a capela é restaurada sob o comando do arquiteto André Carloni. Após este processo de restauração com duração de seis anos, a Capela de Santa Luzia é tombada pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), tendo assim, sua preservação mantida e resguardada por decreto.

No início do ano de 1950 a capela passa a funcionar como sede do Museu de Arte Sacra ocupando este local até o ano 1976, pois, a partir de então, sob custódia da Universidade Federal do Espírito Santo, a capela passa a funcionar como Galeria de Artes e Pesquisas da UFES, ocupação essa que dura até 1994.

De 1996 até o presente a capela sedia o escritório técnico e espaço cultural da 6ª Sub-Regional do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Além disso, atualmente a capela encontra-se inserida no Projeto Visitar da Prefeitura de Vitória o qual possibilita visitas públicas e gratuitas e monitoradas dentro deste local. Contudo, como salientado, atualmente não são mais feitas celebrações religiosas no espaço da Capela de Santa Luzia.

O Convento de São Francisco constitui outra importante forma simbólica espacial associada à proeminência da Área Central, no que respeita à dimensão religiosa. Com a chegada dos primeiros padres franciscanos no final do século XVI no Espírito Santo, em 1591 tem início a construção do convento franciscano na cidade de Vitória, obra só finalizada em 1597. A implantação do convento ocorreu em um sítio plano e elevado – no que hoje é considerado o Morro da Fonte Grande – localizando-se relativamente afastado do então núcleo de povoamento de Vitória. Essa escolha deu-se, sobretudo, pela “boa água vinda do morro, sendo o Convento pioneiro no abastecimento de água em domicílio na cidade” (O CONVENTO DE SÃO FRANCISCO, 2010, p. 30).

Com configuração típica da arquitetura das construções franciscanas adotadas a época no Brasil, o Convento de São Francisco (foto 36) era composto no centro pela Igreja de São Francisco de Assis, ao lado direito encontrava-

se o convento/claustro e a Capela da Ordem Terceira localizava-se a esquerda de quem entreva na capela.



Foto 36 - Convento de São Francisco. Sem Data. Acervo: IPHAN - ES.

No ano de 1744 o convento passa por grandes reformas. O frontispício da igreja com traços retos, marcantes na arquitetura jesuíta, recebeu ornamentos característicos do estilo barroco. Além disso, uma larga ladeira é construída de forma a facilitar o acesso ao convento.

Em 1783, a pedido da Câmara Governamental, os franciscanos abrem as portas de seu convento para oferecer a estudantes interessados o curso de filosofia (BONICENHA, 2004). Anos mais tarde, em 1850, o espaço do convento além de sediar o curso de filosofia, passa a oferecer os cursos de francês, gramática latina além de comportar a escola elementar. Contudo, devido à baixa procura por esses cursos em 1865 há uma diminuição da oferta dos mesmos.

Entretanto, o período do século XIX marca o processo de decadência não só do Convento de São Francisco, mas também das ordens religiosas em todo o território brasileiro. Deste modo, tanto a falta de pessoal quanto à perda de prestígio de outrora que a igreja possuía fazem com que boa parte das

construções ligadas à Igreja Católica sejam gradativamente abandonadas, possibilitando com que estes espaço sejam requisitados para usos diversos, sobretudo com finalidades públicas.

Fato justificado, uma vez que nesse período a cidade (Vitória deixar de ser Vila em 1823) ainda não possuía infraestrutura necessária para a população crescente, e a ociosidade do convento acabou preenchendo lacunas de ordem social, passando a funcionar como escola elementar e enfermaria para atender as vítimas das constantes epidemias (O CONVENTO DE SÃO FRANCISCO, 2010, p. 44).

Sem conseguir reaver seus bens do governo, os franciscanos sofrem nova incursão sobre suas posses, pois em 1880 sob o comando do engenheiro Torres Homem, responsável pelas obras militares em Vitória, são derrubados os muros do aqueduto do convento com a justificativa de que os materiais conseguidos com essa estrutura seriam usados na obra do quartel de infantaria.

Em 1926 com a chegada do padre Leandro Del'Uomo, o convento de São Francisco é completamente descaracterizado. Justificando a construção do orfanato Coração de Jesus – também conhecido como Orfanato Cristo Rei – a estrutura o convento é completamente modificada, restando poucos traços de suas feições originais. Contudo, a empreitada do padre é duplamente frustrante, pois além da grande modificação feita no convento o orfanato sequer chegou a ser concluído da forma como desejava o padre.

Outra parte do convento que é alvo de intervenção do padre Del'Uomo corresponde a Capela da Terceira Ordem, que com exceção de seus muros, é alterada completamente pelo pároco. Além disso, a necessidade de matérias para a construção de uma igreja em Vila Velha outro sacerdote demoliu parte da estrutura do convento para que seus matérias e entulhos fossem usados na construção de sua igreja.

Por fim, a própria população especulando com a possibilidade de encontrar ouro e outros tipos de materiais preciosos no convento de São Francisco, com picaretas e enxadas, exploraram com destruição as dependências do convento.

No ano final da década de 1940 o arquiteto André Carloni tenta recuperar parte do convento de São Francisco, incidindo sua reforma sobre o alpendre de cinco arcos, o alpendre da Capela da Ordem Terceira além de tentar restaurar a sala de reuniões da irmandade.

Em 1960 o Bispado transfere o Orfanato Cristo Rei para Cariacica, outro município da Grande Vitória, e instala na antiga construção a residência episcopal que funciona nesse espaço até o ano de 1985. A partir de então, o que resta do conjunto arquitetônico do Convento de São Francisco passa a sediar a Cúria Metropolitana, órgão administrativo da Igreja Católica.

Atualmente, o convento de São Francisco além de sediar a Cúria Metropolitana também abre suas portas para visitas públicas fazendo parte do Projeto Visitar. Com exceção do frontispício pouco resta das construções originais que pertenciam ao conjunto do convento (foto 37). Assim, além de resguardar a função administrativa da Igreja Católica, não há nenhuma outra atividade religiosa que ocorra nos espaços do convento, pelo menos não em sua proposta original que correspondia às celebrações religiosas.



Foto 37 - Convento de São Francisco Atualmente. Detalhe para o Frontispício único elemento original da fachada externa do convento. Ano: 2013. Autor: Jocimara Patricio.

Outra importante edificação religiosa a ganhar forma na cidade de Vitória corresponde ao Convento de Nossa Senhora do Monte Carmo (foto 38).

Construído em 1682 pela ordem dos Carmelitas Calçados o Convento de Nossa Senhora do Carmo foi erguido na antiga área denominada de Pelames.

O conjunto do convento de Nossa Senhora do Carmo, era composto três construções, sendo o Convento e colégio, a Capela da Ordem Terceira do Carmo além da Igreja.



Foto 38 - Convento de Nossa Senhora do Carmo em seus primórdios. Sem data. Fonte: IPHAN - ES.

“Durante o século XVII e início do XVIII pouco se conhece a respeito do Convento do Carmo, pela exiguidade de fontes documentais” (A IGREJA DE NOSSA SENHORA DO MONTE CARMO, 2010, p. 35). Além disso, com início do século XIX as ordens religiosas na cidade de Vitória passavam por um momento de profunda dificuldade. Assim, o convento do Carmo em 1846 contava apenas com a ocupação de sete freis. Com a chegada do ano de 1855 apenas o frei carmelita capixaba Antônio de Nossa Senhora das Neves residia no convento.

Com a morte do frei Antônio das Neves em 1871, no ano seguinte o edificação do convento, que se encontrava sem ocupação é cedido para aquartelamento das tropas a serviço do império português. Contudo, pouco tempo após a

ocupação dos militares, em 1895 o convento de Nossa Senhora do Carmo é restituído novamente a Ordem dos Carmelitas, pois, através do pedido de Dom João Esberard associado a criação da diocese do Espírito Santo, o espaço além de fazer parte dos bens da diocese passa a ser a sede da residência do bispo de Vitória.

O primeiro bispo do Espírito Santo, Dom João Baptista Corrêa Nery, além de promover reformas de reestruturação no convento, no ano de 1897 instalou nas dependências do conjunto o Ateneu Diocesano que passou a funcionar no Convento da Penha em 1899.

Dom João Baptista promove também a reforma na igreja do convento que até o momento era conhecida como Carmo Grande e passa ser denominada de Episcopal Santuário de Nossa Senhora Auxiliadora. Além disso, com a reforma o convento passou a comportar o Colégio de Nossa Senhora Auxiliadora, sendo este um internato feminino.

Com apoio do Presidente Estadual Jerônimo Monteiro, em 1908 uma ampla reforma acontece nas dependências do conjunto do Carmo. Em 21 de dezembro a escola do Carmo passa a ser equiparada a Escola Normal do Estado. Além disso, parte do espaço do conjunto do convento do Carmo passa a comportar um orfanato além do asilo Coração de Jesus.

Em 1913, sob orientação de André Carloni, reforma-se a velha igreja do convento, Nossa Senhora Auxiliadora, a qual recebe uma roupagem eclética com influencias do estilo gótico. Outro aspecto dessa reforma, além da alteração nos traços externos da igreja refere-se ao processo de modernização interna do prédio. Nesta mesma reforma a capela da Ordem Terceira que ficava ao lado da igreja é demolida.

A Ordem Terceira do Carmo era composta por militares de altas patentes, ricos comerciantes e fazendeiros da sociedade capixaba, que queriam unir as pessoas com a mesma devoção. São as ordens terceiras que ficam responsáveis pelas procissões que ocorrem, não

sendo diferente no Convento do Carmo (O CONVENTO DE NOSSA SENHORA DO MONTE CARMO, 2010, p.48).

A partir da década de 1930 o Convento do Carmo (foto 39) passa a oferecer o curso Clássico e o Científico. Assim, o ensino iria desde o jardim de infância, passando pelo ensino fundamental chegando à formação de professoras. Acrescenta-se que além de ensino colegial o Colégio do Carmo oferecia cursos livres de música, pintura e curso profissional doméstico.



Foto 39 - Convento de Nossa Senhora do Carmo na década de 1930. Ano: 1936. Fonte: Grupo - Fotos Antigas dos Espírito Santo (Facebook).

Chegando a década de 1960 o Colégio do Carmo é desativada oficialmente por Dom João Batista da Motta. A abertura de mais vagas para meninos, quebrando a tradição com a predominância feminina na escola, além da concorrência com outros colégios que surgiam na cidade de Vitória, são alguns dos elementos que indicam os motivos do encerramento das atividades de ensino no Colégio do Carmo.

Na década de 1990 a edificação do Convento do Carmo passa a abrigar o Colégio Nacional que funciona nesse espaço até o ano de 2004. Desde então, o convento ficou a responsabilidade da Mitra Arquidiocesana de Vitória.

Atualmente a igreja ainda permanece com a celebração e cultos e alguns eventos religiosos além de ter sua fachada tombada pelo IPHAN. Por sua vez, a antiga residência do convento, encontra-se totalmente descaracterizada e comportando provisoriamente uma escola municipal de ensino fundamental. Já no local da antiga capela funciona parte do Seminário Arquidiocesano (foto 40).



Foto 40 - Convento do Carmo Atualmente. Sem data. Fonte: <http://universo.ufes.br/blog/2013/03/igrejas-da-capital-fortes-militares-rivalidade-e-lugares-de-fe/#!prettyPhoto>

A Igreja de São Gonçalo Garcia constitui outra edificação historicamente marcante para o papel simbólico associado á dimensão religiosa polarizada pelo Centro da cidade. Apesar de inexistência de informações precisas sobre o ano de construção da Igreja de São Gonçalo, acredita-se que por volta de 1707 às irmandades de Nossa Senhora do Amparo e Boa Morte e Assunção construíram na parte alta da cidade uma capela dedicada a Nossa Senhora do Amparo a Assunção, e em 1717 neste mesmo local que se encontrava a

capela é edificada a Igreja dedicada a São Gonçalo Garcia (foto 41), que tem sua consagração somente em 1766 (BONICENHA, 2004).



Foto 41 - Igreja de São Gonçalo Garcia. Sem data. Acervo: IPHAN - ES.

Durante o século XIX, poucos são os registros em relação à igreja, sendo a maior parte dos relatos existentes referindo-se a obras de modificações ou reformas que foram feitas tanto no interior quanto exterior da igreja.

Contudo, na administração de Jerônimo Monteiro, a história da igreja de São Gonçalo mistura-se a história do Palácio Anchieta. Isso se deve, pois ao desocupar a Igreja de São Tiago com intuito anexar este espaço para ampliação da sede do Poder Executivo Estadual, a Igreja de São Gonçalo acaba por comportar a paróquia que até então tinha como base a Igreja de São Tiago.

Além desta relação que ocorre com a paróquia de São Tiago, a Igreja de São Gonçalo também comportou em seu espaço as funções destinadas a outra igreja da Capital. No ano de 1918 com a chegada do terceiro bispo do Espírito Santo, ao verificar que Igreja de Nossa Senhora da Vitória – que até o momento era a matriz da capital capixaba – correspondia a uma edificação simples e pequena o bispo ordena a destruição da matriz para que em seu lugar desse espaço a futura Catedral de Vitória (Catedral Metropolitana).

Assim, com a demolição da antiga Igreja de Nossa Senhora da Vitória, a Igreja de São Gonçalo Garcia passa a ser a mais importante construção religiosa da cidade de Vitória, pois, além de funcionar como sede paroquial das igrejas Matriz e da Catedral Metropolitana, também serve de local para a execução dos assuntos administrativos ligados a estas duas igrejas.

Como uma consequência dessa ocupação da Igreja de São Gonçalo pela Paróquia de Vitória, no ano de 1929 ocorre um grande reforma na edificação destinada a São Gonçalo. Com apoio das elites locais e de pessoas com grande importância e prestígio no cenário da capital a igreja é profundamente reformada, pois o espaço deveria corresponder às necessidades da alta sociedade capixaba que ali passou a frequentar em substituição da Matriz de Vitória.

Em 1948 a Igreja de São Gonçalo é tombada pelo Instituto do Patrimônio Histórico Nacional. Além do tombamento o IPAHN realiza algumas intervenções na igreja, a primeira ocorre ainda no ano de 1948 para a recuperação das obras de arte existentes na igreja. Em 1953 nova intervenção é realizada dessa vez havendo reparo nas paredes e pinturas da edificação. Em 1973 o IPHAN executa sua terceira obra em São Gonçalo dessa vez resultando na retirada do púlpito de concreto localizado na parede direita da nave. Entre 1992 e 1993 o IPHAN novamente intervém na igreja dessa vez proporcionando a recuperação da antiga cor do altar-mor além de restituir algumas das características que São Gonçalo apresentava no início do século XX.

Atualmente além de ser um elemento integrante do Projeto Visitar, a Igreja de São Gonçalo (foto 42) continua a exercer suas atividades religiosas, tais como missas, batismos, casamentos, sendo que este último ritual é o de maior de destaque na igreja.



Foto 42 - Igreja de São Gonçalo atualmente. Autor: Jocimara Patricio. 2013.

Segundo a história popular, quem casa na Igreja de São Gonçalo jamais se separa. Verdade ou não, o que de fato pode ser constatado nessa igreja é a grande procura para as celebrações matrimoniais chegando a cerca de dois anos a fila de espera para poder realizar este ritual na antiga igreja do Centro de Vitória.

A Igreja Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos, por sua vez, outro importante símbolo da religiosidade alocada no centro de Vitória, recebeu esse nome por ter sido erigida por obra dos negros pertencentes à irmandade de

Nossa Senhora do Rosário dos Homens pretos, com cal e pedra, em 1765, sendo a sua estrutura principal - a capela-mor - finalizada em 1767.

Localizada no platô do morro que na época denominava-se Pernambuco, a estrutura simples da igreja foi por diversas vezes ampliada para comportar tanto novas irmandades que ali frequentavam quanto para proporcionar espaço para outras atividades ligadas a aquela igreja.

Assim como tantas outras cidades no período colonial, Vitória teve forte presença de negros escravizados. Deste modo, a Igreja do Rosário construída por e para negros libertos ou não libertos representou um importante símbolo de resistência para que eles pudessem manifestar suas crenças e seus rituais de devoção.

Nesse sentido, a irmandade representava um espaço de relativa autonomia negra, no qual seus membros – em torno das festas, assembleias, eleições, funerais, missas e assistência mútua – construíam identidades sociais significativas, no interior de um mundo às vezes sufocante e sempre incerto (A IGREJA DE NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO, 2010, p.32).

Além disso, durante os festejos comemorados pela igreja ou pelas irmandades que dela faziam parte, era comum a venda ou leilões dos objetos variados, para que os fundos obtidos com esses bens fossem convertidos na compra de alforrias de escravos.

Em sua forma a Igreja do Rosário apresenta em sua fachada principal feições típicas da arquitetura do período colonial, com destaque para o frontão em barroco. Possuía uma torre quadrangular que comportava a sineira e que separava o corpo da igreja em relação ao terreno do cemitério (localizado a direita da igreja). Além disso, apesar de não estar ligada à arquitetura da edificação, a entrada na área onde a igreja se localiza é marcada pela presença de duas grandes palmeiras imperiais.

No primeiro domingo de cada mês a Irmandade do Rosário realizava uma procissão pelas ruas da cidade. Tal festa durava até a noite e era marcada pelo

som de seu batuque característico. Contudo, o ritual da igreja que marcou a cidade de Vitória, sobretudo por sua grandiosidade correspondeu à festa dedicada a sua padroeira, Nossa Senhora do Rosário. Como os donos de escravos também eram devotos da santa acabavam por fazer doações que era destinadas aos festejos. Durante as comemorações os negros escravos e libertos, além dos senhores participavam juntos na festividade. Conforme Bonicenha (2004) indica, nessa festividade havia, em certa medida, uma inversão de papéis, pois escravos, enfeitados com recursos dos seus senhores, eram os destaques nas comemorações de Nossa Senhora do Rosário.



Foto 43 - Igreja de Nossa Senhora do Rosário. Autor: Jocimara Patricio. 2013.

Atualmente a irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos não existe mais, contudo, por sua secular história e sua representatividade na cidade de Vitória, principalmente por ser um marco da cultura negra, no ano de 1945 o IPHAN realiza o tombamento da igreja. A partir deste marco, algumas

intervenções organizadas ou orientadas pelo instituto são feitas na edificação, sendo a mais recente entre os anos de 1993 a 1996.

Contudo, mesmo com a atenção direcionada pelo IPHAN a Nossa Senhora do Rosário (foto 43), a igreja atualmente já não apresenta mais a função de um local de celebração de cultos. O museu da Irmandade de São Benedito dos Pretos que chegou a funcionar em parte do espaço da igreja também se encontra desativado pela falta de estrutura e recursos. Resta ainda em homenagem a antiga igreja a procissões realizadas nos meses de dezembro. Além disso, o espaço é aberto a visitas públicas e integra o Projeto Visitar.

Dentro do terreno do Convento de São Francisco, porém, na época afastada do convento foi erguida a Capela de Nossa Senhora das Neves. Construída em meados do século XIX a capela teve ligações diretas com os interesses no período do Brasil colônia e império. Devido à falta de saneamento em Vitória e as precárias condições de infraestrutura que a cidade oferecia era comum durante todo século XIX os surtos de epidemias de cólera e varíola que recaiam sobre a cidade.

Assim, pelo elevado número de mortes que ocorriam em consequências dessas epidemias o presidente provincial José Maurício Pereira de Barros – conhecido também como Barão de Itapemirim – requisitou uma área pertencente ao Convento de São Francisco com intuito de ali instalar provisoriamente um cemitério na medida em que não havia cemitérios públicos em Vitória. Ao ter seu pedido atendido, a demarcação do cemitério ocorre em terreno localizado à frente da Capela de Nossa Senhora das Neves.

Contudo, como as epidemias continuavam constantes em Vitória, houve a necessidade de ampliação do recém-inaugurado cemitério, além disso, a capela passou a funcionar como câmara mortuária ou necrotério, permanecendo com essa função até a inauguração do Cemitério de Santo Antônio durante o mandado de Jerônimo Monteiro (O CONVENTO DE SÃO FRANCISCO, 2010).

A partir do fechamento do Cemitério Provincial, a capela de Nossa Senhora das Neves começa a servir como local de moradia para famílias desabrigadas ou sem-teto, funcionando assim até por volta do final da década de 1940. Contudo, com o chegar do final da década de quarenta a capela passa a ser sede da Comissão Espírito-santense de Folclore funcionando nesse espaço até o início da década de 1970, no qual executa diversas exposições no espaço da construção.

Após a saída da Comissão Espírito-santense de Folclore, a capela que pertencia a Cúria Metropolitana ficou abandonada, sem qualquer tipo de função ou atenção por seus administradores. Somente no ano de 1995 a edificação é recuperada pela Divisão de Patrimônio Histórico e Cultural do Departamento estadual de Cultura do Espírito Santo.



Foto 44 - Capela de Nossa Senhora das Neves atualmente. Autor: Jocimara Patricio. 2013.

Atualmente além de estar aberta a visitas, este espaço também é reservado para eventuais missas e celebrações dos funcionários da Cúria Metropolitana (foto 44).

Dentre todas as igrejas que exprimem, enquanto formas espaciais, a primazia simbólica da Área Central vinculada à dimensão religiosa, um lugar de destaque deve ser reservado à Catedral Metropolitana de Vitória.

Antes de a Catedral ser erguida, no espaço atualmente ocupado por essa construção, havia a antiga Matriz de Nossa Senhora da Vitória. O início da construção da antiga capela de Nossa Senhora da Vitória se deu entre os anos de 1550 a 1552. Localizada num platô entre o maciço central e o mar, a antiga capela compunha um conjunto importante, juntamente com o Colégio e Igreja de São Tiago e a Igreja de Nossa Senhora da Misericórdia – esta, contudo, não existe mais, tendo sido demolida para dar espaço à construção da antiga sede do Poder Legislativo Estadual, o Palácio Domingos Martins.

Em 1541 com as reformas e ampliação a então capela passa a ser oficialmente a primeira Paróquia do Espírito Santo, contudo a titularidade de Igreja Matriz ocorre somente por volta de 1705. Assim, após quase estes dois séculos desde a construção da Igreja de Nossa Senhora da Vitória até sua consagração enquanto matriz, devido à escassa manutenção a Igreja de Nossa Senhora da Vitória encontrava-se em situação precária. Diante deste quadro, no ano de 1749 ocorrem expressivas obras na igreja que não só a reformam, mas ampliam consideravelmente o tamanho dessa edificação.

Até o final do século XIX, duas procissões realizadas pela Matriz destacavam-se na vida de Vitória. A procissão de Corpus Christi, realizada no período da celebração católica com este nome e a procissão em homenagem a padroeira da cidade, Nossa Senhora da Vitória. Porém, com a Proclamação da República em 1889 “e a separação constitucional entre Igreja e Estado” (A CATEDRAL METROPOLITANA DE VITÓRIA, 2010) desaparecem os custeios que até eram feitos pelo Estado que em muitos casos uma parcela desses recursos eram direcionados as missas, festas e procissões. Deste modo, a Igreja Matriz de Vitória começa a enfrentar um período de decadência.

No final do século XIX há também um evento significativo para a história da Igreja de Nossa Senhora da Vitória. No ano de 1895 é criado o Bispado do Espírito Santo, organização que acaba por tornar a antiga Matriz da cidade em Catedral. Contudo, com a chegada do terceiro Bispo do Espírito Santo, Dom Benedito Paula Alves de Souza, por considerar a Catedral uma construção pequena e muito simples o bispo ordena a completa demolição da antiga igreja para que em seu lugar tenha-se origem a nova Catedral.

Em seis de julho de 1918 a antiga Igreja Matriz é posta abaixo, passando todos os ofícios ligados a catedral para a Igreja de São Gonçalo. Contudo, as obras de construção da nova Catedral só terão efetivamente início no ano de 1920. Além disso, em relação à construção da nova Catedral, acrescenta-se que,

Tal intenção também refletia o desejo do governo de modernizar a capital, e que incluía construções novas que ocupassem o lugar das antigas, consideradas lembranças de um passado sem glória, sem conforto e sem tecnologia (A CATEDRAL METROPOLITANA DE VITÓRIA, 2010, p.34).

Devido a constante falta de recursos o processo de conclusão das obras da Catedral se arrastou por década, sendo os trabalhos considerados oficialmente terminados, pelo então pelo arcebispo Dom João Batista da Motta e Albuquerque, somente na década de 1970 (foto 45).

Tendo uma parte de sua inspiração na Catedral Alemã da cidade de Colônia, devido à demora de cinco décadas para a conclusão da obra, e como já mencionado, a constante falta de recursos, diversas vezes o projeto da Catedral, foi modificado ou mesmo interrompido, fazendo com que houvesse sempre a necessidade de ajustes na planta da igreja.



Foto 45 - Catedral Metropolitana de Vitória na década de 1970. Sem data. Fonte: Grupo - Fotos Antigas do Espírito Santo (Facebook).

Vista praticamente de qualquer ponto da Cidade Alta a Catedral destaca-se na paisagem da cidade. Com uma arquitetura eclética, mas com forte inspiração no estilo gótico, a igreja possui sua planta em forma de cruz latina que está voltada para o oriente. Além disso, chamam a atenção os vitrais presentes na igreja, pois além de sua imponência e beleza, boa parte destes ornamentos foram doadas por famílias ou indivíduos com alto poder aquisitivo e representavam parte das elites locais.

Devido a toda sua história e suntuosidade no ano de 1984 o Conselho Estadual de Cultura promove o tombamento patrimonial da Catedral Metropolitana.

Atualmente a Catedral Metropolitana de Vitória ainda permanece com sua função religiosa. Há celebrações de missas todos os dias. Além disso, seus frequentadores aumentam significativamente durante os festejos para a padroeira do Estado, Nossa Senhora da Penha, pois, durante as comemorações da Festa de Penha ocorre na Catedral a concentração e partida da Romaria dos Homens, a maior procissão católica em terras capixabas.

Como todas as outras formas simbólicas já analisadas nesse estudo, também é possível estabelecer conexões entre estas formas simbólicas e a dinâmica da centralidade intra-urbana de Vitória, notadamente as repercussões do processo de descentralização sobre a propalada “crise” da Área Central.

Diante das histórias apresentadas sobre cada igreja é possível verificar que estas formas geográficas representaram importantes componentes na composição do espaço urbano de Vitória, que remetem aos elementos mais embrionários do processo de centralização e, assim, aos primeiros contornos da constituição de um centro na origem mesma da urbanização da cidade, como, além disso, constituíram elementos que atravessaram um longo período de tempo, testemunhando sua modernização – e, assim, a constituição da moderna Área Central – bem como, em igual medida, a recente “crise” que a intensificação do processo de descentralização suscitou sobre esta área.

Assim, durante as primeiras décadas de ocupação da ilha e formação da vila de Vitória, além de apresentar a funcionalidade de serem espaços destinados às celebrações do sagrado, tais como missas, cultos, casamentos, cortejos, dentre outros rituais sagrados que estavam muito enraizados na vida das pessoas, estes ritos faziam parte da própria vida urbana da cidade, que até então se limitava pouco mais do que o núcleo inicial de povoamento.

Com o passar das décadas, ocorre em Vitória o advento do crescimento da cidade tanto em termos espaciais, ou seja, a expansão do aglomerado urbano, mas também há o crescimento em termos populacionais. Deste modo, em

consequência de ambas as formas de crescimento novas demandas emergiam na capital.

Assim, além do seu papel de local dos cultos e celebrações religiosas as igrejas passaram a comportar novas funções, como por exemplos, o Convento de São Francisco que serviu a população com oferta de cursos (francês, filosofia, latin), comportou também um orfanato em suas dependências, além de ceder espaço para a construção de um cemitério dentro de suas posses, a Capela de Nossa Senhora das Neves que serviu tanto de câmara mortuária quanto anos mais tarde abrigou famílias de desabrigados e sem-teto, a Igreja de Nossa Senhora do Carmo que também comportou um colégio e internato.

Cabe destacar que nesse momento correspondente ao início da ocupação da ilha de Vitória até meados do século XVIII, havia uma grande proximidade entre a Igreja e o Estado, por vezes chegando a haver sobreposição entre as novas funções que as igrejas passaram a comportar - muitas vezes eram demandas atendidas de pedidos feitos pelos governantes e administradores públicos.

Entretanto, por volta de meados do século XVIII até o final do século XIX a instituição da Igreja católica passa a perder representatividade e prestígio junto a instituições que representavam o Estado. Devido a isso boa parte das igrejas localizadas na Cidade Alta começam a decair tanto em sua organização quanto em relação à manutenção de sua estrutura física. Deste modo, nesse momento não foram raros os casos de igrejas que se encontravam praticamente em total abandono ou, quando não, haviam desativado, no caso dos conventos, algumas de suas alas e prédios. Diante deste quadro, nota-se diversas as ocasiões em que o poder público se apropriou desses espaços e edificações sacras novamente utilizando as estruturas remanescentes para seu interesse e necessidade.

Apesar de algumas igrejas e ordens religiosas conseguirem reaver parte de suas posses durante o período acima descrito, com a chegada do final do século XIX, Igreja e Estado separam-se, jurídico-politicamente, devido à nova

constituição pós a Proclamação da República em 1889. Deste modo, o início do novo século é caracterizado, no caso do Centro de Vitória, pela decadência de algumas igrejas deixando-as em estado de abandono.

Além disso, outro aspecto que o início do século XX apresenta para igrejas na Cidade Alta corresponde à apropriação em definitivo de algumas dessas edificações seculares por parte do Estado. Foi o caso da Igreja de São Tiago e Igreja de Nossa Senhora da Misericórdia, sendo a primeira incorporada ao Palácio Anchieta para ampliação do espaço desse prédio; enquanto a segunda igreja foi demolida e em seu lugar teve origem a construção sede do Poder Legislativo Estadual, o Palácio Domingos Martins.

Os casos das igrejas apresentadas acima tiveram, assim, relação direta com o processo de modernização da cidade de Vitória, sendo o governo de Jerônimo Monteiro (1908-1912) um divisor de águas desse processo. Entretanto, há de se ressaltar que a modernização da capital - que teve o Centro como *locus* privilegiado – que criou as condições de possibilidade para a emergência da Área Central de Vitória, também trouxe importantes repercussões sobre as igrejas católicas da Cidade Alta.

Um dos pressupostos do processo de modernização do Centro da capital capixaba, associada à infra-estrutura, diz respeito aos aterramentos ocorridos que possibilitaram novas áreas de expansão urbana. Assim, como boa parte da vida de Vitória concentrava-se na parte alta da cidade até esse momento, através dos aterros, foi possível estabelecer novos espaços para o crescimento urbano no Centro, dessa vez, sob as áreas até então alagadiças ou mesmo sobre aquelas áreas que a faixa de terra passou a ocupar os locais onde havia mar.

Como parte das igrejas católicas localizadas na Cidade Alta encontrava-se em estado de decadência, durante o processo de modernização do Centro, verifica-se que - com a exceção da Catedral – elas acabaram sendo preteridas

em função do vetor da modernização ser direcionado para a parte “baixa” do Centro, notadamente sobre o aterro da esplanada capixaba.

Deste modo, a modernização do Centro de Vitória, em certa medida, representou também uma ruptura “simbólica” em relação ao significado das igrejas alocadas na Cidade Alta, que perdiam, relacionalmente, representatividade diante da dinâmica associada aos símbolos de modernidade da vida urbana. Assim, as igrejas alocadas na “cidade alta”, que durante séculos conferiam símbolo de poder e status simbólico ao centro “antigo” da cidade, passaram a ser relegados a um papel relativamente secundário sob a orientação mesma que foi dada à modernização da infra-estrutura urbana do centro da cidade, que se concentrou, de modo prevalente, na área do aterro da esplanada.

Com a consolidação da Área Central de Vitória as novas formas simbólicas relacionadas à dimensão religiosa serão monumentos (estátuas e bustos) referentes à figuras históricas da Igreja Católica que serão instalados em determinados pontos desta área.

Como foi possível observar anteriormente, uma parcela significativa das igrejas católicas existentes na cidade Alta passaram por períodos de crise (algumas foram até mesmo abandonadas), que lhes transfigurou o papel original, a saber, o de ser o *lócus* da relação com o sagrado. Somente entre meados da década de 1950 e o final do século XX as igrejas católicas ganham novo impulso de vitalidade simbólica no cenário urbano no Centro da Capital, quando parte delas são tombadas por instituições de preservação do patrimônio histórico e cultural, proporcionando, com isso, uma maior atenção e um resguardo legal por parte do poder público, tendo, quando possível, obras e recursos destinados a suas restauração e reformas.

Contundo, um outro aspecto associado ao problema da “preservação” das igrejas católicas na Cidade Alta é revelador da própria crise da Área Central: faz-se, aqui, referência ao fato de que das sete igrejas apresentadas, somente

três delas efetivamente preservaram seu papel original, isto é, o papel de constituir um lugar para exercer a relação com a dimensão com o sagrado, quais sejam: a Catedral Metropolitana com suas missas e procissões; a Igreja de Nossa Senhora do Carmo, que também há execução de missas; e a Igreja de São Gonçalo - que além das missas também promove celebrações matrimoniais. As outras quatro igrejas, São Francisco, Santa Luzia, Nossa Senhora do Rosário e Nossa Senhora das Neves, mesmo que mantenham a aparência de perfil religioso não cumprem mais seus significados originais, ou o desempenham de forma muito modesta e esporádica.

É relevante notar que as sete igrejas mencionadas foram convertidas em “espaços turísticos”, formalmente assimiladas ao *Projeto Visitar*, que promove uma guia orientada aos turistas por esses marcos da história da cidade. Esse quadro revela, em certa medida, o papel que formas simbólicas espaciais que possuem uma proveniência histórica que antecede – em alguns casos - séculos à constituição da Área Central, possam desempenhar, atualmente, um papel de permanência da força simbólica desta área para a cidade como um todo – a despeito da força com a qual o processo de descentralização tem submetido a primazia da Área Central.

De fato, o *Projeto Visitar* pode ser visto como uma manifestação patente de reações à “crise” da Área Central de Vitória, pois uma das aspirações do projeto é estimular a visitação nesta parte da capital, não somente com intuito de tornar conhecida a história das igrejas localizadas na Cidade Alta, mas também para que os visitantes conheçam e passem a valorizar – no sentido histórico e cultural – o Centro da cidade.

Em síntese, pode-se dizer - no que se refere às igrejas seculares no Centro da Capital - que estas formas simbólicas espaciais foram de suma importância para a formação da centralidade do Centro, visto que, por muitos anos a vida das igrejas foi absolutamente fundamental para a vida da cidade. Entretanto, com a intensificação do processo de modernização da cidade, notadamente a partir da segunda metade do século XX, algumas dessas igrejas históricas

foram relegadas a um plano secundário, eclipsadas por toda uma gama de novos processos que envolvem a consolidação da Área Central. Somente através da preservação, associada ao processo de tombamento do patrimônio histórico e, mais recentemente, através da assimilação das igrejas em projetos destinados a fomentar a atividade turística na capital capixaba que, efetivamente, estas formas simbólicas são “reativadas” enquanto signos, no fundo transfigurados, do significado que atualmente lhe podem ser imputados.

Do exposto, é preciso considerar a Igreja Matriz e a Igreja de São Gonçalo como exceções, na medida em que estas duas edificações ainda permanecem como símbolos dimensão religiosa que resguardam seus significados originais. O mesmo, entretanto, conforme pôde ser evidenciado, não se verifica em relação as demais igrejas. No que segue será desenvolvida a análise sobre os principais monumentos de Vitória, focalizando aqueles que exercem o papel significativo enquanto formas simbólicas alocadas na Área Central da cidade.

4.5 Monumentos Como Formas Simbólicas Espaciais Em Vitória: Uma Análise Da Distribuição Espaço-Temporal.

Conforme indicado no segundo capítulo, os monumentos constituem uma das formas simbólicas mais marcantes do espaço urbano. Mais do que simples objetos arquitetônicos e estéticos presentes nas paisagens das cidades os monumentos são dotados de intencionalidade tanto no que se refere a sua concepção quanto, em muitas vezes, também são dotados de intencionalidade no que diz respeito à decisão da localização na qual serão instalados na cidade.

Deste modo, o trabalho *Catálogo dos Monumentos Históricos e Culturais da Capital (Vitória – ES)*, publicado em 1992 por Willis de Faria oferece subsídios relevantes para se estudar relações estabelecidas estas formas simbólicas construídas na capital capixaba.

Sobre a obra de Farias (1992) cabe indicar que ela constitui uma sistematização dos monumentos que foram construídos na cidade de Vitória até o início da década de 1990. Ou seja, trata-se de um levantamento das principais monumentos (desde estátuas, bustos, obeliscos e outros tipos de objetos), contendo informações tais como: localização e o ano de sua inauguração; sobre o ato inaugural; o *quê* ou quem representa, bem como a inscrição (placa) que integra o monumento.

Tendo esta obra como referência com a base de informações nela contida, foi possível conduzir uma análise da dinâmica espaço-temporal dos monumentos da capital capixaba contemplados pela referida obra, o que permitiu evidenciar, também através da análise da espacialidade da alocação destas formas simbólicas ao longo do tempo, as repercussões do processo de descentralização sobre a Área Central.

Para tanto, um dos procedimentos adotados correspondeu em agrupar os monumentos pelas décadas de sua inauguração (tabela 3). O passo seguinte foi representar a dinâmica da espacialização desses monumentos durante as décadas. Por fim, alguns monumentos foram selecionados para uma análise mais profunda, pois foram identificados como sendo os mais fecundos para a problemática desenvolvida na presente pesquisa.

Tabela 3 - Monumento Construídos em Vitória entre 1890 a 1990

Década de Inauguração	Nº de Monumentos Inaugurados
1890	1
1900	-
1910	2
1920	3
1930	3
1940	5
1950	12
1960	8
1970	9
1980	6
1990	5
Sem Data	7
Total de Monumentos:	61

Fonte: Adaptado de Farias (1992).

A tabela acima, referente aos 61 monumentos que foram catalogados por Farias (1992), permite reconhecer que a maior quantidade destas formas simbólicas foram inaugurados a partir de meados do século XX, ou seja, no período de intensificação do processo de modernização do centro da cidade, que suscitou a gênese da Área Central: entre as década de 1940 e 1970 foram construídas 34 monumentos.

Com base na sistematização (tabela 4) das informações contidas na contribuição de Faria foi possível representar a dinâmica espaço-temporal da distribuição dos principais monumentos na capital capixaba entre as décadas de 1890 e 1990, através de uma seqüência de mapas (figura 2 – 12).

Tabela 4 - Localização dos Monumentos de Vitória Entre as décadas de 1890 a 1990.

Década	1890	1900	1910	1920	1930	1940	1950	1960	1970	1980	1990	Sem Data
Localização												
Centro			1	3	1	2	4	5	2			
Centro/Enseada do Suá						1	4					
Centro/Praia do Canto					1		1					
Maruípe					1			1	2		1	
Jucutuquara								1				
Bento Ferreira									2			
Parque Moscoso	1		1				1	1	1		1	
Praia do Canto									1	3		
Enseada do Suá									1	1	2	
Praia do Suá							1					
Praia de Camburi										1		
Ilha do Príncipe										1		
Santo André											1	
Forte São João						2	1					

Fonte: Adaptado de Farias (1992).

Mapa 1

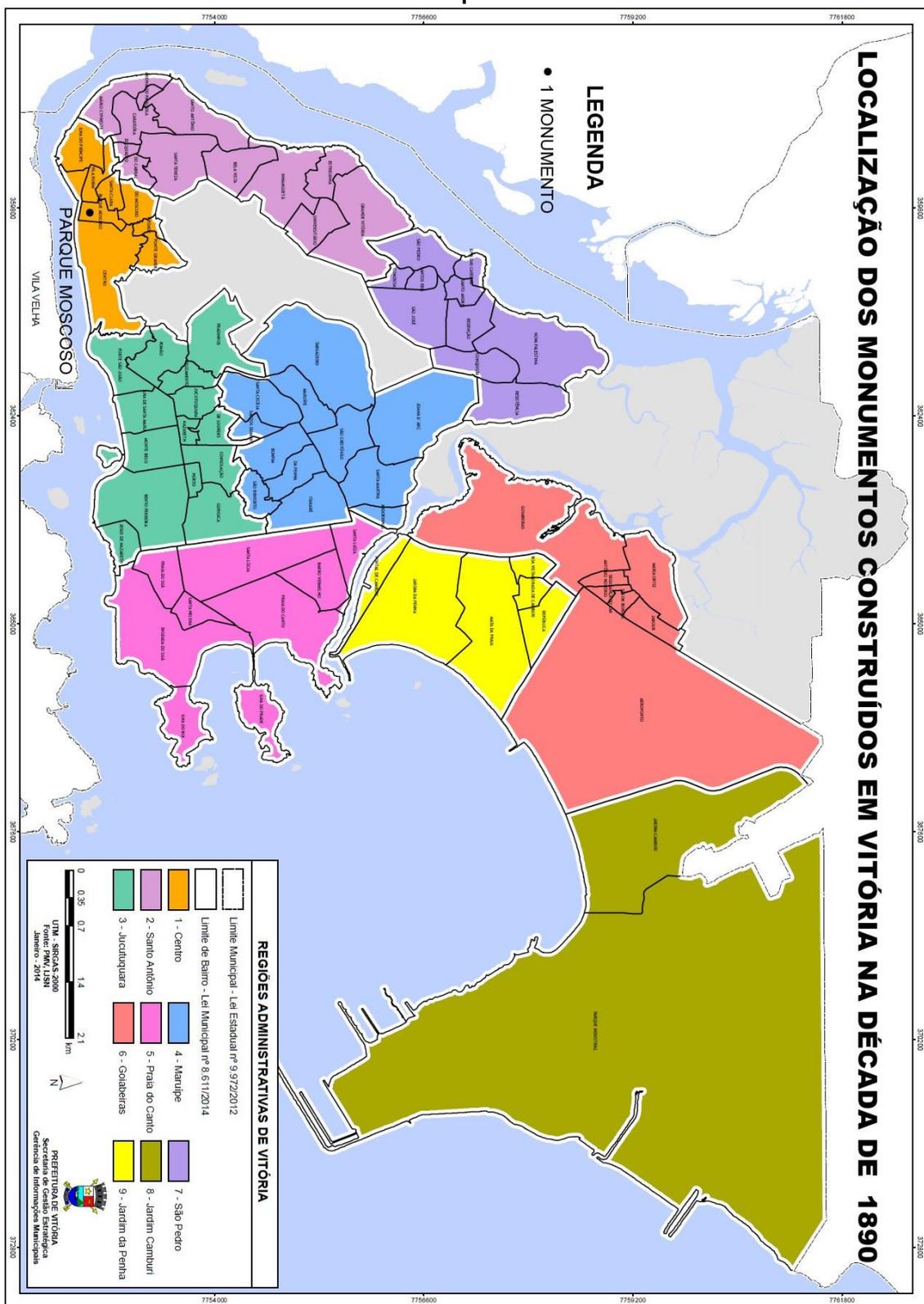


Figura 4 – Distribuição, por bairros, dos monumentos construídos em Vitória na década de 1890. Fonte: Adaptado de Farias, 1992.

Mapa 2

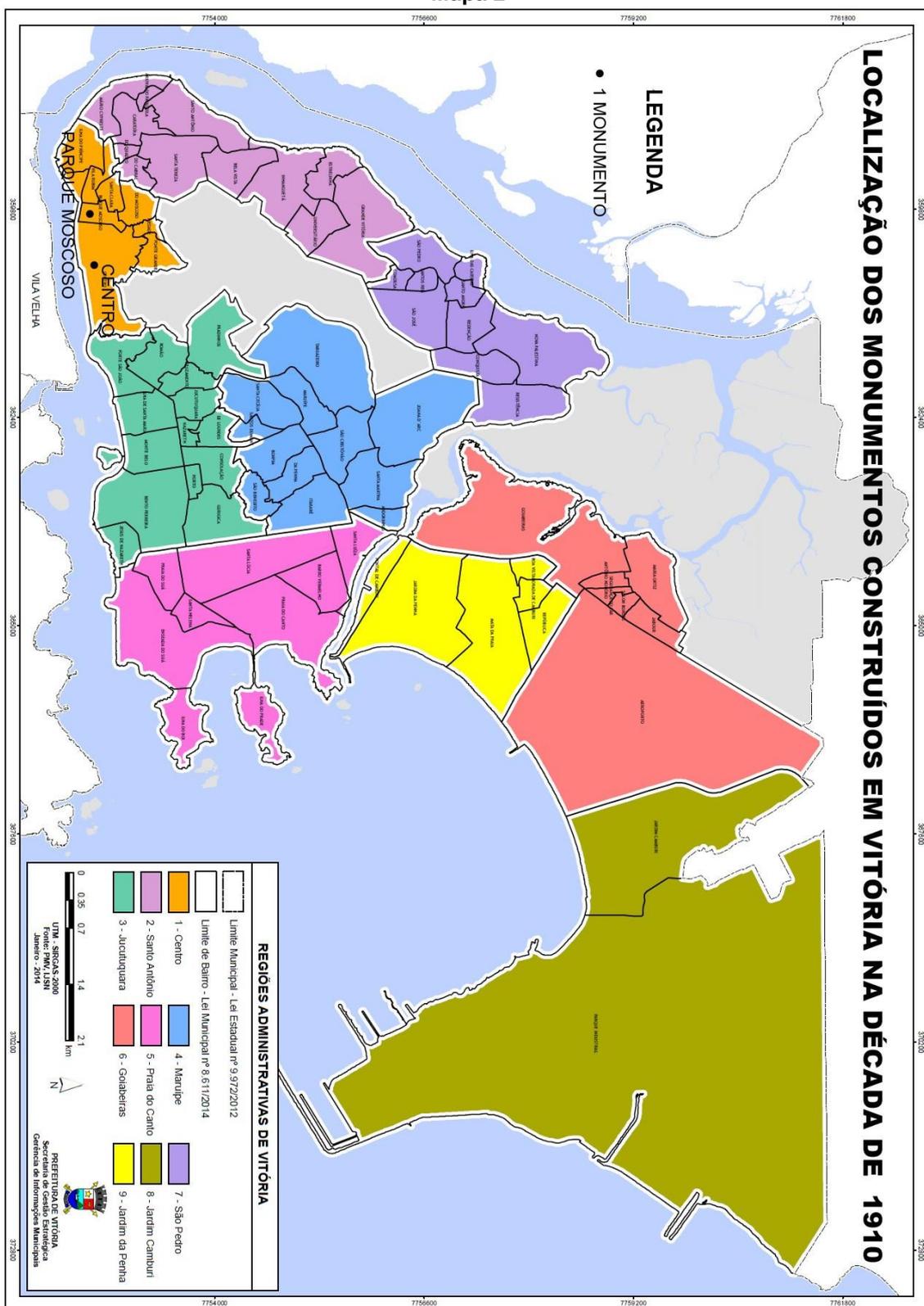


Figura 5 – Distribuição, por bairros, dos monumentos construídos em Vitória na década de 1910. Fonte: Adaptado de Farias, 1992.

Mapa 3

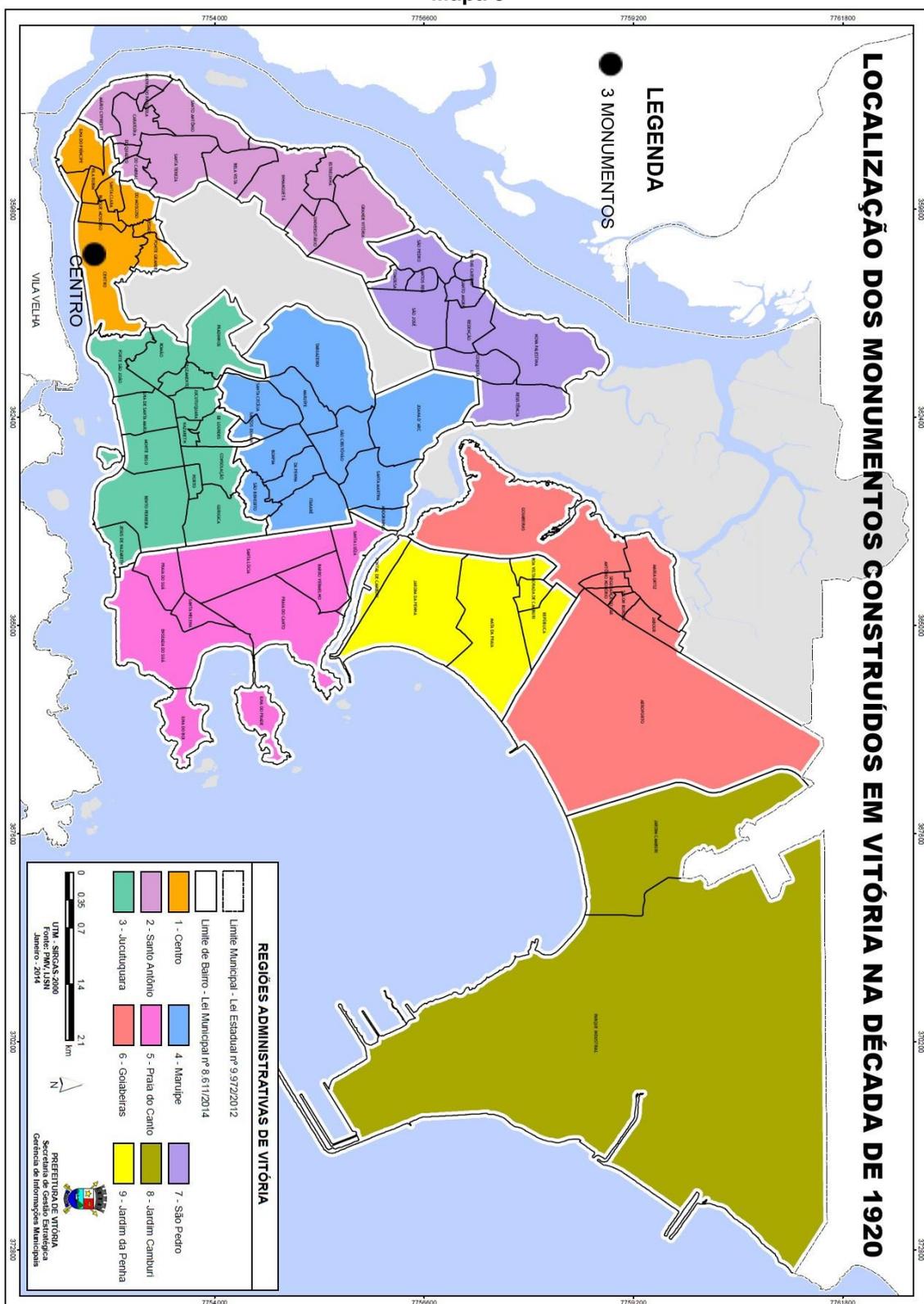


Figura 6 – Distribuição, por bairros, dos monumentos construídos em Vitória na década de 1920. Fonte: Adaptado de Farias, 1992.

Mapa 4

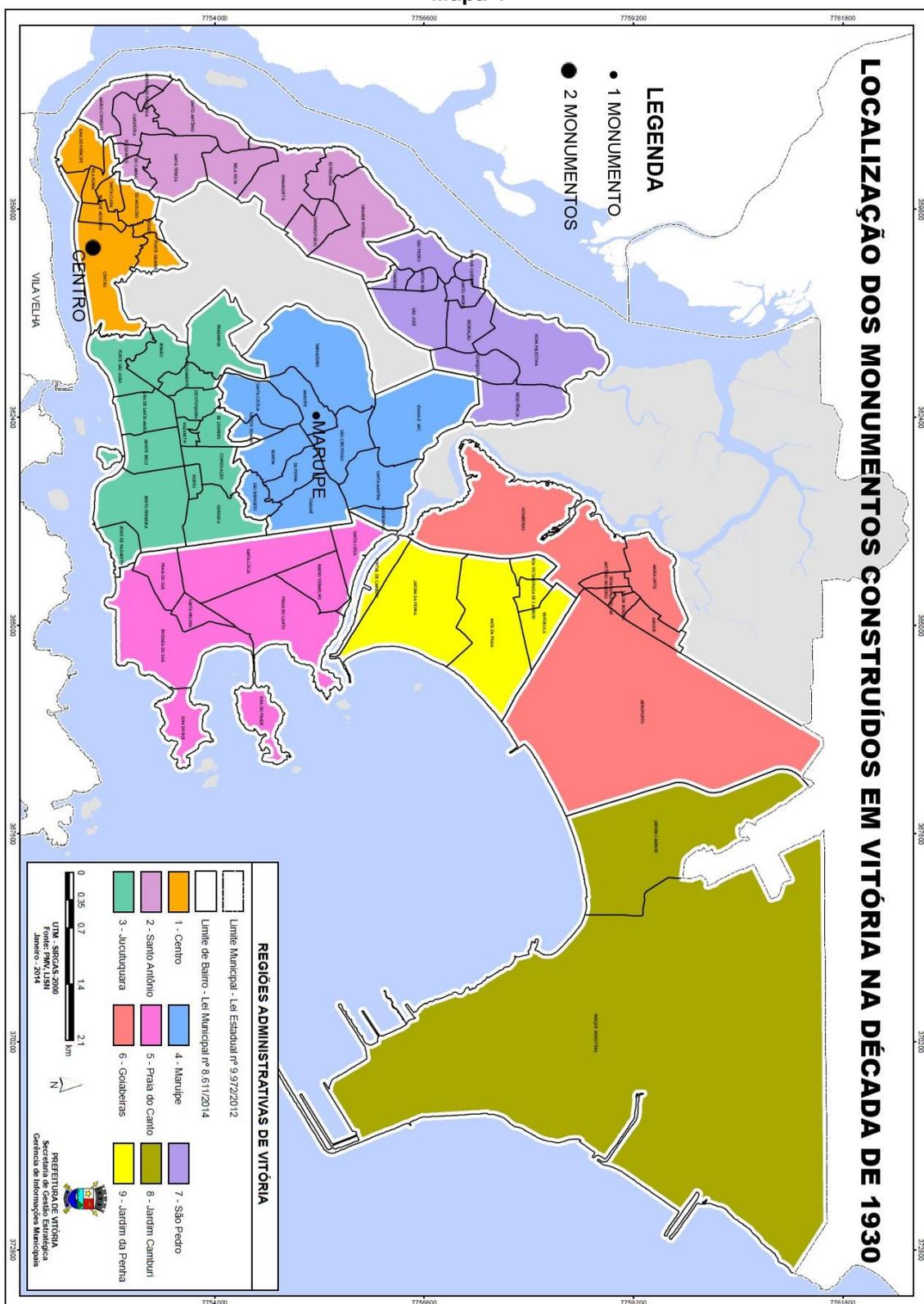


Figura 7 – Distribuição, por bairros, dos monumentos construídos em Vitória na década de 1930. Fonte: Adaptado de Farias, 1992.

Mapa 5

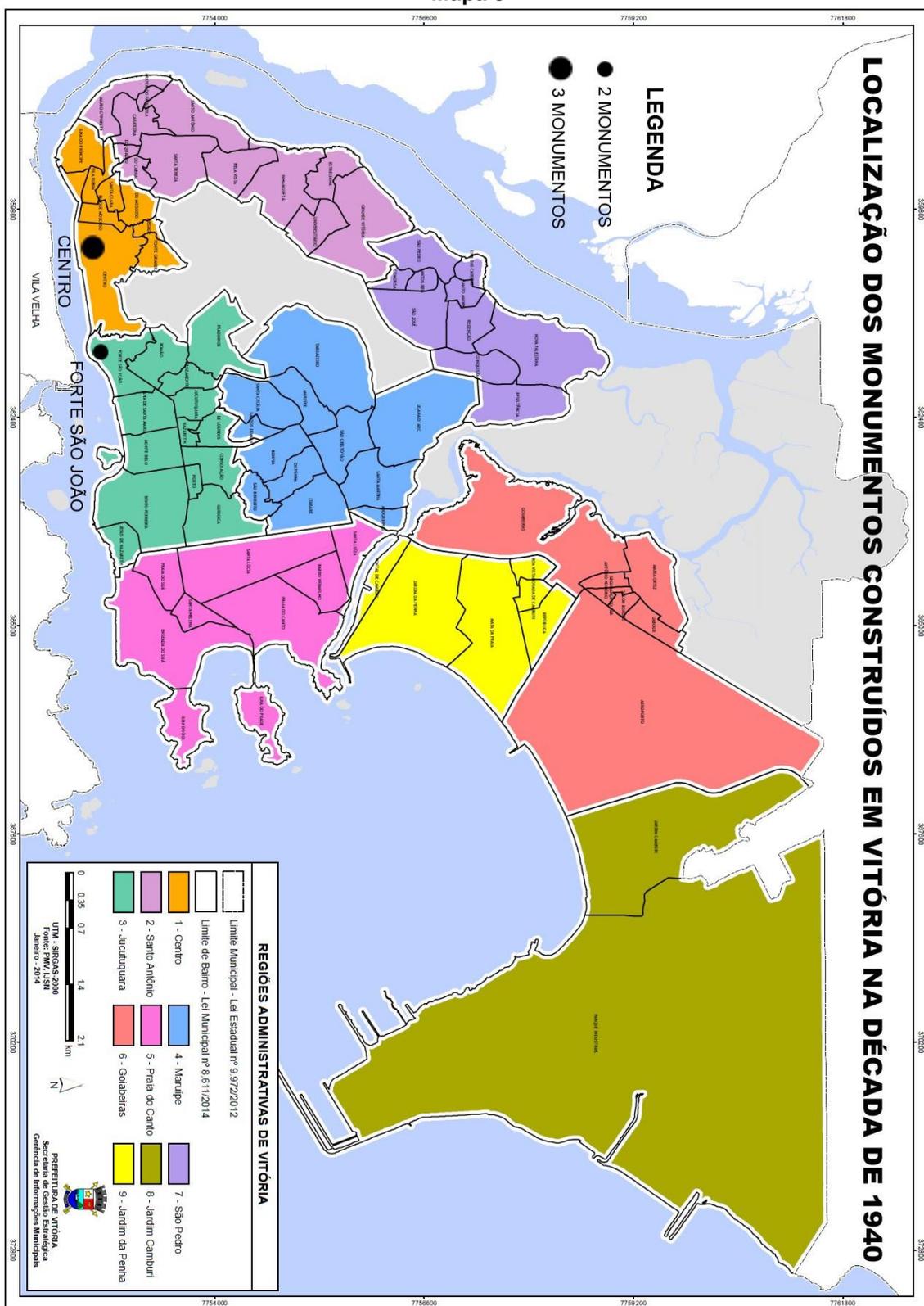


Figura 8 – Distribuição, por bairros, dos monumentos construídos em Vitória na década de 1940. Fonte: Adaptado de Farias, 1992.

Mapa 6

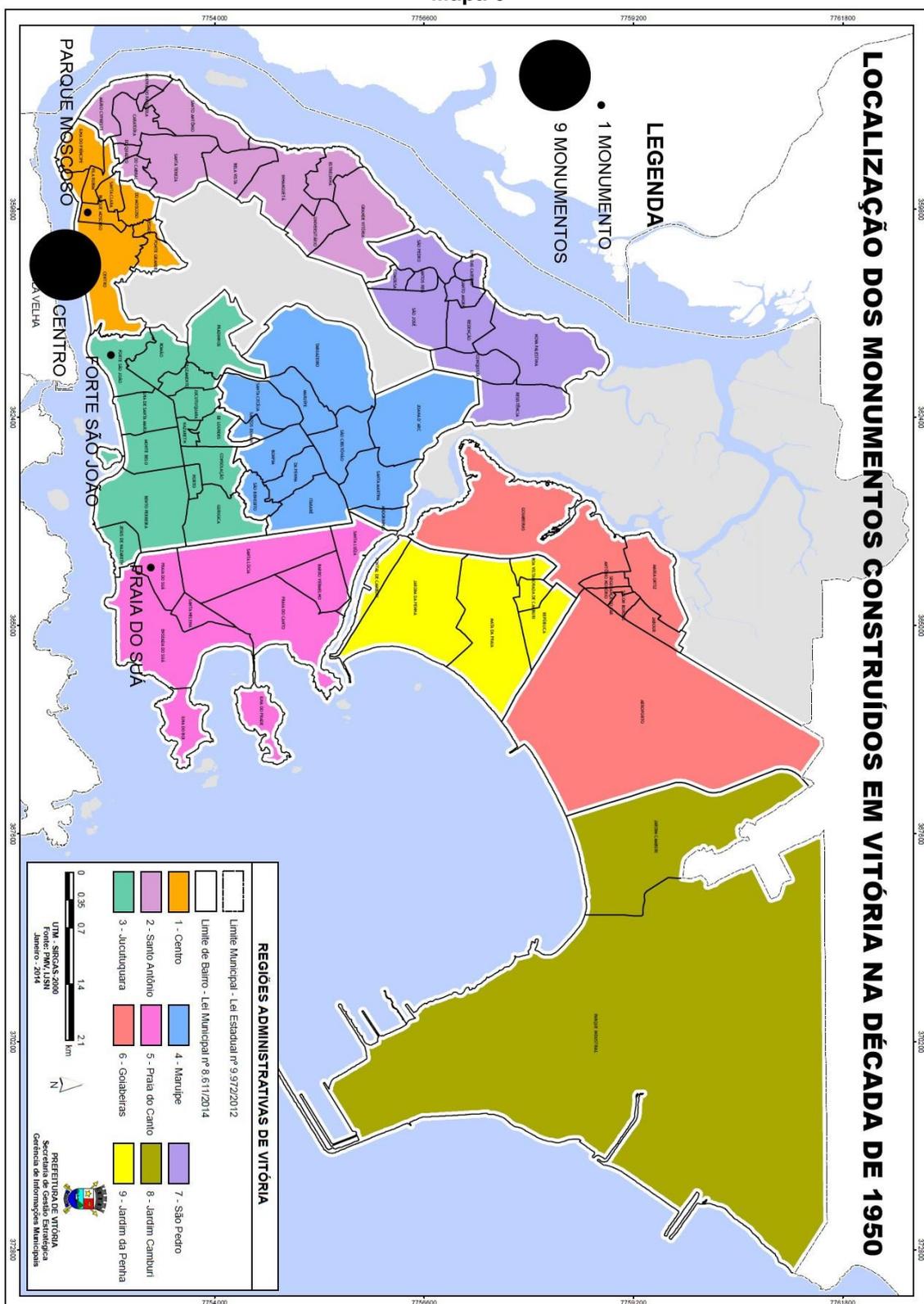


Figura 9 – Distribuição, por bairros, dos monumentos construídos em Vitória na década de 1950. Fonte: Adaptado de Farias, 1992.

Mapa 7

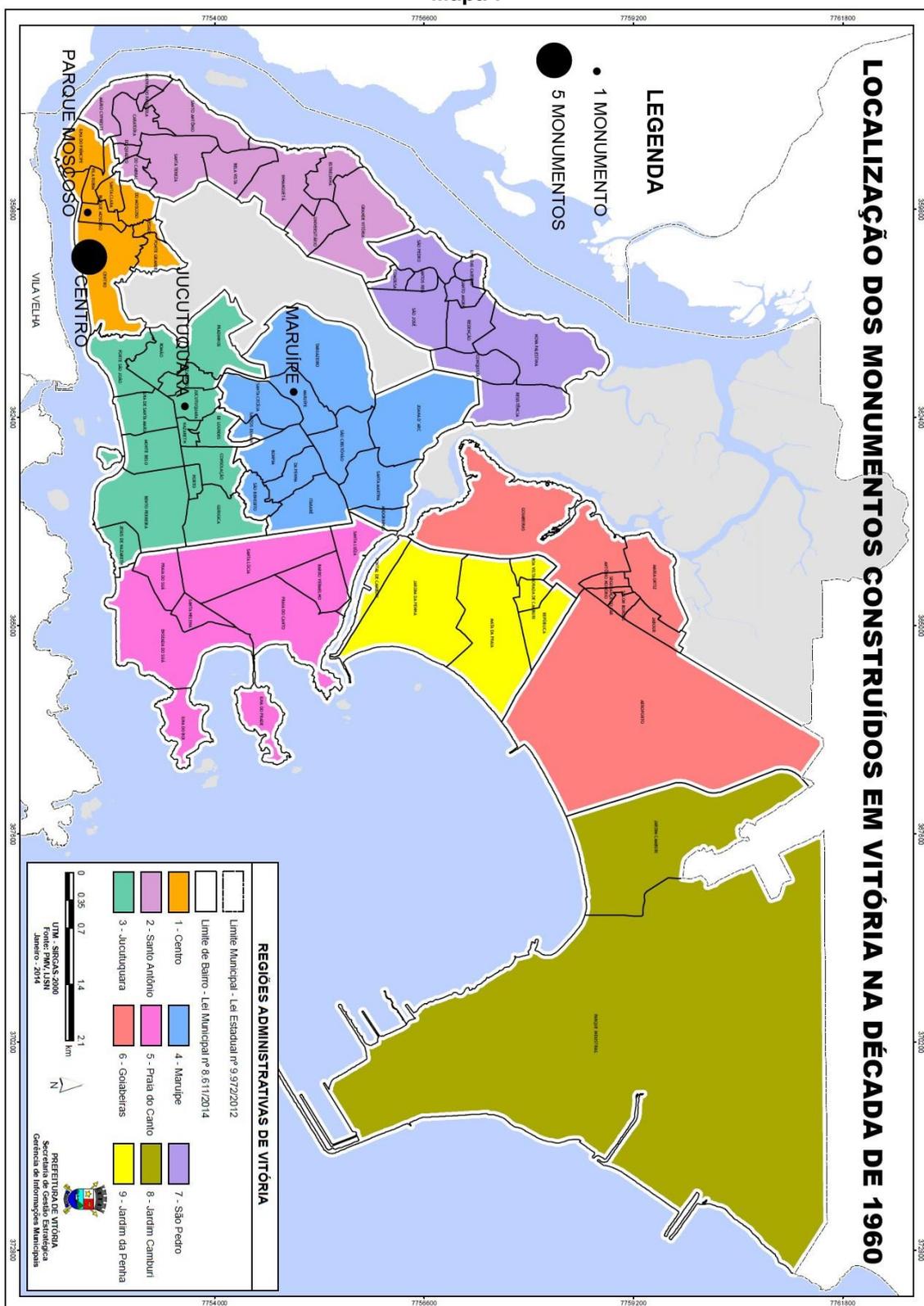


Figura 10 – Distribuição, por bairros, dos monumentos construídos em Vitória na década de 1960. Fonte: Adaptado de Farias, 1992.

Mapa 8

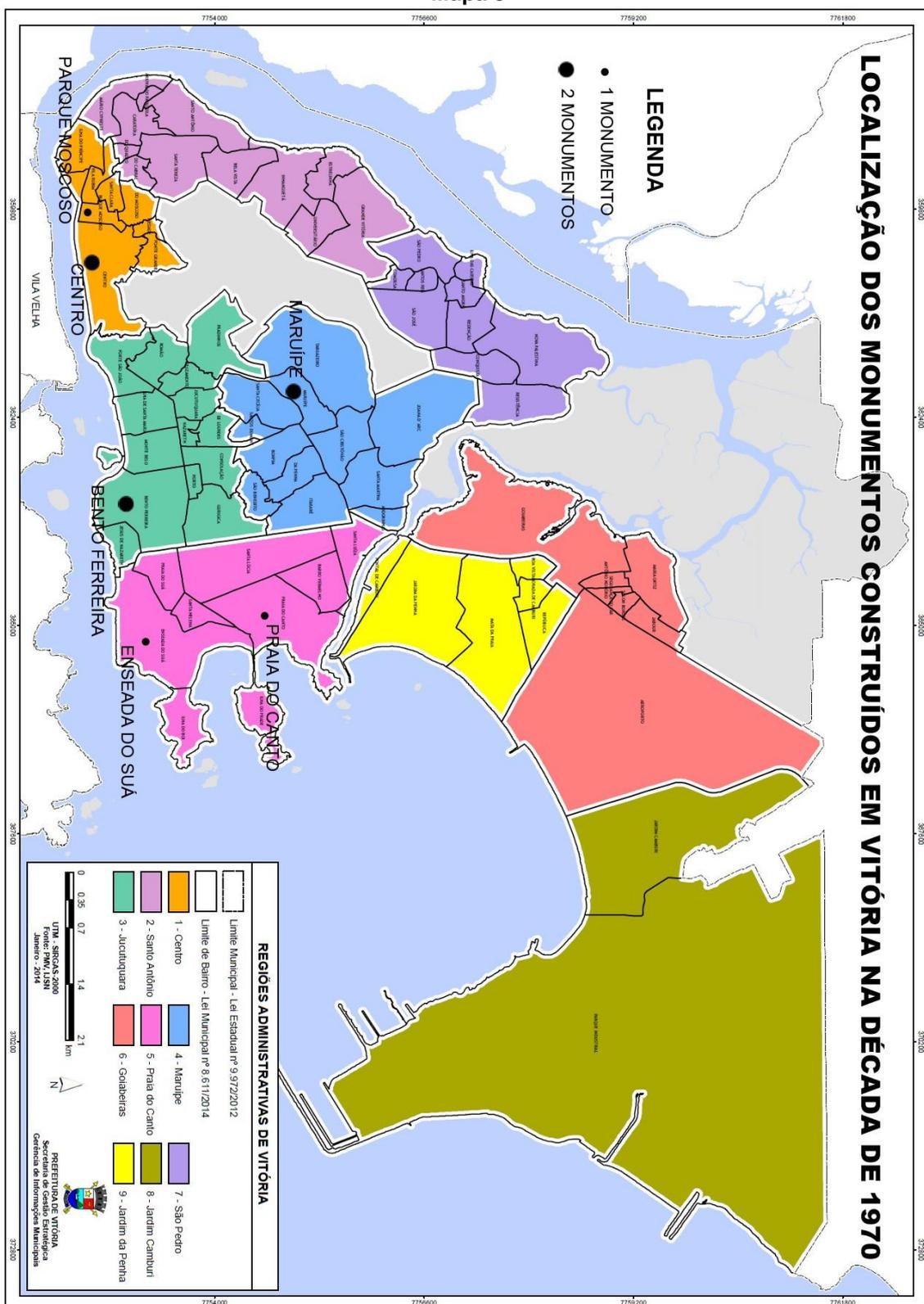


Figura 11 – Distribuição, por bairros, dos monumentos construídos em Vitória na década de 1970. Fonte: Adaptado de Farias, 1992.

Mapa 9

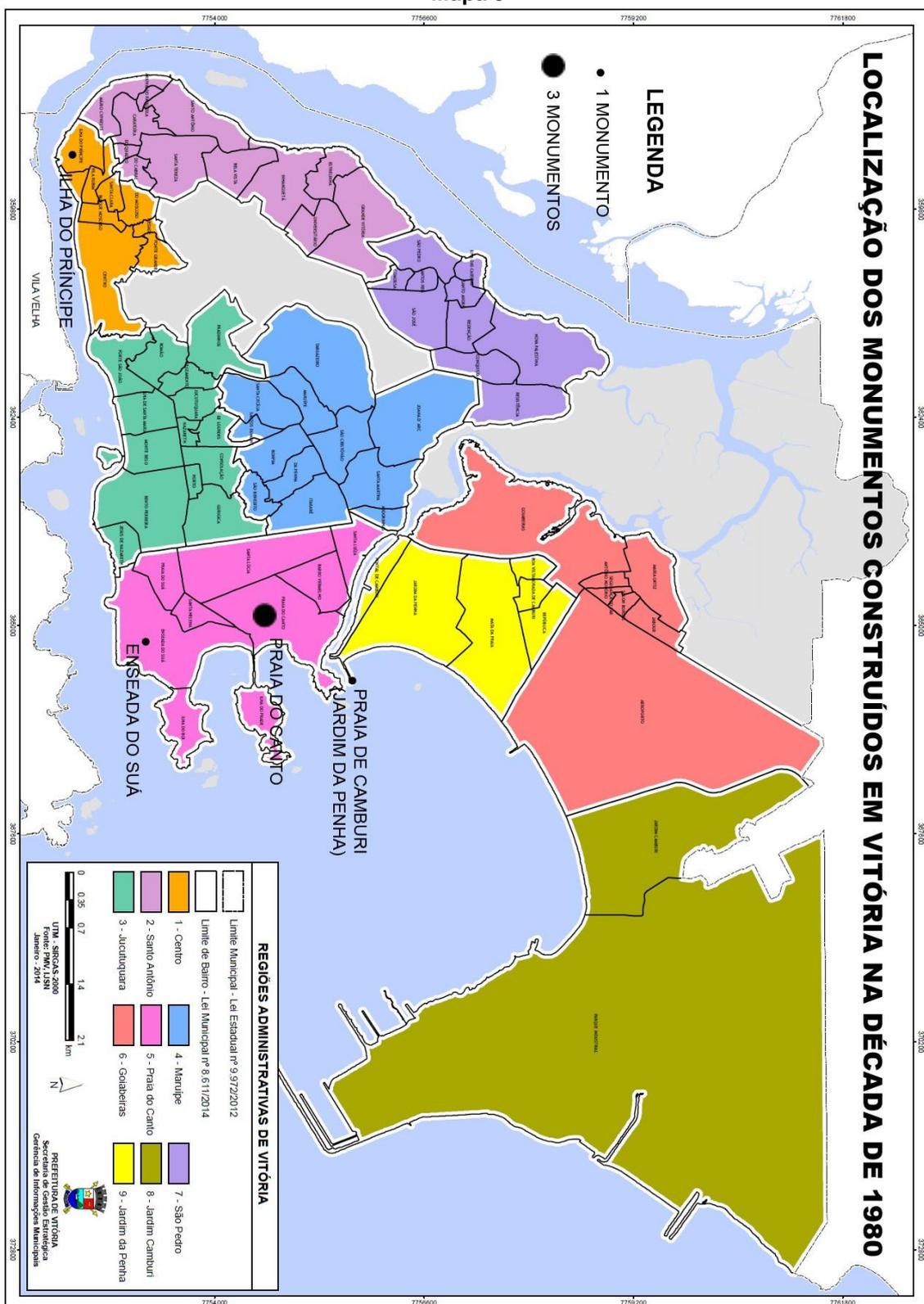


Figura 12 – Distribuição, por bairros, dos monumentos construídos em Vitória na década de 1980. Fonte: Adaptado de Farias, 1992.

Mapa 10

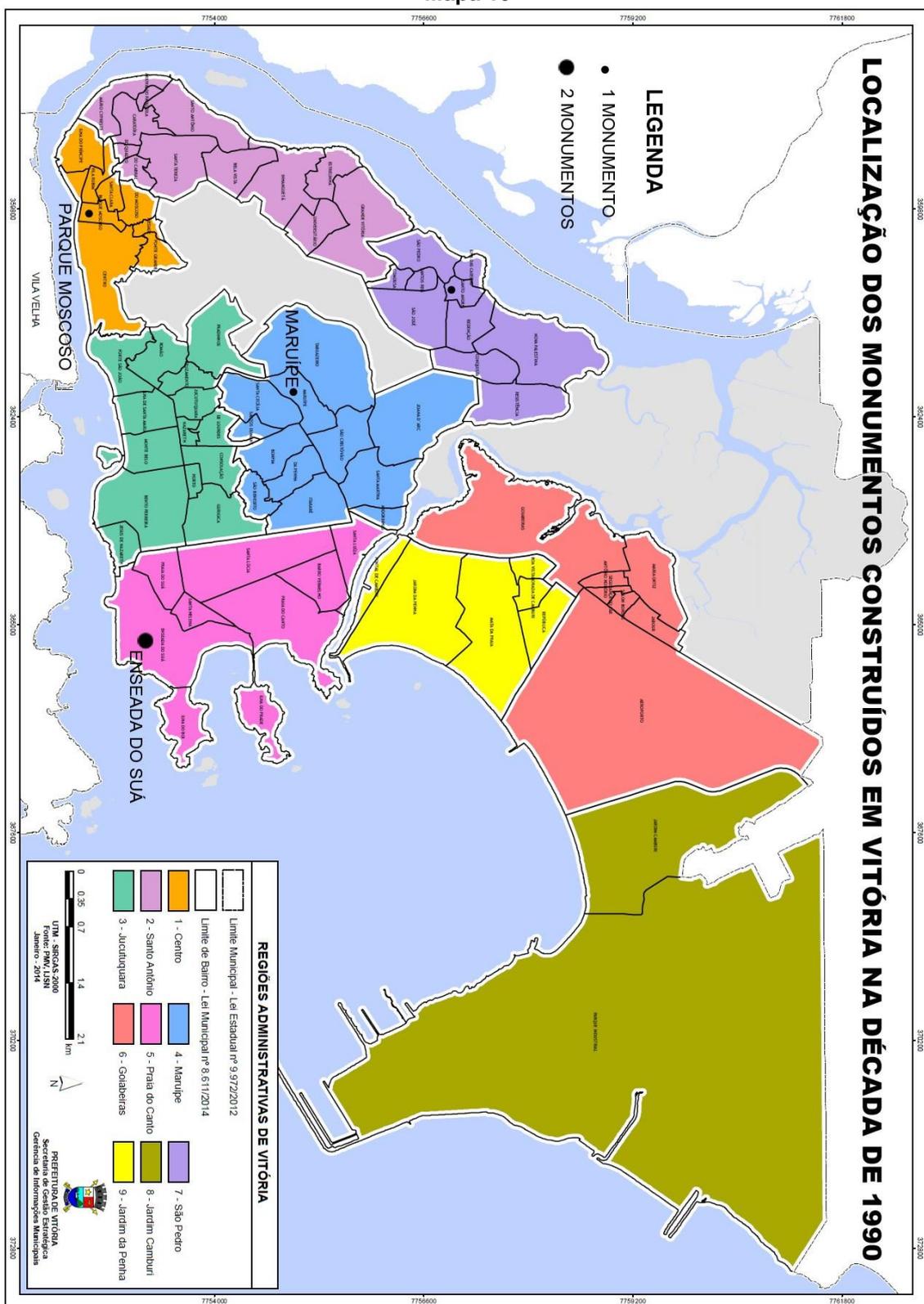


Figura 13 – Distribuição, por bairros, dos monumentos construídos em Vitória na década de 1990. Fonte: Adaptado de Farias, 1992.

A seqüência de mapas permite constatar que desde 1890 até a década de 1970 o magnetismo funcional do centro de Vitória exerceu uma proeminência inequívoca no que se refere à atração e alocação dos monumentos. Salta aos olhos, nesse sentido, o período situado entre as décadas de 1940 a 1960 – e de modo ainda mais saliente a década de 1950 – como o período em que se verificou com maior intensidade a alocação de monumentos de modo concentrado na Área Central da cidade. Como vimos anteriormente, é a partir de meados do século XX, que são lançadas as bases referentes à infraestrutura (notadamente o aterro da esplanada) que indispensáveis à gênese da Área Central da cidade.

A partir da década de 1970 é possível notar que os efeitos do processo de descentralização irão abarcar, também, as formas simbólicas espaciais: a década de 1970 revela que a força centrípeta da Área Central é, no que diz respeito aos monumentos, arrefecida; ao passo que a força centrífuga (sobretudo para o sentido leste da ilha, notadamente direção à região da Praia do Canto) manifesta-se como um contra-ponto, prenunciado a intensificação que a descentralização em direção a este setor da cidade que seria ratificado nas décadas sub-sequentes, como atestam, de modo patente, o padrão de distribuição dos monumentos nas décadas de 1980 e 1990.

Por último, com intuito de ilustrar de forma mais nítida o perfil da “crise” simbólica que, a partir das últimas décadas do século XX o processo de descentralização suscitou sobre a Área Central de Vitória, caberia destacar uma análise mais aprofundada sobre o caso de dois monumentos que são, sugere-se, bastante reveladores dessa problemática, a saber: o monumento a Vasco Fernandes Coutinho (1º Donatário da Capitania) e o Monumento ao Índio (Araribóia).

Inaugurado em vinte e três de maio de 1935, o monumento a Vasco Fernandes Coutinho (foto 46) homenageia o primeiro donatário da capitania do Espírito Santo, sendo representado por um obelisco “constituído de uma só peça inteira que se assenta sobre quatro esferas de metal” (FARIAS, 1992, p. 23),

tendo em sua base placas de bronze ilustrando cenas do desembarque do donatário junto de seus sessenta companheiros. Localizado inicialmente na Praça Oito de Setembro, no centro da capital, “foi posteriormente removido para o final da Avenida Capichaba, hoje Jerônimo Monteiro e finalmente para o Aterro da Enseada do Suá – Praia do Canto” (FARIAS, 1992, p. 23). Nesse caso, o que se observa é a transferência de um importante monumento do centro da capital para a Praia do Canto, revelando, de modo patente, que a força da descentralização em direção à Praia do Canto não se restringe às atividades centrais associadas à esfera econômica (comércio e serviços mais especializados), ou às atividades político-jurídicas, mas, também, estende-se à esfera das formas simbólicas espaciais: monumentos que, por muito tempo, dotaram a paisagem da Área Central de Vitória de uma significativa carga simbólica, foram retirados desta área e deslocados para a Praia do Canto.



Foto 46 - Monumento a Vasco Fernandes Coutinho em sua localização atual na Praia do Canto. Fonte: Farias, 1992.

Por sua vez, o monumento ao Índio (Araribóia) (foto 47) constitui outra forma simbólica espacial que consideramos relevante destacarmos para fins de uma análise mais detida, sobretudo em função do verdadeiro “embate” territorial que envolve.

Construído na década de 1950, na Avenida Marechal Mascarenhas, no Centro de Vitória o monumento constitui uma estátua de bronze “com a figura de um índio guerreiro, em tamanho natural assentado sobre uma pedra, apontando seu arco e flecha para a baía de Vitória” (FARIAS, 1992, p. 27). Com a inauguração da Avenida Beira Mar, durante o segundo governo de Carlos Lindenberg (1959) a estátua é removida do seu local de origem e armazenada em um depósito da Prefeitura de Vitória. Contudo, essa medida adotada pela prefeitura acaba por gerar intensas reações populares contrárias ao recolhimento da estátua do índio. Assim,

No ano de 1963, uma letra de uma velha marchinha de carnaval, de autoria de Júlio Alvarenga (“Bota o Índio no lugar”), premiada em um concurso carnavalesco na antiga TV Vitória, canal 4, nos tempos da Rede TUPI, foi cantada à exaustão pelos foliões nas ruas e nos clubes da capital, descontentes com a saída da estátua do índio da Beira Mar. Assim era a marchinha: “Bota o índio no lugar / ele quer tomar banho de mar / Bota o índio no lugar / ele é da avenida Beira-Mar / Era Araribóia / ele quer voltar pra lá / Doutor, por favor / Bota o índio no lugar” (FARIAS, 1992, p. 27).

A passagem acima descrita revela que a composição da marcha carnavalesca e sua constante entonação pelos foliões durante o carnaval, traduzia o forte apelo popular reivindicando ao poder público a recolocação da estátua do Índio Araribóia em seu local de origem. A intensidade dos apelos feitos pela população acabam surtindo efeitos sobre a administração local e, em quinze de maio de 1963 “há o cumpra-se” (FARIAS, 1992, p. 27) no qual o prefeito de Vitória, Solon Borges, reposiciona o monumento erguido ao índio em seu lugar de origem.

Contudo, a despeito desse antecedente de pressão popular em relação a manutenção desse monumento em seu local de origem, novamente o símbolo

indígena é removido no final da década de 1970. Contudo, diferentemente do momento precedente, no qual a estátua foi guardada em um depósito da Prefeitura Municipal de Vitória, desta vez ela foi transferida para um outro ponto da cidade, passando “uma longa temporada no aterro da COMDUSA (Enseada do Suá) na Praia do Canto, mais especificamente no final da Av. Nossa Senhora dos Navegantes, na Praça da Finlândia” (FARIAS, 1992, p. 27). Mais uma vez, contudo, houve uma grande pressão popular para que o monumento do Índio Araribóia fosse retirado da Praia do Canto e retornasse para o seu local de origem, no Centro da capital. Assim, anos mais tarde, a estátua acaba retornando para a Avenida Beira Mar no Centro da capital capixaba, demonstrando, assim, o forte simbolismo vigente entre esta estátua e a história da Área Central da capital capixaba.



Foto 47 - Estátua do Índio Araribóia localizada atualmente no Clube Saldanha da Gama após restaruação em 2012. Fonte: <http://www.monumentoscapiabas.com.br/>

As análises apresentadas demonstram, assim, que os monumentos da cidade, enquanto formas simbólicas espaciais, são dotadas de forte significação

política e participam, igualmente, de modo ativo nas complexas dinâmicas que envolvem a expansão urbana, como no caso dos processos associados à centralidade intra-urbana. Assim, se por um lado entre a última década do século XIX até a década de 1970 o centro (respectivamente a Área Central) constitui o lócus privilegiado no qual serão alocados os principais monumentos da capital, a partir da década de 1980 esse quadro é bastante alterado: a região da Praia do Canto assume esse papel, não se limitando a surgir como a área privilegiada na qual os novos monumentos serão construídos, mas tendo até mesmo o poder de transferir, para si, monumentos originariamente alocados na Área Central. Trata-se, assim, de um setor da cidade de Vitória com grande pujança simbólica, que irá rivalizar em termos simbólicos com a primazia outrora atribuída, de modo privilegiado, à Área Central da capital.

Essa “rivalidade” é de fato patente quando se considera a questão do local de instalação dos dois monumentos anteriormente destacados para fins de análise mais detida: se por um lado o monumento a Vasco Fernandes Coutinho (1º Donatário da Capitania) foi transferido da Área Central para a região da Praia do Canto; por outro lado, quando o Monumento ao Índio (Araribóia), também foi transferido para a região da Praia do Canto, a força da pressão popular que reconhecia a identidade desse monumento como essencialmente tributária da história do centro da cidade, fez com que o monumento do índio retornasse para seu local de origem. Esse quadro ratifica, assim, a complexidade e riqueza das relações que se estabelecem entre as formas simbólicas espaciais e a produção do espaço urbano, no caso, dos elementos associados à dinâmica da centralidade intra-urbana da capital capixaba.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tal como salientado durante a introdução do trabalho a orientação na qual a pesquisa se propôs consistiu, antes de tudo, no desenvolvimento de análises que visaram acompanhar a complexidade das relações vigentes entre as formas simbólicas representativas da Área Central de Vitória e o processo de descentralização tendo como principal intuito a ampliação dos entendimentos acerca do significado destas formas simbólicas no contexto da dinâmica atual da centralidade intra-urbana da capital capixaba.

Assim, é importante ressaltar que a presente pesquisa não foi orientada no sentido de analisar estas formas simbólicas espaciais aspirando estabelecer relações diretas de causa e efeito entre os principais elementos que sustentam a problemática da pesquisa. Assim, a pesquisa não teve a pretensão de realizar um inventário do conjunto das formas simbólicas que permanecem, atualmente, como símbolos de resistência da importância da Área Central de Vitória. Tampouco, orientou-se no sentido de enumerar quais formas simbólicas espaciais tiveram seus significados negativamente alterados em consequência do processo de descentralização.

Frente a enorme diversidade de formas simbólicas que poderiam servir de exemplos analíticos optou-se pela seleção daquelas dotadas de inequívoca importância simbólica da Área Central de Vitória, que foram, para fins de análise, agrupadas em quatro categorias, respectivamente vinculadas às dimensões política, ideológica, religiosa, bem como dotadas do caráter de monumento. Essa “categorização”, não é, a rigor, inflexível - porquanto as categorias não são mutuamente excludentes no que diz respeito às referidas dimensões – porém, dispôs uma sistematização importante para o desenvolvimento da análise.

No que tange as formas simbólicas espaciais ligadas à dimensão Política, a análise do antigo prédio da Assembleia Legislativa do Espírito Santo serviu para ilustrar, de modo patente, a enorme influência que o processo de

descentralização exerceu sobre o a expressão simbólica da Área Central: ao longo de praticamente todo o século XX o prédio da ALES constituiu uma expressão incontestada da pujança do Centro de Vitória; contudo, durante a década de 1990 – quando há uma intensificação da descentralização em direção à região da Praia do Canto – a edificação foi abandonada e inutilizada pelo poder público, tendo sido transferida sua proeminente função política para essa nova área que, desde então, rotacionou para si o papel de nova centralidade da metrópole capixaba na virada do século.

Entretanto, se a “crise” da Área Central pôde ser evidenciada de maneira clara através da análise do prédio da antiga ALES, em contrapartida, é de fundamental importância destacar o caso do Palácio Anchieta – sede do Poder Executivo Estadual –, na medida em que representa um contraponto contundente do quadro anteriormente analisado. Trata-se de uma edificação que antecedeu, por séculos a modernização do Centro e sua conformação enquanto Área Central: o início de sua construção remonta ao período de fundação de Vitória. Sendo testemunho de todas as épocas das quais a atual Área Central de Vitória é resultado, o Palácio Anchieta constitui um marco na paisagem da cidade e sempre abrigou importantes funções e atividades diretamente relacionadas com a dinâmica da produção do urbano na capital. Recentemente, sob o contexto da propalada “crise” da Área Central, as reformas e obras de restauração aplicadas ao Palácio possibilitaram não só a manutenção das atividades ligadas ao gabinete do Governador, mas também lhe foi atribuído novas e importantes funções, como a disponibilidade de seu espaço interno para visitas turísticas orientadas; atividades de cunho cultural - tal como lançamento de livros, exposições artísticas e científicas - dentre outras, representando assim um elemento que se impôs no sentido da reafirmação da expressão simbólica da Área Central de Vitória.

Em relação às formas simbólicas associadas às dimensões Ideológica e religiosa, a análise se concentrou sobre os casos, respectivamente, das salas de cinema e das Igrejas Católicas seculares. No caso das salas de cinema ficou constatada a simbiose vigente entre esta seu significado enquanto forma

simbólica característica da centralidade da Área Central de Vitória, pois, se por um lado a modernização do Centro proporcionou condições para que ali se instalassem as salas de cinema, em contrapartida os empreendimentos cinematográficos localizados na Área Central de Vitória reforçaram, por várias décadas, o papel desta área no que diz respeito ao magnetismo funcional que exerceu sobre a cidade como um todo. De fato, as salas de cinema na Área Central não representavam apenas espaços de entretenimento com a exibição de filmes, havia todo um conjunto de outras atividades de convívio social que giravam em torno das salas de cinema. Esta correlação intrínseca entre os cinemas e a Área Central ficou marcada pelo forte projeção midiática que quase sempre acompanhava a inauguração de novas salas, quando não era raro a ocorrência de casos nos quais a abertura de novos cinemas eram razão de grande destaque na imprensa local, contando com a presença de artistas renomados do cinema nacional e importantes figuras da política local. Contudo, o advento da descentralização e a estigmatizada “crise” da Área Central refletiu, no caso dessas formas simbólicas, na efetiva aniquilação da sociabilidade associada as salas de cinema da Área Central de Vitória, na medida em que as salas que outrora exibiam filmes passaram a abrigar outras atividades, sobretudo aquelas ligadas ao setor comercial, varejistas e atacadistas, voltada para as camadas mais populares da sociedade.

No caso das formas geográficas associadas à dimensão religiosa, estas constituem importantes símbolos da formação mais arcaica do espaço urbano de Vitória. Apresentado – na maioria dos casos – histórias seculares as igrejas católicas localizadas na “Cidade Alta” foram testemunhos que remontam desde a origem da centralização de Vitória até o presente momento. Desde o principiar da colonização de Vitória até o final do século XIX a Igreja e o Estado, apesar de entidades distintas, por muitas vezes conjuminaram suas funções e atribuições, deste modo, boa parte de vida urbana de Vitória por muitas vezes esteve associada à entidade sacra, não sendo incomum, portanto, que as igrejas não só tivessem seu papel sagrado com suas celebrações religiosas, mas comportassem também outras atividades tais como, internatos, orfanatos, colégios, dentre outras. Com a perda gradativa do

prestígio religioso perante o Estado no final do século XVIII as igrejas seculares do Centro de Vitória iniciaram um processo de decadência que provocou o abandono ou subutilização dessas formas simbólicas, inclusive em relação às funções e atividades sagradas. Assim, com o processo de modernização de Vitória no início do século XX praticamente todas as igrejas da cidade alta foram obnubiladas em seu significado pela intensidade da modernização que passou a direcionar-se, sobretudo, para a “parte baixa” do Centro de Vitória. Com as recentes obras de reforma e restauração a inserção das sete igrejas seculares em um circuito de visitas turísticas – Projeto Visitar – que visa não só valorizar e restituir um pouco das histórias das igrejas, mesmo que transfiguradas do seu significado original, a função “turística” direcionada as igrejas da Cidade Alta possibilitaram, em certa medida, restituir parte da relevância simbólica da Área Central de Vitória.

A última categoria analisada correspondeu aos monumentos de Vitória, mais especificamente aqueles construídos entre 1980 e 1990. De forma sintética a análise dessas formas simbólicas evidenciou a concentração da construção de monumentos na Área Central até o início da década de 1980. Contudo, durante o período de intensificação do processo de descentralização que caracterizou as últimas duas décadas do século XX, a construção de novos monumentos ocorreram em maior quantidade em bairros afastados do Centro de Vitória, sobretudo na região da Praia do Canto, demonstrando o papel centralizador assumido por essa região no contexto intra-urbano de Vitória. Contudo, apesar dessa mudança de panorama, a complexidade da relação entre o processo de descentralização e as formas simbólicas típicas da Área Central, pôde ser exemplificada através da análise mais detida de dois monumentos: o Monumento a Vasco Fernandes Coutinho e a Estátua do Índio Araribóia. Enquanto o primeiro monumento, inicialmente erguido no Centro da capital (1935), foi realocado para a região da Praia do Canto permanecendo até os dias atuais, por sua vez, a estátua dedicada ao Índio Araribóia (1950) que também foi originalmente construída na Área Central de Vitória foi submetido a uma efetiva polêmica referente à sua localização: ela também foi transferida para a Praia do Canto – além de ter sido, ulteriormente, guardada nos

depósitos da PMV (1959). Porém, devido ao seu forte simbolismo para a cidade de Vitória, sobretudo, em relação ao Centro da capital, a pressão popular exercida sobre o poder público impôs que a estátua fosse recolocada em seu local de origem.

Do exposto, sob a diversidade de formas geográficas analisadas na Área Central de Vitória, cuja origem remetem a períodos históricos diferentes, a representatividade diferenciada que lhes foi imputada ao longo do tempo, apontam para a grande complexidade que caracteriza a correlação entre as formas simbólicas e a centralidade sob o contexto de uma metrópole profundamente marcada pelo processo de descentralização. Nestes termos, a pesquisa teve o propósito de colaborar no sentido de ampliar o entendimento a respeito do espaço urbano de Vitória, assumindo a perspectiva da Geografia Cultural que, em certa medida, permanece pouco explorada nos estudos de caso dedicados a temas relacionados à produção urbana na capital capixaba.

6. REFERÊNCIAS

A CATEDRAL METROPOLITANA DE VITÓRIA. FILHO, P. C. (Org.). Série 1. V.5. Vitória – ES. EDUFES, 2010.

A IGREJA DE NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO. FILHO, P. C. (Org.). Série 1. V.4. Vitória – ES. EDUFES, 2010.

A IGREJA DE SÃO GONÇALO. FILHO, P. C. (Org.). Série 1. V.3. Vitória – ES. EDUFES, 2010.

ACERVO ARTÍSTICO E HISTÓRICO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO. (Orgs.) Geral Maria Inês Loureiro. Terezinha Tristão Bichara. Fundação Ceciliano Abel de Almeida. Vitória – ES. 2005.

ALMEIDA, R. H. Centro de Vitória: pela apropriação dos espaços. 1986. 171 f. Projeto de Graduação – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 1986.

ARAÚJO, J. S. Condicionantes Econômicos da Transferência do Centro de Vitória Rumo à Zona Norte da Cidade. 1995. (Monografia - Departamento de Economia) Vitória. Universidade Federal do Espírito Santo: 1995.

ARQUITETURA. Patrimônio Cultural do Espírito Santo. Governo do Estado do Espírito Santo. Secretaria de Estado da Cultura. Conselho Estadual de Cultura. Vitória – ES. 2009.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESPÍRITO SANTO. UM NOVO PARLAMENTO. Governo do Estado do Espírito Santo. Vitória: 1995.

_____. Governo do Estado do Espírito Santo. Vitória: 2000.

BONICENHA, W. Devoção e Caridade: As Irmandades Religiosas de Vitória. Vitória – ES. Multiplicidade, 2004.

BORDOULAY, V. Espaço e Cultura. In: Olhares Geográficos. Modos de Ver e Viver o Espaço. Castro, I. E. de; GOMES, P. C. C; CORRÊA, R. L. (Org). Rio de Janeiro. Bertrand Brasil: 2012, p.101-131.

BORGES, J. M. C. Paisagem, vivência, espaço, memória. Imagem e identidade: ensaio em setor urbano do Centro de Vitória. 1995. 260 f. Projeto de Graduação – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2006.

CAMPOS JR, C. T. O capitalismo se apropria do espaço: a construção civil em Vitória. 1993. 219 f. Tese (Doutorado em Arquitetura) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1993.

_____. A construção da cidade: formas de produção imobiliária em Vitória. Vitória: Florecultura, 2002.

CAROL, A. Projeto Vitória do Futuro. Prefeitura Municipal de Vitória. Vitória: 1996.

CARVALHO, N. M. M.; ROTHSCHAEDL, S. L. Enseada do Suá: Um Bairro em Evidência. Vitória: Monografia apresentada à Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, UFES, 1994.

CASSIRER, E. Filosofias das Formas Simbólicas. I – A Linguagem. 1. Ed. São Paulo. Editora Martins Fontes. 2009 [1926].

CASTRO. A. E. de. WEB Vitória: divulgação da evolução urbana e da arquitetura do centro de Vitória na internet. 1998. 1 CD-ROM. Monografia (Graduação) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 1998.

Catálogos de Bens Culturais Tombados no Espírito Santo. Secretaria de Estado de Educação e Cultura. Conselho Estadual de Cultura. Universidade Federal do Espírito Santo. Vitória – ES. 2001.

CLAVAL, P. Geografia Cultural. Florianópolis, EDUSC, 1999.

CORRÊA, R. L. O espaço urbano. São Paulo: Ática. 1989.

_____. R. L. Monumentos, Política e Espaço. Geo Crítica. Scripta Nova. REVISTA ELECTRÓNICA DE GEOGRAFÍA Y CIENCIAS SOCIALES. Universidad de Barcelona. ISSN: 1138-9788. Vol. IX, núm. 183, 15 de febrero de 2005. Disponível: <<http://www.ub.edu/geocrit/sn/sn-183.htm>> Acesso em: 10/07/ 2013.

_____. R. L. Sobre a Geografia Cultural. Textos NEPEC, Nº3. Rio de Janeiro: 2007a, p.1-18.

_____. R. L. A Geografia Cultural e o Urbano. In: Introdução à Geografia Cultural. (Org). CORRÊA, R. L.; ROSENDAHL, Z. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2007b [2003], p.167-186.

_____. R. L. Formas Simbólicas e Espaço. Algumas Considerações. GEOgraphia, V.9, N.17. Niterói, 2007c, p.7-17.

_____. R. L. Uma Sistematização da Análise de Monumentos em Geografia. Terra Plural, 1(1), 2007d, p.9-22.

_____. R. L. A Geografia Cultural Brasileira: Uma Avaliação Preliminar. Revista da ANPEGE, v.4: 2008a, p.89-108.

_____. R. L. A Espacialidade da Cultura. In: Zeny Rosendahl e Roberto Lobato. (Org.). O Brasil, a América Latina e o Mundo - Espacialidades Contemporâneas. Rio de Janeiro: Lamparina, 2008b, v. 1, p. 18-31.

_____. R. L. Caminhos Pela Geografia: O Urbano, As Redes e As Formas Simbólicas. 2008c. Disponível em: <<https://sites.google.com/site/robertolobatocorrea/Outros-Trabalhos>>. Acesso: 13/07/2012.

_____. R. L. Processo, Forma e Significado – Uma Breve Consideração. Texto apresentado em mini-curso do Programa de Pós-Graduação em Geografia na Universidade Federal do Espírito Santo (PPGG-UFES), Vitória: 2009, s/p.

_____. R. L. Formas Simbólicas e Espaço. Pesquisa financiada pelo CNPQ. Processo nº 301.185/2007-7. Departamento de Geografia UFRJ. Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: <<https://sites.google.com/site/robertolobatocorrea/Outros-Trabalhos>>. Acesso: 13/07/2012.

COSGROVE, D. Mundo dos significados: Geografia Cultural e imaginação. In: CORRÊA, R.L. et al (Org.). Geografia Cultural: um século (2). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000, p.33-60.

_____. D. E. Em Direção a Uma Geografia Cultural Radical: Problemas da Teoria. In: Introdução à Geografia Cultural. 2ª Ed. Rio de Janeiro, Betrand Brasil: 2003 [1983], p.103-134.

COLBY, C. C. Centrifugal and centripetal forces in urban geography. In: KOHN, C.; MAYER, R. (ed.): Readings in urban geography. Chicago: The Chicago University Press, 1933. p. 287 - 298.

DAEMON, B. C. Província do Espírito-Santo. Sua descoberta, historia chronologica, synopsis e estatística. Victoria: Typografia Espirito-Santense, 1879.

DERENZI, L. S. Biografia de uma ilha. 1. ed. Rio de Janeiro: Pongetti, 1965. 2. ed. Vitória: Secretaria Municipal de Cultura e Turismo, 1995.

_____. História do Palácio Anchieta. Vitória: Secretaria de Educação e Cultura, 1971.

DUNCAN, J. Após a Guerra Civil. Reconstruindo a Geografia Cultural como Heterotopia. In: R. L. CORRÊA; Z. Rosendahl (orgs.). Geografia Cultural: Um Século (2). Rio de Janeiro, EDUERJ, 2000.

DUCAN, J. The City as Text. The Politics of Interpretation in The Kandyan Kingdom. Cambridge University Press, 1990.

ELTON, E. Velhos Templos de Vitória & Outros Temas Capixabas. Vitória – ES. Conselho Estadual de Cultura, 1987.

GEERTZ. A Interpretação das Culturas. Rio de Janeiro. Livros Técnicos e Científicos, 1989.

GOMES, E. R. A Geografia da Verticalização Litorânea em Vitória: O Bairro a Praia do Canto. Editora GSA. Vitória: 2009.

_____. A Modernização Urbana no Centro de Vitória (ES): A Constituição do Seu Porto e a Estruturação da Sua Área Central. Tese [Doutorado em Geografia] – Universidade Federal Fluminense. Niterói – RJ: 2012.

HEES, R. R. e FRANCO, S. P. A República e o Espírito Santo. Vitória: Multiplicidade, 2003.

História do Palácio Anchieta. Placidino Passo. Arquivo Público do ES. Vitória – ES. 1974

KLUG, L. B. Vitória: sítio físico e paisagem. Vitória: EDUFES, 2009.

KUSTER, E. Marcovaldo e os doze passeios em Vitória. Vitória: Lei Rubem Braga/PMV, 2003.

MALVERDES, A. No Escurinho do Cinema. A História das Salas de Exibição na Grande Vitória. SETUR/SMCS. Vitória, 2008.

_____. Memórias Fotográficas. A História das Salas de Cinema de Vitória. Projeto CinemaES. Vitória, 2011.

Manifestação em Vitória termina em quebra-quebra na sede do governo do ES. CBN. Vitória. Data: 20/07/2013. Disponível em <http://cbn.globoradio.globo.com/editorias/pais/2013/07/20/MANIFESTACAO-EM-VITORIA-TERMINA-EM-QUEBRA-QUEBRA-NA-SEDE-DO-GOVERNO-DO-ES.htm>>. Acesso em: 20 de jul. 2013.

MARTINS, J de B. A cidade reconstruída. In: VASCONCELLOS, J. G. M. (Org.). Vitória: trajetórias de uma cidade. Vitória: Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo, 1993, p. 61-102.

MENDONÇA, E. M. S. Uma descrição cronológica do desenvolvimento urbano de Vitória. Revista do Instituto Jones Santos Neves. Vitória, ano IV, n. 1, p. 38-40, abr/jun, 1985.

_____. O campinho e o novo arrabalde de Vitória (ES): relações e transferências desde a origem. In: SEMINÁRIO DA HISTÓRIA DA CIDADE E DO URBANISMO, 6, 2000, Natal. Anais... Natal: UFRN, 2000, 1 CD-ROM.

MIRANDA, C. L. Arquiteturas de Vitória, da Cidade Capital à Cidade Funcional. In: 465 Anos de Colonização do Espírito Santo nos 500 anos de Brasil: sob o ponto de vista urbano e arquitetônico. Revista Imagem Urbana. Vitória, ano II, n. 04, p. 42-55, abr, 2000.

MORAES, N. L. Espírito Santo: história de suas lutas e conquistas. Vitória: Artgraf, 2002.

MONTEIRO, P. R. Vitória: cidade e presépio; os vazios visíveis da capital capixaba. São Paulo: Annablume, FAPESP. Vitória: Facitec, 2008.

MUNIZ, M. I. P. O centro histórico de Vitória: imagem urbana em dois momentos. In: 465 Anos de Colonização do Espírito Santo nos 500 anos de Brasil: sob o ponto de vista urbano e arquitetônico. Revista Imagem Urbana. Vitória, ano II, n. 04, p. 35-41, abr, 2000.

NEVES, J. dos S. O Espírito Santo trabalha e confia. O Estado do Espírito Santo no Governo Jones dos Santos Neves. Vitória: [s.n.], 1958.

NOVOS TEMPOS. O PARLAMENTO CAPIXABA NO LIMIAR DO TERCEIRO MILÊNIO. Entrevista com o Presidente da Assembleia Legislativa Estadual em 1994: Marcos Madureira. Governo do Estado do Espírito Santo. Vitória: 1994.

O CONVENTO DE NOSSA SENHORA DO CARMO. FILHO, P. C. (Org.). Série 1. V.2. Vitória – ES. EDUFES, 2010.

O CONVENTO DE SÃO FRANCISCO. FILHO, P. C. (Org.). Série 1. V.1. Vitória – ES. EDUFES, 2010.

OLIVEIRA, C. P.; GONÇALVES, G. L.; TARDIN, M. das G. Cinema no Espírito Santo: um estudo de caso sobre o fechamento das salas. 75 f.. Monografia. Vitória: UFES/Departamento de Comunicação Social, 1982.

Palácio na Cidade Alta será sede da filarmônica. Data: 14/10/2012. GazetaOnline. Vitória. Disponível em <http://gazetaonline.globo.com/conteudo/2012/10/noticias/cidades/1365228-lximenes-redegazeta-com-br--tel--3321-8521-victor-hugo.html>. Acesso em: 12. Abril. 2013.

PROJETO DE LEI Nº 348/2005.

Projeto para transformar antiga ALES em biblioteca é reprovado no ES.

G1. Vitória. Data: 19/04/2012. Disponível em <<http://g1.globo.com/espirito-santo/noticia/2012/04/antigo-predio-da-assembly-legislativa-do-es-esta-abandonado.html>>. Acesso em: 12. Abril. 2013.

PROUDFOOT, M. J. City Retail Structure. In: KOHN, C.; MAYER, R. (eds.): Readings in Urban Geography. Chicago. The Chicago University Press, 1958 p. 395 - 395. (publicado originalmente em Economic Geography, XIII, October, 1937, Clark University, Worcester, Mass).

Reforma da antiga Assembleia Legislativa sai do papel. GazetaOnline.

Vitória. Data: 05/01/2013. Disponível em <<http://gazetaonline.globo.com/conteudo/2013/01/noticias/cidades/1387016-reforma-de-predio-da-antiga-assembly-sai-do-papel.html>>. Acesso em: 12. Abril. 2013.

Reforma do antigo prédio da Assembleia, na Cidade Alta, deve ser concluída em novembro. Folha Vitória. Vitória. Data: 19/03/2014. Disponível em <<http://www.folhavitoria.com.br/geral/noticia/2014/03/reforma-do-antigo-predio-da-assembly-na-cidade-alta-deve-ser-concluida-em-novembro.html>>.

Acesso em: 21. Abril. 2014.

REIS, L. C. T. O processo de descentralização das atividades varejistas em Vitória: um estudo de caso – a Praia do Canto. 2001. 192 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Departamento de Geografia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2001.

_____. Descentralização e Desdobramento do Núcleo Central de Negócios na Cidade Capitalista: um estudo comparativo entre Campo Grande e Praia do

Canto – Grande Vitória (ES). Tese de Doutorado - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Programa de Pós Graduação em Geografia, Rio de Janeiro, 2007.

_____. L. C. T. Descentralização e desdobramento do núcleo central de negócios em Vitória (ES). In: Cidade e Comércio: A Rua Comercial na Perspectiva Internacional. Rio de Janeiro: Editora Armazém das Letras: v. 1, p. 177-198, 2009.

RIBEIRO, N. P. Aspectos da vida Urbana e de seus significados simbólicos na Vila da Vitória ao longo do século XIX In: SOUZA, L. P. de. e RIBEIRO, N. P. (Orgs.) Urbanismo colonial: vilas e cidades de matriz portuguesa. Rio de Janeiro: CTRLC, 2009. p. 200-223.

ROCHA, Levy. Viagem de Pedro II ao Espírito Santo. Vitória: Arquivo Público o Estado do Espírito Santo, 2008.

RODRIGUES, C. Espírito Santo: Aspectos Histórico e Religioso. Vitória: edição do autor, 2010.

SANTOS, M. Espaço e Método. 5ª Ed. São Paulo, Edusp: 2008 [1985].

SAUER, C. O. Geografia Cultural. In: Introdução a Geografia Cultural. CORRÊA, R. L. ROSENDAHL, Z (Org). Rio de Janeiro. Bertrand Brasil: 2003, p.19-26.

SCHAYDER, José Pontes. História do Espírito Santo: uma abordagem didática atualizada – 1535/2002. Campinas: Companhia da Escola, 2002.

SCOTT, A. J. Capitalism, Cities and The Production of Symbolic Forms. In: Transactions of The Institute of British Geographers. N. 26. P.11-23, 2001. Traduzido por: CORRÊA. R. L. 2012. S/P.

Sede do Governo do ES é depredada em protesto pelo fim do pedágio.

G1. Vitória. Data: 19/07/2013. Disponível em <<http://g1.globo.com/espírito-santo/noticia/2013/07/sede-do-governo-do-es-e-depredada-em-protesto-pelo-fim-do-pedagio.html>>. Acesso em: 19. Jul. 2013.

Servidores protestam em frente ao Palácio Anchieta em Vitória. G1.

Vitória. Data: 22/07/2013. Disponível em <<http://g1.globo.com/espírito-santo/noticia/2013/07/servidores-protestam-em-frente-ao-palacio-anchieta-em-vitoria.html>>. Acesso em 22. Jul. 2013.

SIQUEIRA, M. da P. S. O desenvolvimento do porto de Vitória – 1870-1930. Vitória: CODESA, 1995.

SOUZA, E. S. Um mundo de sombra e luz: a fotografia como fonte de pesquisa para o ensino de história: o papel do arquivo público, o acervo fotográfico do Governo Jerônimo Monteiro (1908-1912). 2006. 123 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Educação.

TATAGIBA, Fernando. História do Cinema Capixaba. Vitória. PMV. 1988

VASCONCELLOS, J. G. M. Invenção do coronel: ensaio sobre as raízes do imaginário político brasileiro. Vitória: Secretaria de Produção e Difusão Cultural, UFES, 1995.

WAGNER, P. L; MIKESSEL, M. W. Os Temas da Geografia Cultural. In: Introdução a Geografia Cultural. CORRÊA, R. L. ROSENDAHL, Z (Org). Rio de Janeiro. Bertrand Brasil: 2003, p.27-62.

- Presidente (1924-1928: Avidos). 1ª Mensagem apresentada pelo Exmo. Sr. Dr. Florentino Avidos, Presidente do Estado do Espírito Santo, ao Congresso Legislativo. Na 1ª Sessão Ordinária da 12ª Legislatura, em 4 de Maio de 1925. Vitória: [s.n.], 1925.

- Presidente (1908-1912: Monteiro). Exposição sobre os negócios do Estado no quadriênio de 1909 a 1912 pelo Exmo. Sr. Dr. Jeronymo Monteiro, presidente do Estado durante o mesmo período. Vitória: Imprensa Oficial, 1913.

ANEXOS

ANEXO A – Matéria sobre a inauguração do Cine Teatro Central. Acervo: Arquivo Público do Espírito Santo. Fonte: Jornal Diário da Manhã. 1921.

A Inauguração do Cine-Theatro-Central

Inaugurou-se finalmente sabádo ultimo, a nova casa de diversões Cine-Theatro Central, acontecimento que todo o publico da Victoria e arredores esperava com justificada ansia, pois era sabido o zelo, o esmero, o luxo, o capricho mesmo que os proprietarios vinham pondo em sua organização. A curiosidade popular augmentava dia a dia, espalhada pelos commentarios descriptivos e detalhados que a imprensa transmittia de vez em quando aos seus leitores e pela demora da empresa em desceerrar as suas portas.

prompto todo o cinema, honrou um strazo do navio que trazia os projectores, occasionando isto o adiamento *sim-dias* da esperada inauguração. No ultimo sabádo, porém, gentilmente convidado, fomos assistir ao primeiro espectáculo, dado a uma assistência especial, apenas para prova do bom funcionamento dos aparelhos. Em frente ao edificio sobrava-se a banda policial executando peças do seu repertorio. A' hora marcada, já da tarde, foram abertas as portas e franqueadas aos convidados. Estavam lá o representante de a. exa. o sr. Presidente do Estado, todas as altas autoridades estaduais e federaes, membros do commercio desta praça, os representantes da imprensa e de outras classes sociais.

A sessão só começou ás 5 horas. Neste intervallo, a orquestra distrahiu as pessoas presentes fazendo musicas, enquanto o serviço de buffet distribuia cervejas, licores e vinhos. Perambulavam grupos criticando lisongeiramente a pintura, o ornato, a disposição geral do salão. Por fim, veio o primeiro filin. Era... uma exudação á plateia.

Logo depois foi passado a primeira película: uma *film-leve* do *Exclair*, photographando a *villa* do Japão e as *payssagens* e *vistas* do país dos *chrysathernos*. Quando correu o ultimo trabalho de interesse scientifico, sobre *animados* insectos, estava o Cine-Theatro Central entregue á população capichaba. O enthusiasmo que as outras sessões despertaram, continuando-se pelo domingo, foi historico e não se descreve.

Veio demonstrar que já somos uma capital e que era premissa a necessidade de possuirmos uma casa como aquella.



ANEXO B - Capa do Jornal A Gazeta sobre a inauguração do Cine São Luiz, em 1951, no Parque Moscoso, no Centro de Vitória, que contou com a presença de autoridades e o elenco do filme *Aviso aos Navegantes*. ANO: 1951.

Fonte: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo / Jornal A Gazeta.

ANEXO C – Anúncio da inauguração do Teatro Cine Carlos Gomes. Ano: 1929. Fonte: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo / Jornal Diário da Manhã.

Theatro Carlos Gomes

Amanhã — 20 DE DEZEMBRO DE 1929 — Amanhã

INAUGURAÇÃO DO CINEMA FALADO

<p style="text-align: center;">Em Tres Sessões</p> <p style="text-align: center;">Primeira ás 6</p> <p style="text-align: center;">Segunda as 8</p> <p style="text-align: center;">Tercera as 10</p> <p style="text-align: center;">horas da noite, com um dos melhores films que se ha produzido no genero —</p> <p style="text-align: center;">SONORO</p>	<p style="text-align: center;">Programma da inauguração</p> <p style="text-align: center;">Composto de tres films da METRO GOLDWYN MAYER:</p> <p style="text-align: center;">PRIMEIRO</p> <p style="text-align: center;"><i>Diarios de um estudante em Nova York. De Sidney Selwyn. Legendado em Portuguez.</i></p> <p style="text-align: center;">SEGUNDO</p> <p style="text-align: center;"><i>Um caçador pelo Norte do arctico com o METRO GOLDWYN MAYER. De Rex N. Lee. Legendado.</i></p> <p style="text-align: center;">TERCEIRO</p> <p style="text-align: center;"><i>A exploração do cin. e do teatro em todos os continentes. Tudo isto incluido em todos os locais. Legendado em Portuguez.</i></p> <h2 style="text-align: center;">BROADWAY MELODY</h2> <p style="text-align: center;"><i>A mais linda historia de amor com a mais linda musica que se viu em um teatro. De Sam Taylor. De 12 cantores e cantoras. Legendado em Portuguez.</i></p> <p style="text-align: center;">Annita Page - Bessie Love - Charles King</p> <p style="text-align: center;">E' o film que conquista esta victoria:</p> <p style="text-align: center;">Revelar ao povo cauchiano a grandiosidade do cinema film</p> <p style="text-align: center;">Cantado, Falado, Bailado, Musicado</p>	<p style="text-align: center;">film todo</p> <p style="text-align: center;">Cantado</p> <p style="text-align: center;">Falado</p> <p style="text-align: center;">Synchronisado</p> <p style="text-align: center;">e</p> <p style="text-align: center;">Musicado</p> <p style="text-align: center;">Apparelho dos mais aperfeiçoados e completos de</p> <p style="text-align: center;">RADIO CORPORATION</p> <p style="text-align: center;">Amanhã</p>
--	--	---

PREÇOS DAS:

Camarotes, 20\$000 — Poltronas, 4\$000 — Geral, 3\$000

A bilheteria do Theatro Carlos Gomes funcionará amanhã desde as 10 horas.



Dirção de MAREX CALIXTE

A inauguração do Teatro "Santa Cecilia"

Foi com imenso prazer que atendendo ao gentil convite da Empresa Santos & Cia., fomos assistir à sessão inaugural do novo cinema daquela empresa, o Teatro "Santa Cecilia".

Já antecorrem recebemos um outro convite para a apresentação do cinema em questão e a "avant-première" do filme inaugural, intitulado "Sete Noivas Para Sete Irmãos", uma superprodução teatral e colorida da MGM. Em outra parte deste jornal foi publicada a alusiva Naquela oportunidade quando a direção da pioneira "Santos" apresentou à imprensa falada e ao rádio do bairro, seu novo cinema, colhemos algumas impressões das várias pessoas que ali se encontravam e todas tiveram palavras elogiosas para com o cinema em questão.

Ato inaugural — Impressões gerais — Notas

Ontem, no horário anunciado de 13 horas, deu-se a inauguração da nova sala de projeção da Empresa Santos, Teatro "Santa Cecilia", situado no local do antigo Politeama. Contando com a presença do Governador Francisco Lacerda de Aguiar e de várias outras autoridades civis e militares de nosso estado, e ainda a imprescindível presença do público, logo após a entrega do aludido cinema ao novo capixaba, pelo dr. Mavendes Junior, um dos sócios da Empresa Santos & Cia., foi iniciada a sessão inaugural, que naquele momento iniciou sua trajetória em nossa Cinelândia.

Cinegrafistas e fotógrafos estiveram presentes, para registro naquele momento auspicioso para todos nós fãs de cinema, e ainda registramos a presença de reportagem volante da mais nova emissora de nosso Estado, a Rádio Capixaba, que contribuiu para o "cognotecimento" daquele acontecimento, sendo as impressões da crítica especializada de "A Gazeta" registradas por aquela emissora.

Como podemos notar, as impressões dos que ali compareceram foram mais expressivas. Desde as notícias mais simples as mais abalizadas no assunto todas foram unânimes em afirmar que o Teatro "Santa Cecilia" merece o "sobor" de o "mais luxuoso de nosso Estado" (concordamos). Em suma, o Teatro Santa Cecilia obteve de todos, elogios e menções que se engrandecem o nobre espírito progressista da direção da Empresa Santos.

Nossa impressão

Passamos, então, à nossa apreciação. Inicialmente queremos nos congratular com a Empresa Santos pelo seu admirável esforço em apresentar ao público capixaba com mais um cinema de grandes proporções, como é o que ora inicia suas atividades em nossa Cinelândia. A Empresa Santos & Cia. há alguns anos vem se esforçando para o término desse cinema, que nos parecia um sonho e agora se torna uma realidade. Sem dúvida a "pioneira" está de parabéns pela realização. Procurando sempre dar ao bom público capixaba o melhor, no que concerne aos espetáculos cinematográficos e às salas de projeção, a Empresa Santos tem-se esforçado nesse sentido, e agora temos mais uma de suas realizações, a qual vem demonstrar a grande vontade de dar ao povo divorcimento e alívio ao conforto.

O Teatro "Santa Cecilia", como já tivemos oportunidade de frisar, é um cinema digno de nosso povo, digno do progresso do nosso Estado. É ele dotado de moderno aparelhamento cinematográfico, como seja a famoso CinemaScope, com som estereofônico, e ainda notrons caifadas e de condicionado, perfeito. Em seu todo muito sóbrio e moderno, é de linhas perfeltas e excelente o acabamento, demonstrando bom gosto e técnica da parte de seus confeccionadores. Corresponde à expectativa inicial, e esperamos sempre poder fazer menções elogiosas ao cinema em questão em ocasiões futuras, com relação aos filmes que apresentará.

O filme inaugural foi a comédia musical em technicolor, da Metro G. Mayer, intitulada "Sete Noivas Para Sete Irmãos", com magnífico "best-seller". Muito feliz a escolha de filme de estreia da grande casa de divarades.

Amanhã publicaremos nossa crítica sobre "Sete Noivas Para Sete Irmãos", e aqui, na oportunidade, recomendamos ao público, por se tratar de um bom filme, no genero.

Santana, Bispo de Uberaba, morto em 1946; e de don Otaviano de Albuquerque, Arcebispo de Campos, morto em 1949. (R1)

ANEXO D - Coluna Cinelândia Capixaba, destacando a inauguração do Cinema Santa Cecília, considerado o maior do Estado. Ano: 1955. Fonte: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo / Jornal A Gazeta.

